

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA AMBEV S.A.

Balanços patrimoniais

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2019	31/12/2018 ⁽ⁱ⁾ (reapresentado)	01/01/2018 ⁽ⁱ⁾ (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 ⁽ⁱ⁾ (reapresentado)	01/01/2018 ⁽ⁱ⁾ (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.657.537	2.273.875	2.017.034	11.900.666	11.463.498	10.354.527
Aplicações financeiras	6	1.082.865	1.037.821	631.637	14.558	13.391	11.883
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	-	172.147	220.032	350.036
Contas a receber	7	2.626.819	2.864.662	2.881.364	4.495.525	4.879.256	4.406.372
Estoques	8	3.174.761	2.603.847	2.107.274	5.978.557	5.401.793	4.318.973
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.186.845	820.039	2.466.642	1.831.401	1.285.424	2.953.452
Demais impostos a recuperar ⁽ⁱⁱ⁾		1.469.000	248.972	218.678	2.242.726	863.290	600.165
Outros ativos		761.586	797.450	834.655	985.557	1.202.921	1.367.282
Ativo circulante		12.959.413	10.646.666	11.157.284	27.621.137	25.329.605	24.362.690
Aplicações financeiras	6	118.990	109.395	102.769	163.570	147.341	121.956
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	-	1.221	34.900	35.188
Contas a receber	7	54.322	54.322	40.957	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		4.321.736	3.820.210	2.312.664	4.331.901	3.834.413	2.312.664
Demais impostos a recuperar		242.387	306.158	171.499	671.084	539.795	225.036
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	1.103.128	788.475	477.002	2.950.109	2.064.742	2.310.906
Outros ativos		1.279.851	1.038.757	1.033.250	1.751.699	1.687.419	1.964.424
Benefícios a funcionários	17	5.773	8.057	16.614	56.228	64.285	58.443
Investimentos	10	66.193.421	60.718.838	64.302.481	303.423	257.135	237.961
Imobilizado	11	11.881.480	11.497.253	11.187.082	22.576.299	21.638.008	20.705.145
Intangível	12	892.324	499.021	466.494	6.306.364	5.840.598	4.674.704
Ágio	13	281.858	281.858	281.858	35.009.909	34.276.176	31.401.874
Ativo não circulante		86.375.270	79.122.344	80.392.670	74.121.807	70.384.812	64.048.301
Total do ativo		99.334.683	89.769.010	91.549.954	101.742.944	95.714.417	88.410.991

(i) Saldos de 2018 reapresentados para refletir o impacto da adoção do IFRS 16 sob a aplicação retrospectiva completa (Nota 3).

(ii) A variação dos saldos é explicada principalmente pelo reconhecimento de créditos de PIS/COFINS conforme descrito na Nota 30 – *Passivos Contingentes*, no item de ativos contingentes.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

AMBEV S.A.

Balanços patrimoniais (continuação)

(em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2019	31/12/2018 ⁽¹⁾ (reapresentado)	01/01/2018 ⁽¹⁾ (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 ⁽¹⁾ (reapresentado)	01/01/2018 ⁽¹⁾ (reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido							
Contas a pagar	14	9.685.133	7.204.318	8.442.991	15.069.575	14.050.045	11.853.928
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	-	355.314	679.298	215.090
Empréstimos e financiamentos	15	347.942	388.539	512.950	653.149	1.941.221	1.699.358
Conta garantida	5	-	-	-	24	-	1.792
Salários e encargos		372.696	364.382	536.741	833.025	851.619	1.047.182
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		445.079	449.792	1.502.252	956.560	806.981	1.778.633
Imposto de renda e contribuição social a recolher		435.215	432.409	370.799	1.394.178	1.558.589	1.668.407
Impostos, taxas e contribuições a recolher		2.918.407	2.778.757	2.491.939	4.108.521	3.781.622	3.825.440
Outros passivos		884.834	687.464	5.997.983	1.530.654	1.366.589	6.807.925
Provisões	16	93.780	145.522	145.523	110.033	172.997	168.957
Passivo circulante		15.183.086	12.451.183	20.001.178	25.011.033	25.208.961	29.066.712
Contas a pagar	14	16.569.431	15.275.051	22.965.667	309.567	126.142	175.054
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	-	56	2.450	2.434
Empréstimos e financiamentos	15	1.373.215	1.425.890	970.543	2.409.655	2.162.442	2.831.189
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	-	2.371.098	2.424.567	2.329.229
Imposto de renda e contribuição social a recolher		475.053	413.684	425.919	2.219.551	2.227.795	2.418.027
Impostos, taxas e contribuições a recolher		697.367	715.676	766.408	645.155	675.564	771.619
Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos		3.060.264	2.591.777	109.688	3.145.393	2.661.799	429.102
Provisões	16	285.377	309.187	358.970	370.972	426.227	512.580
Benefícios a funcionários	17	412.865	338.555	361.262	2.704.459	2.343.662	2.310.685
Passivo não circulante		22.873.572	21.069.820	25.958.457	14.175.906	13.050.648	11.779.919
Total do passivo		38.056.658	33.521.003	45.959.635	39.186.939	38.259.609	40.846.631
Patrimônio líquido							
Capital social	18	57.866.759	57.710.202	57.614.140	57.866.759	57.710.202	57.614.140
Reservas		75.685.730	70.122.561	63.298.135	75.685.730	70.122.561	63.298.135
Ajuste de avaliação patrimonial		(72.274.464)	(71.584.756)	(74.966.573)	(72.274.464)	(71.584.756)	(74.966.573)
Lucros/ (Prejuízos) acumulados		-	-	(355.383)	-	-	(355.383)
Patrimônio líquido de controladores		61.278.025	56.248.007	45.590.319	61.278.025	56.248.007	45.590.319
Participação de não controladores		-	-	-	1.277.980	1.206.801	1.974.041
Total do patrimônio líquido		61.278.025	56.248.007	45.590.319	62.556.005	57.454.808	47.564.360
Total do passivo e patrimônio líquido		99.334.683	89.769.010	91.549.954	101.742.944	95.714.417	88.410.991

(i) Saldos de 2018 reapresentados para refletir o impacto da adoção do IFRS 16 sob a aplicação retrospectiva completa (Nota 3).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

AMBEV S.A.**Demonstrações dos resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora	
	Nota	2019	2018 ⁽ⁱ⁾
		(reapresentado)	
Receita líquida	20	26.585.322	23.214.028
Custo dos produtos vendidos		(14.028.587)	(12.444.298)
Lucro bruto		12.556.735	10.769.730
Despesas logísticas		(2.570.067)	(2.207.616)
Despesas comerciais		(2.471.373)	(2.362.423)
Despesas administrativas		(1.532.171)	(1.325.101)
Outras receitas/(despesas) operacionais	21	749.886	894.297
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto		6.127.263	6.792.299
Lucro operacional antes dos itens não recorrentes		12.860.273	12.561.186
Reestruturação	23	(32.831)	(28.570)
Anistia Estadual	23	(290.084)	-
Lucro operacional		12.537.358	12.532.616
Despesas financeiras	24	(2.742.243)	(4.517.872)
Receitas financeiras	24	919.527	2.158.542
Resultado financeiro, líquido		(1.822.716)	(2.359.330)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		10.714.642	10.173.286
Imposto de renda e contribuição social	25	1.065.323	821.675
Lucro líquido do exercício		11.779.965	10.994.961
Lucro por ação ordinária (básico) – R\$	18	0,7490	0,6995
Lucro por ação ordinária (diluído) – R\$	18	0,7423	0,6934

(i) Saldos de 2018 reapresentados para refletir o impacto da adoção do IFRS 16 sob a aplicação retrospectiva completa (Nota 3).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

AMBEV S.A.**Demonstrações dos resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado	
	Nota	2019	2018 ⁽ⁱ⁾
		(reapresentado)	
Receita líquida	20	52.599.709	50.231.336
Custo dos produtos vendidos		(21.678.159)	(19.249.423)
Lucro bruto		30.921.550	30.981.913
Despesas logísticas		(6.951.417)	(6.607.214)
Despesas comerciais		(5.696.119)	(5.721.297)
Despesas administrativas		(2.679.967)	(2.363.465)
Outras receitas/(despesas) operacionais	21	878.071	947.349
Lucro operacional antes dos itens não recorrentes		16.472.118	17.237.286
Resultado decorrente de permuta de participações societárias	23	-	30.004
Reestruturação	23	(101.765)	(175.491)
Resultado na venda de subsidiária	23	-	78.611
Aquisição de subsidiárias	23	-	(1.545)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	23	(5.387)	(18.002)
Anistia Estadual	23	(290.084)	-
Lucro operacional		16.074.882	17.150.863
Despesas financeiras	24	(4.748.433)	(4.684.193)
Receitas financeiras	24	1.638.866	653.893
Resultado financeiro, líquido		(3.109.567)	(4.030.300)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto		(22.310)	1.040
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		12.943.005	13.121.603
Imposto de renda e contribuição social	25	(754.673)	(1.773.893)
Lucro líquido do exercício		12.188.332	11.347.710
Atribuído à:			
Participação dos controladores		11.779.965	10.994.961
Participação dos não controladores		408.367	352.749
Lucro por ação ordinária (básico) – R\$	18	0,7490	0,6995
Lucro por ação ordinária (diluído) – R\$	18	0,7423	0,6934

(i) Saldos de 2018 reapresentados para refletir o impacto da adoção do IFRS 16 sob a aplicação retrospectiva completa (Nota 3).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 ⁽ⁱ⁾ (reapresentado)	2019	2018 ⁽ⁱ⁾ (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	11.779.965	10.994.961	12.188.332	11.347.710
Itens que não serão reciclados para o resultado:				
Reconhecimento de ganhos/(perdas) atuariais	(104.768)	24.814	(106.218)	25.674
Itens a serem posteriormente reciclados para o resultado:				
Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior				
Hedge de investimento no exterior	-	(130.803)	-	(130.803)
Hedge de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada	25.212	(85.515)	25.212	(85.515)
Ganhos e (perdas) na conversão de demais operações no exterior	(531.047)	1.860.022	(547.667)	1.982.964
Total dos ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior	(505.835)	1.643.704	(522.455)	1.766.646
Hedge de fluxo de caixa – ganhos e (perdas)				
Reconhecido no patrimônio líquido (Reserva de hedge)	788.606	1.748.163	788.068	1.747.127
Excluído do patrimônio líquido (Reserva de hedge) e incluído no resultado	(920.764)	(1.252.307)	(919.358)	(1.253.457)
Total hedge de fluxo de caixa	(132.158)	495.856	(131.290)	493.670
Outros resultados abrangentes	(742.761)	2.164.374	(759.963)	2.285.990
Resultado abrangente do exercício	11.037.204	13.159.335	11.428.369,0	13.633.700
Atribuído à:				
Participação dos controladores	11.037.204	13.159.335	11.037.204	13.159.335
Participação de não controladores	-	-	391.165	474.365

(i) Saldos de 2018 reapresentados para refletir o impacto da adoção do IFRS 16 sob a aplicação retrospectiva completa (Nota 3).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As demonstrações do resultado abrangente estão apresentadas líquidas do imposto de renda. Os efeitos tributários encontram-se divulgados na Nota 9 - *Imposto de renda e contribuição social diferidos*.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**Exercícios findos em 31 de dezembro**

(em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos controladores						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.710.202	54.781.194	15.434.093	-	(71.584.866)	56.340.623	1.206.801	57.547.424
Impacto da adoção do IFRS 16 ⁽ⁱ⁾	-	-	(92.726)	-	110	(92.616)	-	(92.616)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	57.710.202	54.781.194	15.341.367	-	(71.584.756)	56.248.007	1.206.801	57.454.808
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.779.965	-	11.779.965	408.367	12.188.332
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(505.835)	(505.835)	(16.620)	(522.455)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(132.158)	(132.158)	868	(131.290)
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	-	-	(104.768)	(104.768)	(1.450)	(106.218)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	11.779.965	(742.761)	11.037.204	391.165	11.428.369
Aumento de capital (Nota 18)	156.557	(143.742)	-	-	-	12.815	-	12.815
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	-	1.430.343	-	1.430.343	(2.808)	1.427.535
Opções concedidas sobre participação em controlada	-	-	-	-	70.000	70.000	-	70.000
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	-	(466)	(466)	78.833	78.367
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(4.658)	(4.658)	-	(4.658)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(396.011)	(396.011)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(7.717.420)	-	(7.717.420)	-	(7.717.420)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	-	(28.886)	-	-	-	(28.886)	-	(28.886)
Pagamentos baseados em ações	-	202.896	-	-	-	202.896	-	202.896
Dividendos prescritos/(complemento)	-	-	-	28.190	-	28.190	-	28.190
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	11.823	(11.823)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.352.122	(1.352.122)	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	4.180.779	(4.180.779)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	57.866.759	54.811.462	20.874.268	-	(72.274.464)	61.278.025	1.277.980	62.556.005

(i) Conforme descrito na Nota 3 – *Sumário das principais políticas contábeis*.

(ii) Conforme descrito na Nota 1(b) Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (continuação)**Exercícios findos em 31 de dezembro**

(em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos controladores						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	57.614.140	54.700.909	8.660.235	-	(74.966.470)	46.008.814	1.974.041	47.982.855
Impacto da adoção do IFRS 15 ⁽ⁱ⁾	-	-	-	(355.383)	-	(355.383)	-	(355.383)
Impacto da adoção do IFRS 16 ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	(63.009)	-	(103)	(63.112)	-	(63.112)
Saldo em 01 de janeiro de 2018 ⁽ⁱⁱⁱ⁾ (reapresentado)	57.614.140	54.700.909	8.597.226	(355.383)	(74.966.573)	45.590.319	1.974.041	47.564.360
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.994.961	-	10.994.961	352.749	11.347.710
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	1.643.704	1.643.704	122.942	1.766.646
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	495.856	495.856	(2.186)	493.670
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	-	-	24.814	24.814	860	25.674
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	10.994.961	2.164.374	13.159.335	474.365	13.633.700
Aumento de capital	96.062	(89.876)	-	-	-	6.186	96.870	103.056
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	(8.156)	-	3.544.180	258.236	3.794.260	(2.446)	3.791.814
Ganhos/(perdas) de participação ^(iv)	-	-	-	-	1.042.530	1.042.530	(1.088.598)	(46.068)
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(7.442)	(7.442)	-	(7.442)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(2.515.101)	-	(2.515.101)	(247.431)	(2.762.532)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(5.030.507)	-	(5.030.507)	-	(5.030.507)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	-	12.260	-	-	-	12.260	-	12.260
Pagamentos baseados em ações	-	166.057	-	-	-	166.057	-	166.057
Dividendos prescritos/(complemento)	-	-	-	30.110	-	30.110	-	30.110
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	75.881	(75.881)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.331.526	(1.331.526)	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	5.412.615	(5.412.615)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018 ⁽ⁱⁱⁱ⁾ (reapresentado)	57.710.202	54.781.194	15.341.367	-	(71.584.756)	56.248.007	1.206.801	57.454.808

(i) Impacto da adoção do IFRS 15, reconhecido na data da aplicação inicial (1º de janeiro de 2018), já refletido nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018.

(ii) Saldos de 2018 reapresentados para refletir o impacto da adoção do IFRS 16 sob a aplicação retrospectiva completa (Nota 3).

(iii) Conforme descrito na Nota 1(b) Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária. Esse efeito não contempla o impacto referente ao resultado do exercício, o qual está refletido na rubrica de lucro líquido do exercício no montante de R\$(291.795) atribuído à participação dos controladores e R\$(292.380) ao total do patrimônio líquido.

(iv) Desse montante, R\$1.035.218 refere-se a renegociação do acordo de acionistas da Tenedora, conforme descrito na Nota 1(b).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 ⁽ⁱⁱ⁾ (reapresentado)	2019	2018 ⁽ⁱⁱ⁾ (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	11.779.965	10.994.961	12.188.332	11.347.710
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	2.633.570	2.366.128	4.675.228	4.448.429
Perda por <i>impairment</i> nas contas a receber, nos estoques e nas demais contas a receber	84.951	47.348	149.271	125.610
Aumento/(redução) nas provisões e benefícios a funcionários	417.910	103.027	507.660	171.667
Resultado financeiro líquido	24 1.822.716	2.359.330	3.109.567	4.030.300
Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis	(41.464)	(6.468)	(73.913)	29.791
Perda/(ganho) na venda de operações em subsidiárias	-	-	-	(80.150)
Despesa com pagamentos baseados em ações	27 153.934	123.457	205.702	160.983
Imposto de renda e contribuição social	25 (1.065.323)	(821.675)	754.673	1.773.893
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	(6.127.263)	(6.792.299)	22.310	(1.040)
Outros itens que não afetam o caixa incluídos no lucro	-	-	(1.080.668)	(1.239.189)
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e provisões	9.658.996	8.373.809	20.458.162	20.768.004
(Aumento)/redução no contas a receber e demais contas a receber	(456.835)	72.016	(721.935)	(149.218)
(Aumento)/redução nos estoques	(639.886)	(407.813)	(844.064)	(1.167.162)
Aumento/(redução) no contas a pagar e demais contas a pagar	3.039.039	(419.802)	1.381.977	869.807
Geração de caixa das atividades operacionais	11.601.314	7.618.210	20.274.140	20.321.431
Juros pagos	(1.066.250)	(1.721.106)	(405.114)	(773.820)
Juros recebidos	251.267	95.722	543.333	500.412
Dividendos recebidos	703.595	7.706.741	4.166	9.334
Imposto de renda e contribuição social pagos	(394.163)	474.415	(2.035.266)	(1.711.282)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	11.095.763	14.173.982	18.381.259	18.346.075
Caixa advindo de reestruturação societária	-	6	-	-
Proventos da venda de imobilizado e intangíveis	50.658	16.095	190.816	102.369
Proventos da venda de operações em subsidiárias	-	-	205.379	-
Aquisição de imobilizado e intangíveis	(3.063.704)	(1.705.714)	(5.069.405)	(3.570.957)
Aquisição de subsidiárias, líquido de caixa adquirido	-	-	(98.075)	(133.374)
Aquisição de outros investimentos	(400.969)	(28.114)	(62.126)	(8.531)
(Aplicação financeira)/proventos líquidos de títulos de dívida	(571)	(35.459)	(8.046)	(16.113)
Proventos/(aquisição) de outros ativos, líquidos	10.000	1.751	2.867	(49.100)
Provento na venda de participação de investimento para controlada	1.719.305	9.727.000	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.685.281)	7.975.565	(4.838.590)	(3.675.706)
Aumento de capital	12.815	6.186	12.815	6.186
Aumento/(redução) de capital em não controladores	-	-	(26.724)	-
Proventos/(recompra) de ações	(72.110)	7.186	(32.044)	7.275
Aquisição de participação de não controladores	-	(3.060.459)	(482)	(3.060.600)
Proventos de empréstimos	163.310	1.451.288	946.052	2.304.917
Liquidação de empréstimos	(460.541)	(9.285.578)	(2.352.675)	(2.498.965)
Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros	(699.382)	(2.231.458)	(2.421.901)	(1.153.192)
Pagamento de passivos de arrendamento	(276.970)	(181.753)	(537.167)	(447.940)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(7.693.942)	(8.598.118)	(7.871.338)	(8.814.129)
Fluxo de caixa de atividades financeiras	(9.026.820)	(21.892.706)	(12.283.464)	(13.656.448)
Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	383.662	256.841	1.259.205	1.013.921
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício ⁽ⁱ⁾	2.273.875	2.017.034	11.463.498	10.352.735
Efeito de variação cambial	-	-	(822.061)	96.842
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício ⁽ⁱ⁾	2.657.537	2.273.875	11.900.642	11.463.498

(i) Líquido de conta garantida.

(ii) Saldos de 2018 reapresentados para refletir o impacto da adoção do IFRS 16 sob a aplicação retrospectiva completa (Nota 3).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 ⁽ⁱ⁾ (reapresentado)	2019	2018 ⁽ⁱ⁾ (reapresentado)
Receitas	46.850.134	42.735.280	79.589.129	76.976.596
Vendas mercadorias, produtos e serviços	46.626.716	42.434.051	79.473.627	76.727.601
Outras receitas/(despesas) líquidas	234.378	320.012	154.993	298.778
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(10.960)	(18.783)	(39.491)	(49.783)
Insumos adquiridos de terceiros	(19.851.503)	(17.379.128)	(31.166.492)	(28.097.877)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(16.157.381)	(13.945.502)	(21.981.152)	(18.947.213)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.633.381)	(3.347.273)	(9.032.294)	(8.971.154)
Perda de valores ativos	(60.741)	(86.353)	(153.046)	(179.510)
Valor adicionado bruto	26.998.631	25.356.152	48.422.637	48.878.719
Retenções	(2.572.829)	(2.279.774)	(4.522.182)	(4.268.919)
Depreciação e amortização	(2.572.829)	(2.279.774)	(4.522.182)	(4.268.919)
Valor adicionado líquido produzido	24.425.802	23.076.378	43.900.455	44.609.800
Valor adicionado recebido em transferência	7.132.045	8.991.055	1.271.636	300.306
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	6.127.263	6.792.299	(22.310)	1.040
Receitas financeiras	919.527	2.158.542	1.638.866	653.893
Outros	85.255	40.214	(344.920)	(354.627)
Valor adicionado total a distribuir	31.557.847	32.067.433	45.172.091	44.910.106
Distribuição do valor adicionado	31.557.847	32.067.433	45.172.091	44.910.106
Pessoal	2.108.766	1.799.493	4.831.364	4.464.939
Remuneração direta	1.715.761	1.424.077	4.323.359	3.949.345
Benefícios	170.570	175.028	229.362	248.894
Fundo de garantia por tempo de serviço	98.255	90.472	123.043	118.113
Outros	124.180	109.916	155.600	148.587
Impostos, taxas e contribuições	14.986.332	14.938.499	23.388.888	24.684.634
Federais	2.716.785	3.640.926	8.034.601	9.606.260
Estaduais	12.246.613	11.275.863	15.323.893	15.049.487
Municipais	22.934	21.710	30.394	28.887
Remuneração de capitais de terceiros	2.682.784	4.334.480	4.763.507	4.412.823
Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras	2.635.514	4.331.420	4.546.350	4.346.567
Aluguéis	47.270	3.060	217.157	66.256
Remuneração de capitais próprios	11.779.965	10.994.961	12.188.332	11.347.710
Juros sobre o capital próprio	7.717.420	5.030.507	7.717.420	5.030.507
Dividendos	-	2.515.101	-	2.515.101
Lucros retidos	4.062.545	3.449.353	4.062.545	3.449.353
Participação de não controladores	-	-	408.367	352.749

(i) Saldos de 2018 reapresentados para refletir o impacto da adoção do IFRS 16 sob a aplicação retrospectiva completa (Nota 3).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.	Informações gerais
2.	Declaração da Administração
3.	Sumário das principais políticas contábeis
4.	Uso de estimativas e julgamentos
5.	Caixa e equivalentes de caixa
6.	Aplicações financeiras
7.	Contas a receber
8.	Estoques
9.	Imposto de renda e contribuição social diferidos
10.	Investimentos
11.	Imobilizado
12.	Intangível
13.	Ágio
14.	Contas a pagar
15.	Empréstimos e financiamentos
16.	Provisões
17.	Benefícios a funcionários
18.	Patrimônio líquido
19.	Informações por segmento
20.	Receita líquida
21.	Outras receitas/(despesas) operacionais
22.	Informações adicionais sobre despesas operacionais por natureza
23.	Itens não recorrentes
24.	Despesas e receitas financeiras
25.	Imposto de renda e contribuição social
26.	Folha de pagamento e benefícios relacionados
27.	Pagamento baseado em ações
28.	Instrumentos financeiros e riscos
29.	Garantias, obrigações contratuais, adiantamento de clientes e outros
30.	Passivos contingentes
31.	Itens que não afetam o caixa
32.	Partes relacionadas
33.	Companhias do grupo
34.	Seguros
35.	Eventos subsequentes

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

(a) Objeto social

A Ambev S.A. (referida como “Companhia”, “Ambev” ou “Controladora”), com sede em São Paulo, tem por objeto, diretamente ou por meio da participação em outras sociedades, produzir e comercializar cervejas, chopes, refrigerantes, outras bebidas, malte e alimentos em geral, além da publicidade de produtos seus e de terceiros, o comércio de materiais de promoção e propaganda e a exploração, direta ou indireta, de bares, restaurantes, lanchonetes e similares, entre outros.

A Companhia tem suas ações e ADRs (American Depositary Receipts) negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código “ABEV3” e na Bolsa de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*-NYSE) sob o código “ABEV”, respectivamente.

Os acionistas controladores diretos da Companhia são a Interbrew International B.V. (“IIBV”), a AmBrew S.A. (“Ambrew”), ambas subsidiárias da Anheuser-Busch InBev N.V. (“AB InBev”), e a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência (“Fundação Zerrenner”).

As demonstrações contábeis consolidadas e individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2020.

(b) Principais eventos ocorridos em 2019 e 2018

Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS 29/CPC 42) passou a ser requerida. A IAS 29/CPC 42 exige a divulgação dos resultados das operações da Companhia na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifica a existência de hiperinflação).

De acordo com a IAS 29/CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para as suas subsidiárias na Argentina nessas demonstrações contábeis consolidadas e individuais aplicando as regras da IAS 29/CPC 42 da seguinte forma:

- a norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1 de janeiro de 2018 (conforme parágrafo 4 da IAS 29/CPC 42, a norma deverá ser aplicada para as demonstrações contábeis de qualquer entidade desde o início do período em que se identifique a existência de hiperinflação);
- os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, ágio, etc.) e o patrimônio líquido das subsidiárias na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados nos lucros acumulados e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1 de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro (ver Nota 24 - *Despesas e receitas financeiras*). Conforme parágrafo 3 da IAS 29/CPC 42, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: i) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor) e; ii) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado).
- a demonstração de resultado é ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (em vez da taxa média acumulada no ano para economias não altamente inflacionárias), resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;
- a demonstração de resultados do ano de 2017 e do primeiro e do segundo trimestres de 2018 e os respectivos balanços patrimoniais das subsidiárias na Argentina não foram reapresentados. Conforme a IAS 21 parágrafo 42 (b) quando os montantes forem convertidos para a moeda de economia não hiperinflacionária, os montantes comparativos devem ser aqueles que seriam apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações contábeis do ano anterior (isto é, não ajustados para mudanças subsequentes no nível de preços ou mudanças subsequentes nas taxas de câmbio).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato de distribuição Red Bull

Em 7 de novembro de 2019, celebramos um contrato de distribuição de longo prazo com a Red Bull do Brasil Ltda. (“Red Bull”), por meio do qual nos foi concedido o direito exclusivo de vender e distribuir certas marcas do portfólio da Red Bull em determinados pontos de venda do pequeno varejo no Brasil. Também temos contratos com a Red Bull para distribuição de seu portfólio em alguns poucos canais na Argentina e na República Dominicana.

Informações Divulgadas na Imprensa

No terceiro trimestre de 2019 foram publicadas notícias de imprensa relativas a supostos vazamentos de alegações do Sr. Antonio Palocci em procedimento judicial, o qual foi posteriormente acessado pela Companhia. Conforme já informado em Comunicado ao Mercado publicado em 9 de agosto, a Companhia, de forma consistente com seu Código de Conduta de Negócios e seus princípios, manteve-se comprometida com o adequado acompanhamento e exame do tema. A esse respeito, a Companhia não identificou evidência que suporte as alegações do Sr. Antonio Palocci de conduta ilegal por parte da Ambev.

A Companhia reitera o seu compromisso em conduzir os seus negócios de maneira ética e legal e seguirá monitorando o tema, bem como estará à disposição para prestar eventuais esclarecimentos necessários às autoridades.

Contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros – *Equity Swap*

Em 20 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da Ambev aprovou a celebração, pela Companhia ou suas subsidiárias, de contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros com liquidação financeira (denominados como *equity swap*) por meio de instituições financeiras a serem definidas pela diretoria da Companhia, tendo por referência ações de emissão da Companhia ou *American Depositary Receipts* com lastro nestas ações (“ADRs”), sem prejuízo da liquidação, no prazo regulamentar, dos contratos de *equity swap* ainda em vigor. A liquidação dos contratos de *equity swap* aprovados deverá ocorrer no prazo máximo de 18 meses a contar da referida aprovação, sendo que tais contratos poderão acarretar exposição em até 80 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADRs), com valor limite de até R\$1,5 bilhão.

Em 15 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Ambev aprovou a celebração de novos contratos de *equity swap*, sem prejuízo da liquidação, no prazo regulamentar, dos contratos de *equity swap* ainda em vigor. A liquidação dos novos contratos de *equity swap* aprovados deverá ocorrer no prazo máximo de 18 meses a contar da referida aprovação, sendo que tais contratos poderão acarretar exposição em até 80

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADRs), com valor limite de até R\$1,5 bilhão.

Em 19 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Ambev aprovou a celebração de novos contratos de *equity swap*, sem prejuízo da liquidação, no prazo regulamentar, dos contratos de *equity swap* ainda em vigor. A liquidação dos novos contratos de *equity swap* aprovados deverá ocorrer no prazo máximo de 18 meses a contar da referida aprovação, sendo que tais contratos poderão acarretar exposição em até 80 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADRs), com valor limite de até R\$1,5 bilhão, e, somados ao saldo dos contratos já celebrados no contexto das aprovações de 20 de dezembro de 2018 e 15 de maio de 2019 e ainda não liquidados, poderão acarretar exposição equivalente a até 217.014.453 de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADRs).

Aditivo ao Contrato com PepsiCo

O contrato de longo prazo com a PepsiCo, segundo o qual a Companhia detém o direito exclusivo para engarrafar, vender e distribuir certas marcas do portfólio da PepsiCo de refrigerantes no Brasil, inclusive Pepsi Cola, Gatorade, H2OH! e Lipton Ice Tea, foi aditado em outubro de 2018, para refletir determinadas alterações no acordo comercial entre as partes. Os novos termos do contrato foram aprovados pelo CADE em dezembro de 2018 e passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019. O contrato vigorará até 31 de dezembro de 2027.

Venda de subsidiária

Em 8 junho de 2018, a Companhia concluiu a venda da totalidade das ações representativas do capital social de sua subsidiária Barbados BottlingCo. Limited, atuante no segmento de refrigerantes, pelo preço de US\$53 milhões, correspondente a R\$179 milhões. Em decorrência dessa transação, a Companhia apurou um ganho de US\$22 milhões, correspondente a R\$75 milhões na data da transação e a R\$79 milhões em 31 de dezembro de 2018, no resultado do exercício, registrado na rubrica de itens não recorrentes.

Acordo de licenciamento perpétuo à Quilmes

Em setembro de 2017, a Quilmes, uma subsidiária da Ambev, celebrou um acordo pelo qual a AB InBev concederia uma licença perpétua à Quilmes na Argentina para distribuição da marca Budweiser e outras marcas norte-americanas após a recuperação dos direitos de distribuição destas marcas pela AB InBev da sociedade chilena Compañia Cervecerías Unidas S.A. - CCU. O acordo previa a transferência da Cerveceria Argentina Sociedad Anonima Isenbeck pela AB InBev para Quilmes e a transferência de algumas marcas argentinas (Norte, Iguana e Baltica) e ativos

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

comerciais relacionados, além de US\$50 milhões pela Quilmes para a CCU. O fechamento da transação ocorreu em 2 de maio de 2018, após a obtenção da aprovação, em 27 de abril de 2018, pela autoridade antitruste argentina (Comisión Nacional de Defensa de la Competencia) dos documentos principais da operação e da verificação das demais condições habituais de fechamento. A Companhia apurou um ganho de 306 milhões de pesos argentinos (correspondentes a R\$50 milhões, na data da transação, e a R\$30 milhões, em 31 de dezembro de 2018) no resultado do exercício em decorrência da aplicação da prática contábil de permuta de ativos envolvendo transações sob controle comum registrada na rubrica de itens não recorrentes.

Renegociação do acordo de acionistas da Tenedora

Em 1º de dezembro de 2017, a Ambev comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a E. León Jimenes, S.A. (“ELJ”), sócia da Companhia na Tenedora CND S.A. (“Tenedora”), titular de quase a totalidade da Cervecería Nacional Dominicana, S.A. (“CND”), exerceria de forma parcial, conforme previsto no acordo de acionistas da Tenedora, sua opção de venda com relação a aproximadamente 30% do capital social da Tenedora. Em razão do exercício parcial de tal opção de venda, a Companhia pagaria à ELJ o valor de, aproximadamente, R\$3 bilhões (equivalentes à, aproximadamente, USD 926,5 milhões de dólares) e passaria a ser titular de 85% da Tenedora, permanecendo a ELJ com os 15% remanescentes. Adicionalmente, considerando a importância estratégica da aliança com a ELJ, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, nessa data, a extensão, de 2019 para 2022, do prazo para que a opção de compra outorgada pela ELJ à Companhia se tornasse exercível. A operação estava sujeita a determinadas condições precedentes e foi concluída em 18 de janeiro de 2018.

2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações contábeis (consolidadas e individuais) foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2019.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2019, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela descrita abaixo:

Impactos da adoção ao IFRS 16/CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1 de janeiro de 2019) substitui os requisitos contábeis de

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

arrendamento mercantil existentes e representam uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, que nos impactam nas contas de Ativo e Passivo de Direitos de Uso, Despesas com Depreciação e Despesas de Juros.

Com a adoção da norma à partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações financeiras da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/CPC 06 (R2) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se esses contêm ou não arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, caminhões, carros, empilhadeiras e servidores.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (USD 5 mil ou menos) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos aplicando a taxa média ponderada de 12,6% a.a. para as bases de 31 de dezembro de 2018.

A Companhia optou pela adoção retrospectiva completa do IFRS 16/CPC 06 (R2) e, consequentemente, para cada período do relatório anterior apresentado, aplicou o CPC 23 – políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros. Os quadros a

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

seguir resumizam os impactos na adoção da norma no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, na demonstração do resultado abrangente, na demonstração dos fluxos de caixa e na demonstração do valor adicionado:

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2018			01/01/2018		
	Originalmente Apresentado	IFRS 16	Reapresentado	Originalmente Apresentado	IFRS 16	Reapresentado
Balço Patrimonial						
Ativo						
Ativo circulante	10.646.666	-	10.646.666	11.157.284	-	11.157.284
Imposto de renda e contribuição social diferidos	768.689	19.786	788.475	470.621	6.381	477.002
Investimentos	60.773.044	(54.206)	60.718.838	64.353.205	(50.724)	64.302.481
Imobilizado	10.514.553	982.700	11.497.253	10.806.139	380.943	11.187.082
Demais rubricas, não ajustadas	6.117.778	-	6.117.778	4.426.105	-	4.426.105
Ativo não circulante	78.174.064	948.280	79.122.344	80.056.070	336.600	80.392.670
Total do ativo	88.820.730	948.280	89.769.010	91.213.354	336.600	91.549.954
Passivo e patrimônio líquido						
Empréstimos e financiamentos	233.962	154.577	388.539	351.119	161.831	512.950
Demais rubricas, não ajustadas	12.062.644	-	12.062.644	19.488.228	-	19.488.228
Passivo circulante	12.296.606	154.577	12.451.183	19.839.347	161.831	20.001.178
Empréstimos e financiamentos	539.571	886.319	1.425.890	732.662	237.881	970.543
Demais rubricas, não ajustadas	19.643.930	-	19.643.930	24.987.914	-	24.987.914
Passivo não circulante	20.183.501	886.319	21.069.820	25.720.576	237.881	25.958.457
Total do passivo	32.480.107	1.040.896	33.521.003	45.559.923	399.712	45.959.635
Patrimônio líquido						
Reservas	70.215.287	(92.726)	70.122.561	63.361.144	(63.009)	63.298.135
Ajuste de avaliação patrimonial	(71.584.866)	110	(71.584.756)	(74.966.470)	(103)	(74.966.573)
Demais rubricas, não ajustadas	57.710.202	-	57.710.202	57.258.757	-	57.258.757
Patrimônio líquido de controladores	56.340.623	(92.616)	56.248.007	45.653.431	(63.112)	45.590.319
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	56.340.623	(92.616)	56.248.007	45.653.431	(63.112)	45.590.319
Total do passivo e patrimônio líquido	88.820.730	948.280	89.769.010	91.213.354	336.600	91.549.954

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		
	2018		
Demonstrações dos resultados	Originalmente Apresentado	IFRS16	Reapresentado
Receita líquida	23.214.028	-	23.214.028
Custo dos produtos vendidos	(12.447.880)	3.582	(12.444.298)
Lucro bruto	10.766.148	3.582	10.769.730
Despesas logísticas	(2.266.991)	58.860	(2.208.131)
Despesas comerciais	(2.372.956)	11.046	(2.361.910)
Despesas administrativas	(1.326.741)	1.642	(1.325.099)
Demais rubricas, não ajustadas	865.727	-	865.727
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	6.795.992	(3.693)	6.792.299
Lucro operacional	12.461.179	71.437	12.532.616
Despesas financeiras	(4.403.313)	(114.559)	(4.517.872)
Demais rubricas, não ajustadas	2.158.542	-	2.158.542
Resultado financeiro, líquido	(2.244.771)	(114.559)	(2.359.330)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.216.408	(43.122)	10.173.286
Imposto de renda e contribuição social	808.270	13.405	821.675
Lucro líquido do exercício	11.024.678	(29.717)	10.994.961
Lucro por ação ordinária (básico) – R\$	0,7014	(0,0019)	0,6995
Lucro por ação ordinária (diluído) – R\$	0,6953	(0,0019)	0,6934

	Consolidado		
	2018		
Demonstrações dos resultados	Originalmente Apresentado	IFRS16	Reapresentado
Receita líquida	50.231.336	-	50.231.336
Custo dos produtos vendidos	(19.269.627)	20.204	(19.249.423)
Lucro bruto	30.961.709	20.204	30.981.913
Despesas logísticas	(6.736.474)	129.260	(6.607.214)
Despesas comerciais	(5.729.523)	8.226	(5.721.297)
Despesas administrativas	(2.367.221)	3.756	(2.363.465)
Demais rubricas, não ajustadas	860.926	-	860.926
Lucro operacional	16.989.417	161.446	17.150.863
Despesas financeiras	(4.562.251)	(206.864)	(4.769.115)
Demais rubricas, não ajustadas	738.815	-	738.815
Resultado financeiro, líquido	(3.823.436)	(206.864)	(4.030.300)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	1.040	-	1.040
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.167.021	(45.418)	13.121.603
Imposto de renda e contribuição social	(1.789.594)	15.701	(1.773.893)
Lucro líquido do exercício	11.377.427	(29.717)	11.347.710
Atribuído à:			
Participação dos controladores	11.024.678	(29.717)	10.994.961
Participação dos não controladores	352.749	-	352.749
Lucro por ação ordinária (básico) – R\$	0,7014	(0,0019)	0,6995
Lucro por ação ordinária (diluído) – R\$	0,6953	(0,0019)	0,6934

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	2018			2018		
Demonstrações do resultado abrangente	Originalmente Apresentado	IFRS 16	Reapresentado	Originalmente Apresentado	IFRS 16	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	11.024.678	(29.717)	10.994.961	11.377.427	(29.717)	11.347.710
Total dos ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior	1.643.491	213	1.643.704	1.766.433	213	1.766.646
Demais rubricas, não ajustadas	520.670	-	520.670	519.344	-	519.344
Resultado abrangente do exercício	13.188.839	(29.504)	13.159.335	13.663.204	(29.504)	13.633.700
Atribuído à:						
Participação dos controladores	13.188.839	(29.504)	13.159.335	13.188.839	(29.504)	13.159.335
Participação de não controladores	-	-	-	474.365	-	474.365
	Controladora			Consolidado		
	2018			2018		
Demonstrações dos fluxos de caixa	Originalmente Apresentado	IFRS 16	Reapresentado	Originalmente Apresentado	IFRS 16	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	11.024.678	(29.717)	10.994.961	11.377.427	(29.717)	11.347.710
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	2.164.869	201.259	2.366.128	4.023.054	425.375	4.448.429
Resultado financeiro líquido	2.244.771	114.559	2.359.330	3.823.436	206.864	4.030.300
Imposto de renda e contribuição social	(808.270)	(13.405)	(821.675)	1.789.594	(15.701)	1.773.893
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	(6.795.992)	3.693	(6.792.299)	(1.040)	-	(1.040)
Demais rubricas, não ajustadas	267.364	-	267.364	(831.288)	-	(831.288)
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e provisões	8.097.420	276.389	8.373.809	20.181.183	586.821	20.768.004
Geração de caixa das atividades operacionais	7.341.821	276.389	7.618.210	19.734.610	586.821	20.321.431
Juros pagos	(1.626.470)	(94.636)	(1.721.106)	(621.879)	(151.941)	(773.820)
Demais rubricas, não ajustadas	8.276.878	-	8.276.878	(1.201.536)	-	(1.201.536)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	13.992.229	181.753	14.173.982	17.911.195	434.880	18.346.075
Pagamento de passivos de arrendamento	-	(181.753)	(181.753)	(13.104)	(434.836)	(447.940)
Demais rubricas, não ajustadas	(21.710.953)	-	(21.710.953)	(13.208.508)	-	(13.208.508)
Fluxo de caixa de atividades financeiras	(21.710.953)	(181.753)	(21.892.706)	(13.221.612)	(434.836)	(13.656.448)
Demais rubricas, não ajustadas	7.975.565	-	7.975.565	(3.675.706)	-	(3.675.706)
Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	256.841	-	256.841	1.013.877	44	1.013.921
Efeito de variação cambial	-	-	-	96.886	(44)	96.842

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	2018			2018		
Demonstrações do valor adicionado	Originalmente Apresentado	IFRS 16	Reapresentado	Originalmente Apresentado	IFRS 16	Reapresentado
Receitas	42.735.280	-	42.735.280	76.976.596	-	76.976.596
Demais rubricas, não ajustadas	42.735.280	-	42.735.280	76.976.596	-	76.976.596
Insumos adquiridos de terceiros	(17.550.769)	171.641	(17.379.128)	(28.417.380)	319.503	(28.097.877)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(13.945.502)	-	(13.945.502)	(18.955.201)	7.988	(18.947.213)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.518.914)	171.641	(3.347.273)	(9.282.669)	311.515	(8.971.154)
Demais rubricas, não ajustadas	(86.353)	-	(86.353)	(179.510)	-	(179.510)
Valor adicionado bruto	25.184.511	171.641	25.356.152	48.559.216	319.503	48.878.719
Retenções	(2.078.516)	(201.258)	(2.279.774)	(3.843.544)	(425.375)	(4.268.919)
Depreciação e amortização	(2.078.516)	(201.258)	(2.279.774)	(3.843.544)	(425.375)	(4.268.919)
Valor adicionado líquido produzido	23.105.995	(29.617)	23.076.378	44.715.672	(105.872)	44.609.800
Valor adicionado recebido em transferência	8.994.748	(3.693)	8.991.055	385.228	-	385.228
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	6.795.992	(3.693)	6.792.299	1.040	-	1.040
Demais rubricas, não ajustadas	2.198.756	-	2.198.756	384.188	-	384.188
Valor adicionado total a distribuir	32.100.743	(33.310)	32.067.433	45.100.900	(105.872)	44.995.028
Distribuição do valor adicionado	32.100.743	(33.310)	32.067.433	45.100.900	(105.872)	44.995.028
Impostos, taxas e contribuições	14.951.904	(13.405)	14.938.499	24.700.335	(15.701)	24.684.634
Federais	3.654.331	(13.405)	3.640.926	9.621.961	(15.701)	9.606.260
Demais rubricas, não ajustadas	11.297.573	-	11.297.573	15.078.374	-	15.078.374
Remuneração de capitais de terceiros	4.324.668	9.812	4.334.480	4.558.199	(60.454)	4.497.745
Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras	4.216.861	114.559	4.331.420	4.224.625	206.864	4.431.489
Aluguéis	107.807	(104.747)	3.060	333.574	(267.318)	66.256
Remuneração de capitais próprios	11.024.678	(29.717)	10.994.961	11.377.427	(29.717)	11.347.710
Lucros retidos	3.479.070	(29.717)	3.449.353	3.479.070	(29.717)	3.449.353
Demais rubricas, não ajustadas	7.545.608	-	7.545.608	7.898.357	-	7.898.357
Demais rubricas, não ajustadas	1.799.493	-	1.799.493	4.464.939	-	4.464.939

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Base de preparação e mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais ("R\$"), exceto quando mencionado de outra forma, arredondados para o milhar mais próximo indicado. O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

(b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

(b.1) Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro – ICPC 22/IFRIC 23

A Companhia revisou os tratamentos dados aos impostos incidentes sobre o lucro, com o objetivo de determinar o impacto nas demonstrações contábeis da controladora e consolidado, conforme determina o IFRIC 23/ICPC 22 - *Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro*.

A Companhia realocou os saldos antes classificados na rubrica de Provisões para a rubrica de Imposto de renda e contribuição social (IR/CSLL) a recolher em 31 de dezembro de 2019. Os valores reclassificados em 2019, foram R\$109.554 na controladora e R\$251.646 no consolidado, conforme Nota 16. Essa reclassificação foi realizada em consonância ao esclarecimento do *IFRS Interpretation Committee*, que esclarece que posições incertas sobre impostos incidentes ao lucro fazem parte das mensurações de impostos sobre o lucro corrente ou diferido.

Outras normas, interpretações e alterações às normas

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

(c) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis das controladas, negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da Ambev, aplicando práticas contábeis idênticas.

Todas as transações, saldos e ganhos ou perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando ela está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. Na determinação de controle, potenciais direitos de voto são levados em conta. Presume-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto (o que nem sempre equivale à participação econômica), a menos que possa ser demonstrado que essa participação não constitui controle.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pela Companhia, exceto quando aplicada a prática contábil do custo precedente para transferência do controle comum. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

A Ambev usa o método de alocação contábil do custo do investimento para registrar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Ambev. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Ambev reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido.

Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelos IFRS's ou CPCs. A IFRS 3/CPC 15(R1) - *Combinação de Negócios* é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum.

i) Custo precedente

Conforme permitido pela IAS 8/CPC 23 - *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, a Administração adotou uma prática contábil em linha com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles (United States)* e UKGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles (United Kingdom)*), a prática do custo precedente para registro do valor contábil do ativo recebido, tal como registrado pela controladora.

A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela controladora, diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações contábeis da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum em contrapartida ao patrimônio líquido contra a conta de reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Permuta de ativos

Com relação às transações entre entidades sob controle comum que envolvam a alienação/ transferência da controlada para seu controlador, ou seja, acima do nível da demonstração financeira consolidada da Ambev, a Companhia avalia a existência de i) oposição de interesses; e ii) substância e propósito econômico. Satisfeitas estas premissas, buscando proporcionar a visibilidade adequada e o justo impacto no montante de resultados distribuíveis a seus acionistas, notadamente os não controladores, a Companhia adotou como política, de forma análoga, os conceitos da IAS 16/CPC 27 - *Ativo imobilizado*. A referida política contempla ativos adquiridos por meio de permuta por ativo não monetário, ou conjunto de ativos monetários e não monetários. Os ativos objetos de permuta podem ser de mesma natureza ou de naturezas diferentes. O custo de tal item do ativo é mensurado pelo valor justo, a não ser que a operação de permuta não tenha natureza comercial ou, o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possam ser mensurados com segurança. O ativo adquirido é mensurado dessa forma mesmo que a entidade não consiga dar baixa imediata ao ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurável ao valor justo, seu custo é determinado pelo valor contábil do ativo cedido.

Quando existir a distribuição de ativos, que não na forma de caixa, o ativo antes de sua distribuição é mensurado pelo seu valor justo em contrapartida de uma conta do resultado do exercício. Embora sua aplicação é prevista às distribuições por meio das quais são beneficiados os titulares da mesma classe de instrumentos patrimoniais e cujo tratamento seja equitativo, também de forma análoga ao ICPC 07/IFRIC 17, na ausência de uma prática contábil específica para transações sob controle comum, consideramos as disposições dessa instrução na definição de nossa prática contábil. Assim como acontece também em outras vendas que a Ambev faz para seu controlador (produtos, insumos etc.) onde é reconhecido o resultado da transação na demonstração de resultado, como previsto no parágrafo 56 do ICPC 09 e análogo ao parágrafo 33a do CPC 31 (única norma que trata de alienação de negócios, sem fazer distinção entre transações com controlador e terceiro).

(e) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”).

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o real.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no resultado abrangente.

O ágio e os ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Investimento líquido em entidade no exterior

Uma entidade pode possuir item monetário caracterizado como recebível junto a uma entidade no exterior, ou como contas a pagar à mesma, cuja liquidação não é provável de ocorrer, tampouco está planejada para um futuro previsível e que não contempla operações comerciais normais da Companhia. O resultado de variação cambial desse item monetário deve ser registrado, inicialmente, no grupo de resultado abrangente e transferido para o resultado quando da baixa dos itens monetários que fazem parte do investimento líquido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis**Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações financeiras em economias altamente inflacionárias

De acordo com a IAS 29/CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Taxas de câmbio

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são:

Moeda	Denominação	País	Taxa final		Taxa média	
			2019	2018	2019	2018
CAD	Dólar canadense	Canadá	3,1019	2,8431	2,9651	2,8092
DOP	Peso dominicano	República Dominicana	0,0761	0,0770	0,0769	0,0734
USD	Dólar americano	Panamá e Cuba ⁽ⁱ⁾	4,0307	3,8748	3,9410	3,6348
GTQ	Quetzal	Guatemala	0,5245	0,5001	0,5120	0,4837
ARS	Peso	Argentina	0,0673	0,1025	0,0835	0,1371
BOB	Boliviano	Bolívia	0,5791	0,5567	0,5666	0,5222
PYG	Guarani	Paraguai	0,0006	0,0007	0,0006	0,0006
UYU	Peso uruguaio	Uruguai	0,1080	0,1196	0,1118	0,1181
CLP	Peso chileno	Chile	0,0054	0,0056	0,0056	0,0057
BBD	Dólar de Barbados	Barbados	1,9870	1,9101	1,9427	1,7918

(i) A moeda funcional de Cuba, o peso cubano conversível (“CUC”), tem paridade com o dólar (“USD”) na data da demonstração contábil.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(g) Instrumentos financeiros e contabilização de *hedge*

Classificação e Mensuração

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para implementar sua estratégia e políticas de gerenciamento de risco. Derivativos são geralmente usados para mitigar o impacto de moedas estrangeiras, taxas de juros, preços de ações e preços de *commodities* no desempenho da Companhia. A política de gerenciamento de riscos financeiros da Companhia proíbe o uso de derivativos quando não relacionados ao negócio da Companhia.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

As classificações dos ativos financeiros da Companhia são as seguintes:

- Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados da Companhia que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender.
- Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem remensuração de ganhos ou perdas no resultado no desreconhecimento. Esta categoria inclui apenas os instrumentos de capital próprio, que a Companhia pretende reter no futuro previsível e que a Companhia elegeu irrevogavelmente para classificar no reconhecimento inicial ou transição. Esses instrumentos não estão sujeitos a teste de *impairment*.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

▪ Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e instrumentos patrimoniais que a companhia não havia classificado, no reconhecimento inicial ou transição, para classificar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa categoria inclui também os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender.

As mensurações dos ativos financeiros da Companhia são as seguintes:

Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço de *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido, em que as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente.

A Companhia realiza derivativos de *commodities* que possuem termos críticos semelhantes ao item protegido. A Companhia aplica *hedge* de componentes a suas *commodities*. O componente protegido é contratualmente especificado e coincide com aqueles definidos no contrato derivativo, portanto, a relação de *hedge* é de 1:1. A efetividade do *hedge* é realizada de forma qualitativa. Sempre que os termos críticos não coincidem, a companhia usa o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia. Possíveis fontes de ineficácia são mudanças no momento da transação prevista, mudanças na quantidade da mercadoria a ser protegida ou mudanças no risco de crédito de qualquer das partes do contrato derivativo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os conceitos de *hedge* de fluxo de caixa, de investimento líquido e de valor justo são aplicados a todos os instrumentos que atendem aos requerimentos de contabilidade de *hedge* do IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Contabilização de *hedge* de fluxo de caixa

O *hedge* de fluxo de caixa é aplicável para proteger a exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo registrado do risco de moeda estrangeira e de oscilações de preços em *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de *hedge* de fluxo de caixa) e deve ser reclassificado da reserva de *hedge* de fluxo de caixa para a mesma rubrica e no mesmo período os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos impactaram. A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda espera-se que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

Contabilização de *hedge* de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo registrado, ou um compromisso firme, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecido na demonstração de resultado. O valor contábil do item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco, com respectivos ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados.

Contabilização de *hedge* de investimento líquido

Quando um passivo em moeda estrangeira não derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do passivo para a moeda funcional são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes (reservas de conversão), enquanto a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado.

Quando um instrumento financeiro derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, a parcela do ganho ou a perda no instrumento de *hedge* que é

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

determinada como efetiva é reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes (reservas de conversão), enquanto a parcela ineficaz é reportada no lucro ou perda.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração avalia trimestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são registradas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

(h) Contas a receber

Contas a receber de clientes são quantias devidas por clientes por mercadorias vendidas ou serviços prestados no curso normal dos negócios. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia é detentora de valores a receber, com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-os, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, por meio das quais as provisões para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são mensuradas no reconhecimento inicial com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses. Isto é principalmente baseado na experiência passada com perdas de crédito, dados atuais sobre recebíveis vencidos e informações de pontuação de crédito. As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito. Normalmente, as contas a receber pendentes há mais de 90 dias são integralmente baixadas.

Outros créditos são compostos principalmente por depósitos em dinheiro em garantias e recebíveis. Esses instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e,

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Quaisquer perdas por *impairment* e resultados cambiais são reconhecidos diretamente no resultado.

(i) Estoques

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, posteriormente, são valorizados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques têm seu valor reduzido, quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

(j) Intangíveis

Marcas

Caso parte do valor pago em uma combinação de negócios relacione-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment*. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Software

O *software* adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a *software* está incluída no custo das vendas, despesas de distribuição e vendas, despesas de *marketing* ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o *software* está relacionado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros intangíveis

Outros intangíveis, adquiridos pela Companhia, são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Outros intangíveis também incluem direitos de patrocínios de vários anos, adquiridos pela Companhia. Estes são inicialmente reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros e subsequentemente mensurados pelo custo menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Licenças e direitos de fornecimento e distribuição são amortizados pelo período em que existem os direitos. Marcas são consideradas intangíveis de vida útil indefinida e, portanto não são amortizadas. *Software* e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados a tecnologia são amortizados ao longo de 3 a 5 anos.

Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

(k) Ágio

O ágio surge na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto.

O ágio é determinado como sendo o excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, na respectiva data de aquisição. Todas as combinações de negócios são contabilizadas pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento.

Em conformidade com a IFRS 3 - *Combinações de Negócios*, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é expresso na moeda da unidade geradora de caixa ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em Real pela taxa de câmbio vigente no final do exercício.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*).

Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

O ágio gerado internamente é contabilizado como despesa, conforme incorrido.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente (Nota 3 (d)).

(I) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção, e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, impostos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). O custo do imobilizado construído internamente é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

Terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida.

O imobilizado e respectiva depreciação incluem os efeitos do custo precedente (Nota 3 (d)).

Gastos subsequentes

A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de um componente, se for provável que os benefícios econômicos futuros nele incorporados fluirão para a Companhia, e o custo do componente puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são registrados como despesa quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depreciação

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo período de seus respectivos contratos.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Instalações	10 anos
Utensílios	10 anos
Bens de uso externo	2 a 5 anos

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados, no mínimo, anualmente. A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

Ganhos e perdas na venda

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

Arrendamento

Até 31 de dezembro de 2018, os arrendamentos de ativos nos quais os riscos e os benefícios do bem eram retidos substancialmente pelo arrendador eram classificados como arrendamento operacional. Pagamentos de arrendamentos operacionais eram reconhecidos no resultado em uma base linear até o encerramento do contrato.

Quando um arrendamento operacional era encerrado antes da data de vencimento, qualquer pagamento ao arrendatário a título de multa era reconhecido como uma despesa no período em que o contrato fosse encerrado.

Vigente a partir de 1 de janeiro de 2019, o IFRS 16 substitui os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes, resultando em uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que anteriormente eram classificados como arrendamentos operacionais. A norma requer que um arrendatário reconheça um direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do mesmo, conforme Nota 3.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(m) Contas a pagar

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(n) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros. A Companhia possui empréstimos e financiamentos cobertos por instrumentos de *hedge* (Nota 15 – *Empréstimos e financiamentos*).

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(o) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões, exceto as mencionadas no tópico de disputas e litígios, são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação.

Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados à várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitrustes, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido (exceto juros sobre o capital próprio, conforme Nota 3 (t)).

A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que para as diferenças tributáveis e dedutíveis de natureza temporária entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. A IAS 12/CPC 32 – *Tributos Sobre o Lucro* prevê que nenhum imposto diferido passivo seja reconhecido no reconhecimento do ágio; e que nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo seja reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. O imposto de renda diferido ativo é reduzido na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros.

(q) Benefícios a funcionários

Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada – IAPP, e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrenner. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos funcionários, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação em caso de necessidade.

A Companhia possui planos de aposentadoria de contribuição definida e/ou de benefício definido e/ou assistência médica e odontológica para funcionários do Brasil e de subsidiárias localizadas na República Dominicana, Barbados, Panamá, Uruguai, Bolívia, Argentina e no Canadá.

A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

q.1) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores.

As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

q.2) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários. Os valores reconhecidos no resultado do exercício compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano.

Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos / liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados a reestruturação ou terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*asset ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes.

Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e algumas de suas subsidiárias patrocina benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios, para alguns aposentados do passado, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

período de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retirá-lo; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação.

Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa no período de sua competência.

(r) Pagamento baseado em ações

Diferentes programas de remuneração com base em ações e opções permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram ações da Companhia. O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

(s) Empréstimo subsidiado

A Companhia possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos. Esses programas estaduais objetivam promover, no longo prazo, o incremento da geração de emprego, a descentralização industrial, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados.

Nesses estados, os prazos de carência e fruição são previstos na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia. O benefício relativo à postergação no pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício, com base no regime de competência.

Como as taxas de juros e/(ou) prazos destes empréstimos são vantajosos em relação a condições de mercado, tais financiamentos são considerados como empréstimos subsidiados, conforme determinado na IAS 20/CPC 07. Referido subsidio consiste no

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ganho auferido ao comparar o valor destas operações em condições de mercado ao valor pactuado em contrato. Deste modo, no momento de cada captação, o subsídio calculado é registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos demais subsídios de ICMS. Anualmente a Companhia reavalia quais são as condições de mercado vigentes no exercício para aferir tais subsídios.

Mensalmente, considerando-se o valor da contraprestação, o período até o vencimento, a taxa do contrato de financiamento, a taxa de desconto acima mencionada, a redução no valor do ajuste a valor presente é alocada no resultado financeiro, de tal forma que na data prevista de liquidação de cada contraprestação tal ajuste seja zero.

(t) Patrimônio líquido

Capital social

O capital da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

Recompra de ações

Quando a Companhia compra de volta suas próprias ações, o montante pago, incluindo os custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido, na rubrica de ações em tesouraria.

Custos com emissão de ações

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Dividendos e juros sobre o capital próprio são registrados no passivo após aprovação em Reunião do Conselho de Administração (“RCA”), com exceção à parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto por estatuto, a qual é contabilizada como passivo, quando aplicável, ao final de cada exercício.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(u) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como imobilizado, ágio e ativo intangível são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para o uso e os intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação no mínimo anualmente no nível da unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado), ou sempre que tiverem indicativos de redução do valor recuperável.

Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado no valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos de EBITDA observados no mercado em combinações de negócios precedentes envolvendo negócios comparáveis na indústria cervejeira. Para algumas UGCs, esses cálculos são corroborados pela utilização da abordagem de valor em uso, em que fluxos de caixa futuros de tais UGCs são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(v) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo no Consolidado.

Venda de produtos

A receita é mensurada com base na consideração, a qual a Companhia espera ter direito em contrato com o cliente e exclui as quantias cobradas em nome de terceiros. A Companhia reconhece a receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente.

Especificamente, o reconhecimento de receita segue a seguinte abordagem de cinco etapas:

- Identificação dos contratos com um cliente
- Identificação das obrigações de desempenho nos contratos
- Determinação do preço de transação
- Alocação do preço de transação para as obrigações de desempenho nos contratos
- Reconhecimento de receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. Os contratos podem incluir elementos variáveis significativos, como descontos, abatimentos, reembolsos, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho e penalidades. Tais incentivos comerciais são tratados como consideração variável. Se a contraprestação incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços acordados com o cliente. A consideração variável é incluída apenas no preço da transação se for altamente provável que o valor da receita reconhecida não seja sujeito a reversões futuras significativas quando há incerteza.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas financeiras

Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, ganhos com variação cambial, ganhos em moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos em instrumentos de *hedge* que não fazem parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros mensurados à valor justo por meio do resultado, assim como qualquer ganho de inefetividade de *hedge*.

Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

(w) Despesas

Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma contabilização de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*.

Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

Despesa de *royalties*

Royalties pagos são registrados como custo dos produtos vendidos.

(x) Itens não recorrentes

Itens não recorrentes são aqueles que, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de reestruturação, anistias, aquisição de subsidiárias, de perda no valor de recuperação e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos.

(y) Informações por segmento

As informações por segmentos são geradas com base em relatórios internos revisados, regularmente, pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocando recursos para esses segmentos. Desta forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato da Companhia operar em diferentes regiões. A estrutura gerencial da Companhia e as informações reportadas para o principal tomador de decisão estão estruturadas da mesma maneira.

A informação de desempenho por unidades de negócios (Cervejas e Refrigerantes e Não-alcóolicos e não-carbonatados), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional. Internamente, a Administração da Companhia utiliza indicadores de desempenho, como lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro e dos impostos sobre a renda (EBIT ajustado) e lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA ajustado) como medidores de *performance* de segmento para tomar decisões sobre alocação de recursos e análise de desempenho da operação consolidada. Estes indicadores são reconciliados com o lucro do segmento nos quadros apresentados na Nota 19 – *Informações por segmento*.

A Companhia opera seus negócios através de quatro zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- Brasil, onde operamos duas subunidades de negócios: (i) cerveja e (ii) bebidas não alcoólicas (NAB);
- América Central e Caribe (CAC), que inclui nossas operações diretas nos seguintes países: República Dominicana, Saint Vincent, Antígua, Dominica, Cuba, Guatemala (que também serve a El Salvador, Nicarágua e Honduras), Barbados e Panamá;
- América Latina – Sul (LAS), que inclui as nossas operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai; e
- Canadá, representada pelas operações da Labatt.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes práticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticas que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

- (i) prática contábil de combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum (Nota 3(d));
- (ii) combinações de negócios (Nota 3 (d) e (k));
- (iii) redução ao valor de recuperação – *impairment* (Nota 3 (g) e (u));
- (iv) provisões (Nota 3 (o));
- (v) pagamento baseado em ações (Nota 3 (r));
- (vi) benefícios a funcionários (Nota 3 (q));
- (vii) impostos corrente e diferido (Nota 3 (p));
- (viii) negócios em conjunto (Nota 3 (d));
- (ix) mensuração de instrumentos financeiros, incluindo derivativos (Nota 3 (g));
- (x) contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária (Nota 3 (e)); e
- (xi) operações de arrendamento mercantil (Nota 3 (l)).

O valor justo dos ativos intangíveis de vida útil indefinida adquiridos é avaliado na data de aquisição pelos fluxos de caixa futuros. A análise de *impairment* do *goodwill* e ativos intangíveis de vida útil indefinida são revistos pelo menos anualmente e sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa a qual ele foi alocado.

A Companhia aplica julgamento para selecionar alguns métodos, incluindo o método de valor justo líquido de despesas de venda e faz suposições sobre o valor justo de instrumentos financeiros que se baseiam principalmente em condições de mercado existentes na data de cada balanço.

Notas explicativas às demonstrações contábeis**Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As premissas atuariais são estabelecidas para antecipar eventos futuros e são utilizados no cálculo das pensões e outras despesas com benefícios a empregados de longo prazo. Esses fatores incluem premissas com relação às taxas de juros, custo com plano de saúde, taxa de desconto, aumentos de salários e pensão futuros além de expectativa de vida. Cujas estimativas são revisadas anualmente por atuários independentes.

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em várias jurisdições e é necessário julgamento para determinar o valor a ser considerado no período. Algumas subsidiárias da Companhia estão envolvidas em auditorias fiscais, geralmente em relação aos anos anteriores. Essas auditorias estão em curso em diversas jurisdições na data do balanço e, pela sua natureza, estes podem tomar um tempo considerável até sua conclusão.

Conforme divulgado na NE 1 – *Informações Gerais (b) aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária*, no parágrafo 3 da IAS 29/CPC 42, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: i) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor); ii) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	39.660	427.346	207.529	594.995
Contas correntes	134.047	46.181	5.403.536	4.875.673
Aplicações financeiras de curto prazo ⁽ⁱ⁾	2.483.830	1.800.348	6.289.601	5.992.830
Caixa e equivalentes de caixa	2.657.537	2.273.875	11.900.666	11.463.498
Conta garantida	-	-	(24)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquido	2.657.537	2.273.875	11.900.642	11.463.498

(i) O saldo refere-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos de contas correntes incluem depósitos garantia no valor de R\$348 milhões em 2019 (R\$356 milhões em 2018), mantidos pela controlada de Cuba, os quais não são livremente passíveis de remessa à controladora por motivos de restrições cambiais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis**Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fundos de investimentos exclusivos	1.082.865	1.037.821	-	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação	-	-	14.558	13.391
Ativo circulante	1.082.865	1.037.821	14.558	13.391
Títulos mantidos até o vencimento ⁽ⁱ⁾	118.990	109.395	163.570	147.341
Ativo não circulante	118.990	109.395	163.570	147.341
Total	1.201.855	1.147.216	178.128	160.732

(i) O saldo refere-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários – CDB atrelados aos incentivos fiscais e não possuem conversibilidade imediata em montantes conhecidos de caixa.

7. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de clientes	1.947.671	2.050.365	4.955.469	5.140.111
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(245.887)	(233.176)	(603.492)	(555.304)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.701.784	1.817.189	4.351.977	4.584.807
Partes relacionadas (Nota 32)	925.035	1.047.473	143.548	294.449
Total contas a receber circulante	2.626.819	2.864.662	4.495.525	4.879.256
Partes relacionadas (Nota 32)	54.322	54.322	-	-
Total contas a receber não circulante	54.322	54.322	-	-

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulante está demonstrada como segue:

	Controladora							
	Valor contábil em 31 de dezembro	A vencer, líquido de abatimentos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 90 dias	Vencidos entre 91 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias
Contas a receber de clientes	1.947.671	1.407.496	131.659	40.784	52.758	81.211	33.850	199.913
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(245.887)	(5.678)	(147)	(217)	(487)	(5.595)	(33.850)	(199.913)
2019	1.701.784	1.401.818	131.512	40.567	52.271	75.616	-	-
Contas a receber de clientes	2.050.365	1.645.470	98.930	41.619	12.928	41.117	8.823	201.478
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(233.176)	(15.228)	(5)	(284)	(363)	(6.995)	(8.823)	(201.478)
2018	1.817.189	1.630.242	98.925	41.335	12.565	34.122	-	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

								Consolidado
	Valor contábil em 31 de dezembro	A vencer, líquido de abatimentos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 90 dias	Vencidos entre 91 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias
Contas a receber de clientes	4.955.469	3.852.213	255.203	82.420	74.475	111.119	74.139	505.900
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(603.492)	(5.678)	(147)	(217)	(487)	(16.924)	(74.139)	(505.900)
2019	4.351.977	3.846.535	255.056	82.203	73.988	94.195	-	-
Contas a receber de clientes	5.140.111	4.170.712	277.785	71.117	30.295	58.786	32.788	498.628
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(555.304)	(4.300)	(5)	(284)	(363)	(18.936)	(32.788)	(498.628)
2018	4.584.807	4.166.412	277.780	70.833	29.932	39.850	-	-

A provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida no resultado no grupo de despesas comerciais em 2019 foi R\$10.960 (R\$18.783 em 2018) na Controladora e R\$39.491 (R\$49.783 em 2018) no Consolidado.

A exposição aos riscos de crédito, de moeda e de taxa de juros estão divulgadas na Nota 28 – *Instrumentos financeiros e riscos*.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos acabados	767.028	688.750	2.080.668	1.687.954
Produtos em elaboração	198.339	169.964	450.807	339.459
Matérias-primas e itens de consumo	1.968.813	1.536.396	2.637.360	2.624.294
Almoxarifado e outros	178.264	180.491	602.548	597.030
Adiantamentos	111.641	76.190	328.347	304.442
Provisão para perdas	(49.324)	(47.944)	(121.173)	(151.386)
	3.174.761	2.603.847	5.978.557	5.401.793

O valor das baixas/perdas em estoques reconhecidas no resultado foi de R\$73.991 na Controladora (R\$28.565 em 2018) e R\$109.752 no Consolidado (R\$76.542 em 2018).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos referidos tributos e a apuração contábil da Companhia, dentre os quais, prejuízos fiscais. As alíquotas desses impostos no Brasil, que são esperadas quando da realização dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para as demais regiões, com atividade operacional, as alíquotas esperadas estão demonstradas a seguir:

América Central e Caribe	de 23% a 31%
América Latina – Sul ⁽ⁱ⁾	de 14% a 30%
Canadá	26%

(i) Alterações na legislação fiscal da Argentina aprovadas em 29 de dezembro de 2017 afetaram a Companhia a partir de outubro de 2018 e reduziram a alíquota do imposto sobre a renda nos primeiros dois anos de 35% para 30% e, nos anos seguintes para 25%. Ainda, novas alterações na legislação fiscal da Argentina aprovadas em 23 de dezembro de 2019 postergaram por um ano a aplicação da alíquota do imposto sobre a renda de 25% e estenderam para um terceiro ano a aplicação de 30%.

AMBEV S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável futuro, o qual poderá ser compensado com as diferenças temporárias hoje contabilizadas, com destaque aos prejuízos fiscais.

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	2019			Controladora		
				2018		
				(reapresentado)		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	-	(116.597)	(116.597)	-	(98.195)	(98.195)
Benefícios a empregados	173.433	-	173.433	117.736	-	117.736
Contas a pagar	2.295.861	(245.620)	2.050.241	1.749.698	(271.173)	1.478.525
Contas a receber	17.109	-	17.109	24.887	-	24.887
Estoques	16.770	-	16.770	4.808	-	4.808
Imobilizado	-	(841.225)	(841.225)	-	(807.525)	(807.525)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)	-	(421.589)	(421.589)
Prejuízos fiscais a utilizar	131.399	-	131.399	433.055	-	433.055
Provisões	345.852	-	345.852	263.885	-	263.885
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (operações de Arrendamento Mercantil)	27.484	-	27.484	19.786	-	19.786
Outros itens	-	(279.749)	(279.749)	-	(226.898)	(226.898)
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	3.007.908	(1.904.780)	1.103.128	2.613.855	(1.825.380)	788.475
Reclassificação para apresentação líquida	(1.904.780)	1.904.780	-	(1.825.380)	1.825.380	-
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	1.103.128	-	1.103.128	788.475	-	788.475

	2019			Consolidado		
				2018		
				(reapresentado)		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	10.007	-	10.007	10.010	-	10.010
Intangível	-	(1.067.471)	(1.067.471)	-	(1.031.160)	(1.031.160)
Benefícios a empregados	749.988	(3.950)	746.038	614.842	-	614.842
Contas a pagar	2.330.349	(246.651)	2.083.698	1.807.744	(271.922)	1.535.822
Contas a receber	45.513	(3.267)	42.246	41.245	(2.274)	38.971
Derivativos	38.873	(217.204)	(178.331)	18.711	(304.178)	(285.467)
Empréstimos e financiamentos	-	(23)	(23)	2.480	(78.480)	(76.000)
Estoques	372.014	(67.066)	304.948	266.732	(44.769)	221.963
Imobilizado	290.383	(1.423.367)	(1.132.984)	109.643	(1.386.445)	(1.276.802)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i>	-	(1.115.123)	(1.115.123)	-	(863.832)	(863.832)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)	-	(421.589)	(421.589)
Prejuízos fiscais a utilizar	877.308	(148.350)	728.958	791.001	-	791.001
Provisões	465.863	(2.284)	463.579	363.122	(23.981)	339.141
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (operações de Arrendamento Mercantil)	44.587	(1.910)	42.677	47.267	-	47.267
Outros itens	88.979	(16.598)	72.381	50.568	(54.560)	(3.992)
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	5.313.864	(4.734.853)	579.011	4.123.365	(4.483.190)	(359.825)
Reclassificação para apresentação líquida	(2.363.755)	2.363.755	-	(2.058.623)	2.058.623	-
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	2.950.109	(2.371.098)	579.011	2.064.742	(2.424.567)	(359.825)

A Companhia realiza a reclassificação para apresentação líquida entre saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos somente quando estão na

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mesma entidade, de mesma natureza e espera-se que sejam realizados no mesmo período.

As estimativas críticas da administração, bem como os principais passivos contingentes relacionados a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro estão divulgados nas Notas 3 (p) e 30, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2019 os impostos diferidos ativos e passivos têm a seguinte expectativa de realização/liquidação por diferença temporária:

Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais	Controladora		
	2019		
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	Total
Aplicações financeiras	-	(116.597)	(116.597)
Benefícios a empregados	26.116	147.317	173.433
Contas a pagar	(201.273)	2.251.514	2.050.241
Contas a receber	14.543	2.566	17.109
Estoques	5.068	11.702	16.770
Imobilizado	(152.244)	(688.981)	(841.225)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)
Provisões	152.941	192.911	345.852
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (operações de Arrendamento Mercantil)	-	27.484	27.484
Outros itens	-	(279.749)	(279.749)
Total	(154.849)	1.126.578	971.729

Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais	Consolidado		
	2019		
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	Total
Aplicações financeiras	-	10.007	10.007
Intangível	(1.170)	(1.066.301)	(1.067.471)
Benefícios a empregados	63.607	682.431	746.038
Contas a pagar	(202.304)	2.286.002	2.083.698
Contas a receber	41.805	441	42.246
Derivativos	(62.273)	(116.058)	(178.331)
Empréstimos e financiamentos	(12)	(11)	(23)
Estoques	314.759	(9.811)	304.948
Imobilizado	(117.893)	(1.015.091)	(1.132.984)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e royalties	(96.509)	(1.018.614)	(1.115.123)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)
Provisões	221.213	242.366	463.579
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (operações de Arrendamento Mercantil)	(585)	43.262	42.677
Outros itens	13.981	58.400	72.381
Total	174.619	(324.566)	(149.947)

A maioria dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados não possuem prazo de prescrição. Seu uso se baseia na projeção de existência futura de lucros tributáveis, segundo a realidade dos anos passados e às projeções dos negócios da Companhia nas

AMBEV S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

economias onde se localiza, em cumprimento, pois, às regras fiscais e contábeis cabíveis.

	Controladora	Consolidado
Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais	2019	2019
2020	20.190	265.618
2021	-	285.447
2022	-	52.374
2023	-	5.375
2024 a 2026 ⁽ⁱ⁾	111.209	120.144
Total	131.399	728.958

(i) Não existe expectativa de realização que ultrapasse o prazo de 10 anos.

Em 2019, o crédito tributário relacionado aos prejuízos fiscais no valor de R\$707.102 no Consolidado (R\$624.272 no Consolidado em 2018) não foi registrado, já que sua realização não é provável.

A maioria destes prejuízos fiscais não tem prazo de prescrição, e o prejuízo fiscal a compensar relacionado ao crédito equivale a R\$2.811.614 no Consolidado em 2019 (R\$2.496.838 no Consolidado em 2018).

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	Valores reconhecidos diretamente na controladora	Efeito de equivalência patrimonial	Controladora Saldo	Consolidado Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	788.475	-	788.475	(359.825)
Reconhecimento integral de ganhos/(perdas) atuariais	23.986	56.886	80.872	80.872
Hedge de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada	(12.988)	-	(12.988)	(12.988)
Hedge de fluxo de caixa – ganhos/(perdas)	53.695	53.030	106.725	106.725
Ganhos / (perdas) na conversão de demais operações no exterior	319.822	340.635	660.457	660.457
Reconhecido no resultado abrangente	384.515	450.551	835.066	835.066
Reconhecido no resultado	(69.862)	-	(69.862)	363.381
Movimentações efetuadas diretamente no balanço patrimonial	-	(450.551)	(450.551)	(259.611)
Reconhecidas no grupo de imposto diferido	-	-	-	(263.447)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	-	(263.447)
Reconhecidas no grupo de investimentos	-	(450.551)	(450.551)	-
Equivalência patrimonial	-	(450.551)	(450.551)	-
Reconhecidas em outros grupos do balanço	-	-	-	3.836
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.103.128	-	1.103.128	579.011

AMBEV S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. INVESTIMENTOS

- a) Movimentação dos investimentos mantidos pela Controladora em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), diretos e indiretos:

	Controladora	
	2019	2018 (reapresentado)
Saldo no início do exercício	60.718.838	64.542.635
Participação nos resultados de controladas e coligadas	6.127.263	6.825.111
Dividendos recebidos e a receber	(850.798)	(7.654.998)
Efeito de conversão de investimentos em controladas ⁽ⁱ⁾	220.198	3.150.934
Reserva de <i>hedge</i> em controladas	(110.050)	452.822
Pagamento baseado em ações em controladas	49.625	36.244
Aporte/(Redução) de capital em controladas	(1.326.768)	(9.695.659)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ⁽ⁱⁱ⁾	1.430.343	3.544.180
Aquisição de participação em controladas	-	3.043.449
Ganhos/(perdas) na aquisição de participação em controladas	6.210	(2.954.324)
Outros	(71.440)	(571.556)
Saldo no final do exercício	66.193.421	60.718.838

(i) Efeito líquido da valorização dos investimentos em controladas em relação à moeda Real.

(ii) Efeito da hiperinflação da rubrica de Lucros Acumulados na investida.

Informações sobre controladas diretas e em conjunto:

Controlada	Participação %	Patrimônio líquido	Ágio ⁽ⁱ⁾	Total investimento	2019	
					Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial
Ambev Luxemburgo ^{(ii) (ix)}	100,00%	31.478.488	4.272.188	35.748.825	2.562.598	2.563.874
Arosuco ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	5.720.091	-	5.122.462	1.693.724	1.507.238
B.Blend	50,00%	70.874	102.859	138.295	(11.222)	(5.611)
Bebidas Fantásticas	100,00%	31.578	-	31.578	(11.247)	(11.247)
Brahmaco ^(vii)	-	-	-	-	(1.092)	(1.092)
Cachoeiras de Macacu	-	-	199.583	199.583	-	-
Cerveceria Nacional S de R.L	100,00%	2.856.297	-	2.856.297	363.011	363.011
Cervejaria ZX S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	147.028	-	145.594	(3.733)	(2.342)
CRBS S.A.	0,01%	1.732.839	-	182	151.228	16
Dahlen S.A.	100,00%	27.975	-	27.975	(8.224)	(8.224)
Hohneck S.A. ^(viii)	100,00%	363	-	363	195.652	195.652
Jalua	100,00%	6.172.861	-	6.172.861	471.760	471.760
Lambic Holding S.A. ^(viii)	100,00%	-	-	-	102.429	102.429
Lizar	100,00%	38.628	-	38.628	18.334	18.334
Maltaria Pampa S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	60,00%	3.285.391	76.803	1.993.781	184.076	94.507
Monthiers	-	-	13.061	13.061	-	-
R P O	100,00%	46.512	-	46.512	(6.859)	(6.859)
Tenedora CND ⁽ⁱⁱ⁾	80,34%	3.496.088	3.824.134	6.690.923	1.052.767	845.817
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente				6.966.501		-
Total				66.193.421		6.127.263

AMBEV S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

					2018	
Controlada	Participação %	Patrimônio líquido	Ágio ⁽ⁱ⁾	Total investimento	Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial
Ambev Luxemburgo ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	26.058.281	3.784.168	29.841.736	2.310.641	2.310.641
Arosuco ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	4.360.409	-	3.954.254	2.313.000	2.332.181
Aspen ^(v)	-	-	-	-	(13)	(13)
B.Blend ⁽ⁱⁱ⁾	50,00%	82.096	102.859	144.377	(8.801)	(3.875)
Brahmaco	100,00%	1.092	-	1.092	180	180
Cachoeiras de Macacu	-	-	199.583	199.583	-	-
Cerveceria Nacional S de R.L	100,00%	2.466.194	-	2.466.194	331.544	331.544
Cervejaria ZX S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	141.761	-	138.915	(9.466)	(12.052)
CRBS S.A. ^{(ii) (iii)}	0,01%	1.596.358	-	167	913.702	2.459
Dahlen S.A.	100,00%	346.330	-	346.330	(17.771)	(17.771)
Hohneck S.A.	100,00%	1.964.392	-	1.964.392	152.292	152.292
Jalua	100,00%	5.708.088	-	5.708.088	734.759	734.759
Lambic Holding S.A.	100,00%	877.334	-	877.334	89.671	89.671
Lizar	100,00%	24.878	-	24.878	14.766	14.766
Maltaria Pampa S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	60,00%	3.103.334	76.803	1.900.406	381.866	236.329
Monthiers	-	-	13.061	13.061	-	-
R P O ^(vi)	100,00%	23.106	-	23.106	(825)	(825)
Tenedora CND ^{(ii) (iv)}	80,34%	2.811.568	3.867.660	6.148.424	836.134	654.825
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente				6.966.501		-
Total				60.718.838		6.825.111

(i) Refere-se à realocação de ágios e marcas para o investimento;

(ii) Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo;

(iii) Em 1º de maio de 2018, houve uma redução de capital da CRBS, com venda de participação para a Arosuco;

(iv) Em janeiro de 2018, houve um aumento de participação, em virtude da aquisição de participação de minoritários, através da empresa Beverage Holdings Sub I, AS;

(v) Em 03 de Julho de 2018, ocorreu a dissolução da empresa;

(vi) Troca de ações entre Ambev e Arosuco;

(vii) Em 1º Fevereiro de 2019, ocorreu a dissolução da empresa;

(viii) Em Novembro de 2019, houve uma aquisição de participação sobre o Capital da Ambev Luxemburgo, com utilização de mútuos recebíveis;

(ix) Redução de capital através de *Sharepremium*.

Os valores de investimento e resultado de equivalência podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação em decorrência do arredondamento dos percentuais.

b) Principais participações indiretas relevantes em controladas:

Tabela de outras participações indiretas - %		
Denominação	2019	2018
Linthal S.A.	100%	100%
Labatt Brewing	100%	100%
Monthiers	100%	100%
Maltaria Pampa S.A.	100%	100%
CRBS S.A.	100%	100%

AMBEV S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Principais controladas com participação de não controladores:

As controladas indiretas Cervecería Nacional Dominicana S.A. (“CND”), Cervecería Boliviana Nacional S.A., Cervecería Paraguay S.A. e Industrias del Atlantico S.A. são as que possuem maior participação de não controladores, sendo responsáveis por praticamente a totalidade dos valores de não controladores.

11. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo imobilizado	10.815.157	10.514.553	20.547.670	20.100.418
Ativo de direito de uso	1.066.323	982.700	2.028.629	1.537.590
	11.881.480	11.497.253	22.576.299	21.638.008

	Controladora					Controladora
	2019					2018
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	(reapresentado) Total
Custo de aquisição						
Saldo inicial	5.971.881	16.655.790	3.008.054	397.467	26.033.192	24.763.019
Incorporação	-	-	-	-	-	236.555
Aquisições	-	258.404	-	2.265.786	2.524.190	1.706.119
Alienações e baixas	(13.383)	(267.150)	(110.349)	-	(390.882)	(483.203)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	198.990	807.854	305.691	(1.596.933)	(284.398)	(189.298)
Saldo final	6.157.488	17.454.898	3.203.396	1.066.320	27.882.102	26.033.192
Depreciação e Impairment						
Saldo inicial	(2.108.346)	(11.186.738)	(2.223.555)	-	(15.518.639)	(13.956.880)
Incorporação	-	-	-	-	-	(61.534)
Depreciação	(225.680)	(1.340.708)	(311.856)	-	(1.878.244)	(1.889.579)
Perda por redução ao valor de recuperação	-	(60.741)	-	-	(60.741)	(86.350)
Alienações e baixas	9.546	267.820	104.320	-	381.686	473.577
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	-	(71)	-	(71)	2.127
Outros	-	9.064	-	-	9.064	-
Saldo final	(2.324.480)	(12.311.303)	(2.431.162)	-	(17.066.945)	(15.518.639)
Valor contábil:						
31 de dezembro de 2018	3.863.535	5.469.052	784.499	397.467	10.514.553	10.514.553
31 de dezembro de 2019	3.833.008	5.143.595	772.234	1.066.320	10.815.157	

AMBEV S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019					Consolidado
						2018
						(reapresentado)
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	Total
Custo de aquisição						
Saldo inicial	10.375.533	28.075.659	5.690.374	1.422.048	45.563.614	39.834.947
Efeito de conversão	(240.897)	(979.470)	(300.798)	(19.484)	(1.540.649)	(27.693)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	291.291	1.169.934	399.652	11.108	1.871.985	3.589.040
Aquisição por meio de permuta de participação societária	-	-	-	-	-	218.411
Aquisição por meio de combinações de negócios	209	14	2.074	5.687	7.984	-
Aquisições	14.833	606.150	147.860	3.707.089	4.475.932	3.520.513
Alienações e baixas	(33.384)	(739.348)	(133.343)	-	(906.075)	(1.416.610)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	479.318	1.543.128	561.639	(2.942.166)	(358.081)	(162.939)
Outros	-	-	-	15	15	7.945
Saldo final	10.886.903	29.676.067	6.367.458	2.184.297	49.114.725	45.563.614
Depreciação e Impairment						
Saldo inicial	(3.031.365)	(18.246.620)	(4.185.211)	-	(25.463.196)	(21.012.620)
Efeito de conversão	23.858	549.124	237.854	-	810.836	(129.663)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	(51.120)	(686.010)	(288.131)	-	(1.025.261)	(1.908.732)
Baixa por meio de permuta de participação societária	-	-	-	-	-	(20.518)
Depreciação	(350.349)	(2.516.578)	(663.234)	-	(3.530.161)	(3.536.874)
Perda por redução ao valor de recuperação	(786)	(140.531)	(11.718)	-	(153.035)	(179.982)
Alienações e baixas	9.897	650.303	123.751	-	783.951	1.351.814
Transferências (de) para outras categorias de ativos	(668)	(466)	1.371	-	237	(30.670)
Outros	-	9.574	-	-	9.574	4.049
Saldo final	(3.400.533)	(20.381.204)	(4.785.318)	-	(28.567.055)	(25.463.196)
Valor contábil:						
31 de dezembro de 2018	7.344.168	9.829.039	1.505.163	1.422.048	20.100.418	20.100.418
31 de dezembro de 2019	7.486.370	9.294.863	1.582.140	2.184.297	20.547.670	

Juros capitalizados e imobilizados dados em garantia não são relevantes.

Vigente a partir de 1 de janeiro de 2019, a IFRS 16/CPC 06 (R2) substitui os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes e representam uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que anteriormente eram classificados como arrendamentos operacionais. A norma requer que o arrendatário reconheça o direito de uso e o passivo de arrendamento na data de aplicação da norma, e posteriormente na data de início do contrato, conforme Nota 3.

AMBEV S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo de direito de uso:

	2019				Controladora 2018 (Reapresentado)
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Outros	Total	Total
Custo de aquisição					
Saldo inicial	921.396	333.995	14.688	1.270.079	467.065
Aquisições	318.116	25.279	5.290	348.685	803.014
Saldo final	1.239.512	359.274	19.978	1.618.764	1.270.079
Depreciação e Impairment					
Saldo inicial	(66.755)	(211.405)	(9.219)	(287.379)	(86.122)
Depreciação	(84.383)	(174.554)	(6.125)	(265.062)	(201.257)
Saldo final	(151.138)	(385.959)	(15.344)	(552.441)	(287.379)
Valor contábil:					
31 de dezembro de 2018	854.641	122.590	5.469	982.700	982.700
31 de dezembro de 2019	1.088.374	(26.685)	4.634	1.066.323	

	2019				Consolidado 2018 (Reapresentado)
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Outros	Total	Total
Custo de aquisição					
Saldo inicial	972.470	1.343.267	78.333	2.394.070	2.309.469
Efeito de conversão	17.719	599	1.205	19.523	14.523
Aquisições	849.201	41.301	8.341	898.843	70.078
Transferências de (para) outras categorias de ativos	31.758	-	16.907	48.665	-
Saldo final	1.871.148	1.385.167	104.786	3.361.101	2.394.070
Depreciação e Impairment					
Saldo inicial	(308.415)	(490.668)	(57.397)	(856.480)	(426.651)
Efeito de conversão	(4.574)	(547)	(554)	(5.675)	(1.032)
Depreciação	(173.292)	(263.337)	(30.638)	(467.267)	(428.797)
Transferências (de) para outras categorias de ativos	(8.207)	(2.354)	7.511	(3.050)	-
Saldo final	(494.488)	(756.906)	(81.078)	(1.332.472)	(856.480)
Valor contábil:					
31 de dezembro de 2018	664.055	852.599	20.936	1.537.590	1.537.590
31 de dezembro de 2019	1.376.660	628.261	23.708	2.028.629	

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	31 de dezembro de 2019	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	3.118.381	2.147.905
PIS/COFINS potencial (9,25%)	70.863	43.058
	3.189.244	2.190.963

Divulgações adicionais requeridas pela CVM

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2020	2021	2022	2023	2024
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.409.853	1.141.070	857.294	623.668	441.761
Fluxo com projeção de inflação	1.431.860	1.168.653	938.822	721.974	531.230
Variação	2%	2%	10%	16%	20%
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.275.424	1.000.646	773.148	584.408	413.426
Fluxo com projeção de inflação	1.301.586	1.023.669	767.820	549.547	379.746
Variação	2%	2%	-1%	-6%	-8%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	140.759	136.705	107.316	82.716	61.704
Fluxo com projeção de inflação	105.898	62.159	51.432	41.681	32.343
Variação	-25%	-55%	-52%	-50%	-48%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	(330.276)	(270.494)	(212.375)	(176.354)	(139.564)
Fluxo com projeção de inflação	(319.029)	(264.510)	(222.777)	(191.700)	(153.903)
Variação	-3%	-2%	5%	9%	10%

Contratos por prazo e taxa de desconto

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade (“spread” de crédito). Os *spreads* foram obtidos por meio de sondagens junto às instituições financeiras. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
2020-2025	6,632%
2026-2030	8,329%
2031-2035	8,995%

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. INTANGÍVEL

	2019					Controladora
	Marcas	Contratos de exclusividade	Software	Outros	Total	2018
Custo de aquisição						
Saldo inicial	-	1.915.228	1.001.988	135.008	3.052.224	2.854.098
Incorporação	-	-	-	-	-	47.836
Adições	-	539.515	-	-	539.515	-
Alienação	-	-	-	-	-	(48.992)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	-	6.500	281.767	(127)	288.140	199.282
Saldo final	-	2.461.243	1.283.755	134.881	3.879.879	3.052.224
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação ⁽ⁱ⁾						
Saldo inicial	-	(1.816.430)	(654.758)	(82.015)	(2.553.203)	(2.387.604)
Incorporação	-	-	-	-	-	(22.728)
Amortização	-	(308.477)	(119.567)	(6.495)	(434.539)	(189.735)
Alienação	-	-	-	-	-	48.991
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	-	187	-	187	(2.127)
Saldo final	-	(2.124.907)	(774.138)	(88.510)	(2.987.555)	(2.553.203)
Valor contábil:						
31 de dezembro de 2018	-	98.798	347.230	52.993	499.021	499.021
31 de dezembro de 2019	-	336.336	509.617	46.371	892.324	

	2019					Consolidado
	Marcas	Contratos de exclusividade	Software	Outros	Total	2018
Custo de aquisição						
Saldo inicial	4.703.298	2.393.042	1.446.520	622.026	9.164.886	7.533.465
Efeito de variação cambial	(360.919)	(13.704)	(77.628)	(37.715)	(489.966)	223.449
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	385.748	30.948	92.011	44.607	553.314	1.288.188
Adições	205	539.515	25.079	50.007	614.806	50.848
Alienação	(205)	-	(395)	-	(600)	(83.553)
Aquisição por meio de combinação de negócios	-	-	-	2.600	2.600	-
Aquisição por meio de permuta de participação societária	-	-	-	-	-	250
Transferências de (para) outras categorias de ativos	18.058	6.500	315.603	(18.022)	322.139	152.239
Saldo final	4.746.185	2.956.301	1.801.190	663.503	10.167.179	9.164.886
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação ⁽ⁱ⁾						
Saldo inicial	(1.883)	(2.011.742)	(940.946)	(369.717)	(3.324.288)	(2.858.761)
Efeito de variação cambial	-	27.844	51.506	39.967	119.317	40.157
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	(28.222)	(59.510)	(42.509)	(130.241)	(255.441)
Amortização	-	(316.347)	(182.734)	(28.149)	(527.230)	(302.574)
Alienação	-	(5)	395	-	390	44.202
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	-	38	1.199	1.237	8.129
Saldo final	(1.883)	(2.328.472)	(1.131.251)	(399.209)	(3.860.815)	(3.324.288)
Valor contábil:						
31 de dezembro de 2018	4.701.415	381.300	505.574	252.309	5.840.598	5.840.598
31 de dezembro de 2019	4.744.302	627.829	669.939	264.294	6.306.364	

(i) O prazo de amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida é de cinco anos e é calculada à taxa anual de 20% e reconhecida ao resultado do exercício pelo método linear.

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia é proprietária de algumas das mais importantes marcas da indústria de cerveja do mundo. Consequentemente, espera-se que estas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo período em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo quando da aquisição de subsidiárias são consideradas como de vida útil indefinida. As principais marcas reconhecidas pela Companhia são *Quilmes* na Argentina, *Pilsen* no Paraguai e Bolívia e *Presidente* e *Presidente Light* na República Dominicana.

O valor contábil dos intangíveis com vida útil indefinida classificados como marcas foi alocado para os seguintes países:

	2019	2018
Argentina	1.193.934	1.180.011
Bolívia	691.002	664.276
Brasil	11.614	4.630
Canadá	266.319	244.102
Chile	69.946	71.974
Luxemburgo	339.633	339.633
Paraguai	476.147	496.928
República Dominicana	1.587.564	1.580.026
Uruguai	108.143	119.835
	4.744.302	4.701.415

Intangíveis com vida útil indefinida foram testados para fins de redução ao valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa com base na mesma abordagem descrita na Nota 13 - *Ágio*.

13. ÁGIO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	281.858	281.858	34.276.176	31.401.874
Efeito da variação cambial	-	-	16.086	1.224.804
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	691.198	1.686.487
Aquisição, adição, (baixa) e permuta de subsidiárias	-	-	26.449	(36.989)
Saldo final	281.858	281.858	35.009.909	34.276.176

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor do ágio foi alocado às seguintes unidades geradoras de caixa (“UGCs”):

	Moeda funcional	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Brasil	BRL	281.858	281.858	17.694.842	17.668.393
Ágio		-	-	102.937.475	102.911.026
Transação com não controladores ⁽ⁱ⁾		-	-	(85.242.633)	(85.242.633)
CAC:					
República Dominicana	DOP	-	-	3.476.862	3.510.138
Cuba ⁽ⁱⁱ⁾	USD	-	-	-	1.952
Panamá	PAB	-	-	1.400.457	1.346.288
América Latina - sul:					
Argentina	ARS	-	-	1.972.177	1.950.744
Bolívia	BOB	-	-	1.425.746	1.370.601
Chile	CLP	-	-	47.322	48.695
Paraguai	PYG	-	-	836.593	873.147
Uruguai	UYU	-	-	160.108	177.417
Canadá	CAD	-	-	7.995.802	7.328.801
		281.858	281.858	35.009.909	34.276.176

(i) Refere-se à operação de permuta de participações societárias ocorrida em 2013 em decorrência da adoção da prática contábil do custo precedente.

(ii) A moeda funcional de Cuba, o peso cubano conversível (CUC), tem paridade com o dólar (USD) na data da demonstração financeira.

Testes do ágio para verificação de *impairment*

A Companhia realizou seu teste anual de *impairment* com base nas premissas descritas abaixo, chegando à conclusão que não há necessidade de *impairment*.

A Companhia não tem como prever se um evento irá desencadear um *impairment*, quando ocorrerá ou como afetará o valor do ativo reportado. A Companhia entende que as estimativas utilizadas são razoáveis: elas são consistentes com os relatórios internos da Companhia e refletem as melhores estimativas da administração. No entanto, existem incertezas inerentes que a administração pode não ser capaz de controlar. Embora uma mudança nas estimativas utilizadas possa ter um impacto significativo no cálculo do valor justo e desencadear uma taxa de redução do valor recuperável, a companhia, com base na análise de sensibilidade realizada, não tem conhecimento de qualquer mudança provável em uma premissa importante que poderia resultar em um valor contábil maior que o valor recuperável.

O ágio, que corresponde a aproximadamente 34% do total de ativos consolidados da Ambev em 31 de dezembro de 2019 (36% em 31 de dezembro de 2018), é testado para fins de redução ao valor recuperável por UGC, no mínimo anualmente. Uma UGC é o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais da Companhia. Em uma

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

combinação de negócios, o ágio é alocado a partir da data de aquisição em cada UGC que se espera ser beneficiada pelas sinergias da combinação de negócios.

A metodologia utilizada pela Companhia para a determinação do valor recuperável de todas as suas UGCs é o valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos do lucro antes do resultado financeiro, imposto sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (“EBITDA”), observados no mercado em transações precedentes de negócios comparáveis, na indústria cervejeira nacional e internacional. Os valores utilizados pela Companhia nesta abordagem são baseados em fontes de informação externas. Esta mensuração se classifica no nível 2 da hierarquia de valor justo, uma vez que a principal fonte de informação utilizada pela Companhia para determinar o valor recuperável foi múltiplos de EBITDA praticados em transações observadas envolvendo negócios comparáveis. Como parte desta análise de múltiplos, a Companhia estabeleceu que as UGCs cujo capital investido seja superior a 7 vezes o seu EBITDA devem ter seu valor recuperável determinado com base na abordagem de valor em uso, para determinar se tal valor excede seu valor contábil. Na última análise efetuada pela Companhia, apenas o Chile atendeu ao critério pré-determinado.

Contudo, para as UGCs Brasil, República Dominicana e Chile, a Companhia também utilizou projeções de fluxo de caixa descontado para a determinação do valor recuperável, de forma a corroborar as conclusões alcançadas pela aplicação da abordagem de valor justo líquido de despesas de venda, de que o valor recuperável destas UGCs não excede seu valor recuperável. A seleção destas UGCs considerou aspectos quantitativos e qualitativos, uma vez que a UGC Brasil é a mais representativa para a Companhia, a UGC República Dominicana já dispunha de projeções de fluxo de caixa, utilizadas para determinar o valor justo da opção de venda emitida em favor da ELJ (vide Nota 18 (d.4) para maiores detalhes sobre a opção de venda da ELJ), e para a UGC Chile identificamos um múltiplo acima de 7 vezes o EBITDA.

Os julgamentos, estimativas e premissas-chave utilizadas nos cálculos de fluxo de caixa descontado de tais UGCs são calculados da seguinte forma:

- O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa do fluxo de caixa para o ano em curso;
- O segundo ano do modelo, os fluxos de caixa são baseados no plano estratégico aprovado pela Administração. O plano estratégico é preparado por país e é baseado em fontes externas em relação aos pressupostos macro-econômicos, evolução da indústria, inflação e taxas de câmbio, experiência passada e iniciativas em termos de *market share*, receita, custos e capital de giro;

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Do terceiro ao quarto ano do modelo, os fluxos de caixa são extrapolados utilizando o crescimento do segundo ano, considerando cada UGC;
- Do quinto ao décimo ano do modelo, assim como para a perpetuidade, os fluxos de caixa são extrapolados utilizando índices de preços ao consumidor a longo prazo e do crescimento do mercado de cerveja esperados com base em fontes externas, específicos de cada UGC;
- As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontados pelo custo médio ponderado da unidade de capital (“WACC”), considerando-se as sensibilidades nesta métrica;

Para nossas análises de fluxo de caixa, a taxa de crescimento aplicada variou entre 1,5% e 3,1%.

O WACC aplicado em R\$ para cada UGC:

UGC	2019
República Dominicana	12,06%
Guatemala	10,33%
Chile	7,18%
Brasil	9,13%

Embora a companhia acredite que seus julgamentos, premissas e estimativas sejam adequados, os resultados reais podem diferir dessas estimativas sob premissas diferentes ou condições mercadológicas ou macroeconômicas.

14. CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores	7.742.693	6.388.045	14.178.858	12.774.162
Partes relacionadas (Nota 32)	1.942.440	816.273	890.717	1.275.883
Passivo circulante	9.685.133	7.204.318	15.069.575	14.050.045
Fornecedores	301.964	123.134	309.567	126.142
Partes relacionadas (Nota 32)	16.267.467	15.151.917	-	-
Passivo não circulante	16.569.431	15.275.051	309.567	126.142
Total	26.254.564	22.479.369	15.379.142	14.176.187

Os valores que a Controladora tem a pagar para partes relacionadas correspondem, principalmente, a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia - Veja detalhes adicionais na Nota 32 - *Partes relacionadas*.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)
Empréstimos bancários com garantia	58.119	110.176	176.673	1.404.852
Empréstimos bancários sem garantia	94	86.572	94	86.572
Outros empréstimos sem garantia	40.378	37.214	40.378	39.163
Arrendamentos	249.351	154.577	436.004	410.634
Passivo circulante	347.942	388.539	653.149	1.941.221
Empréstimos bancários com garantia	284.263	343.446	284.481	434.709
Empréstimos bancários sem garantia	2.836	202	212.574	212.283
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	106.611	104.675	106.611	104.675
Outros empréstimos sem garantia	85.974	91.248	94.088	99.048
Arrendamentos	893.531	886.319	1.711.901	1.311.727
Passivo não circulante	1.373.215	1.425.890	2.409.655	2.162.442

Informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda estrangeira estão divulgadas na Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as dívidas apresentavam as seguintes taxas:

	Controladora					
	2019			2018 (reapresentado)		
	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante
Instrumentos de Dívida						
Dívida Reais taxa flutuante (TJLP e TR)	9,33%	10.031	161.778	9,08%	75.346	162.314
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	6,05%	40.378	85.974	5,79%	37.214	91.248
Dívida em Reais - taxa fixa	7,80%	297.533	1.125.463	9,74%	275.979	1.172.328
Total		347.942	1.373.215		388.539	1.425.890
	Consolidado					
	2019			2018 (reapresentado)		
	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante
Instrumentos de Dívida						
Dívida denominada em USD taxa fixa	4,73%	10.939	8.115	4,40%	32.436	9.953
Dívida denominada em USD taxa flutuante	4,10%	95.086	218	3,59%	538.760	91.213
Dívida denominada em CAD taxa flutuante	2,71%	472	-	2,43%	743.916	9.272
Dívida denominada em CAD taxa fixa	3,50%	38.004	205.734	3,50%	25.176	120.337
Outras moedas latino-americanas taxa fixa	9,95%	34.357	313.641	10,02%	26.097	235.244
Dívida Reais taxa flutuante (TJLP e TR)	9,33%	10.031	161.778	9,08%	75.345	162.314
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	6,05%	40.378	85.974	5,79%	37.214	91.248
Dívida em Reais - taxa fixa	7,80%	423.882	1.634.195	10,00%	462.277	1.442.861
Total		653.149	2.409.655		1.941.221	2.162.442

AMBEV S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolso em 31 de dezembro de 2019

	Controladora					
	Menos de					Mais de 5
	Total	1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	anos
Empréstimos bancários com garantia	342.382	58.120	55.345	54.748	62.541	111.628
Empréstimos bancários sem garantia	2.930	94	94	2.742	-	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	106.611	-	106.611	-	-	-
Outros empréstimos sem garantia	126.352	40.377	28.477	23.599	11.438	22.461
Arrendamentos	1.142.882	249.351	282.947	211.601	168.309	230.674
	1.721.157	347.942	473.474	292.690	242.288	364.763

	Consolidado					
	Menos de					Mais de 5
	Total	1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	anos
Empréstimos bancários com garantia	461.154	176.673	55.564	54.748	62.541	111.628
Empréstimos bancários sem garantia	212.668	94	209.831	2.743	-	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	106.611	-	106.611	-	-	-
Outros empréstimos sem garantia	134.466	40.378	34.725	31.277	5.725	22.361
Arrendamentos	2.147.905	436.004	485.275	367.675	317.349	541.602
	3.062.804	653.149	892.006	456.443	385.615	675.591

Cronograma de desembolso em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)

	Controladora					
	Menos de					Mais de 5
	Total	1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	anos
Empréstimos bancários com garantia	453.622	110.176	65.572	54.932	101.738	121.204
Empréstimos bancários sem garantia	86.774	86.572	93	93	16	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	104.675	-	-	104.675	-	-
Outros empréstimos sem garantia	128.462	37.214	38.027	22.657	8.193	22.371
Arrendamentos	1.040.896	154.577	389.191	210.682	162.683	123.763
	1.814.429	388.539	492.883	393.039	272.630	267.338

	Consolidado					
	Menos de					Mais de 5
	Total	1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	anos
Empréstimos bancários com garantia	1.839.561	1.404.852	156.835	54.932	101.738	121.204
Empréstimos bancários sem garantia	298.855	86.572	93	212.174	16	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	104.675	-	-	104.675	-	-
Outros empréstimos sem garantia	138.211	39.163	38.027	22.657	15.993	22.371
Arrendamentos	1.722.361	410.634	550.754	322.030	247.102	191.841
	4.103.663	1.941.221	745.709	716.468	364.849	335.416

Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

As tabelas abaixo detalham as alterações nos passivos da Companhia decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças monetárias e não monetárias. Passivos decorrentes de atividades de financiamento são aqueles para os quais fluxos de caixa ou fluxos de caixa futuros serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de financiamento:

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	
	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	388.539	1.425.890
Proventos de empréstimos	-	163.310
Liquidação de empréstimos	(246.829)	(3.916)
Variação Cambial	(16.748)	(14)
Transferência entre corrente e não-corrente	383.634	(383.634)
Novos contratos de arrendamento	43.664	302.612
Juros de arrendamentos	88.706	-
Pagamentos de arrendamentos	(276.970)	-
Outros movimentos	(16.054)	(131.033)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	347.942	1.373.215

	Consolidado	
	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	1.941.221	2.162.442
Proventos de empréstimos	782.742	163.310
Liquidação de empréstimos	(2.344.504)	(8.171)
Variação Cambial	28.598	12.746
Transferência entre corrente e não-corrente	612.314	(612.314)
Novos contratos de arrendamento	92.368	806.484
Juros de arrendamentos	152.531	-
Pagamentos de arrendamentos	(537.167)	-
Outros movimentos	(74.954)	(114.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	653.149	2.409.655

Cláusulas contratuais (*Covenants*)

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as dívidas da Companhia tinham direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), onde foram prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia preveem a prestação de garantia pessoal ou são sem garantia. A maioria dos contratos financeiros preveem cláusulas restritivas (*covenants*), tais como: *covenants* financeiros, incluindo limitação a novos endividamentos; garantia da existência da Companhia; manutenção, em uso ou em boas condições de uso para o negócio, dos ativos da Companhia; limitação para realização de operações de aquisição, fusão, venda ou alienação de seus ativos; divulgação de demonstrações contábeis e balanços patrimoniais; não constituição de garantias reais em novas dívidas contratadas, exceto se: (i) expressamente autorizado nos termos do contrato; ou (ii) em novas dívidas contratadas perante instituições financeiras ligadas ao governo brasileiro – incluindo o BNDES – ou governos estrangeiros, sejam estas instituições financeiras multilaterais (ex. Banco Mundial) ou localizadas em jurisdições em que a Companhia exerça suas atividades.

Adicionalmente, os financiamentos contratados perante o BNDES estão sujeitos às “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES” (“Disposições”). De acordo com

Notas explicativas às demonstrações contábeis**Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

referidas Disposições, os tomadores de empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES, por exemplo: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; e/ou (iii) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições).

Estas cláusulas restritivas serão aplicadas na medida em que os eventos previstos produzam efeitos materiais adversos na Companhia e/ou em suas subsidiárias ou nos direitos de seus credores, sendo que, na hipótese de ocorrência de qualquer um dos eventos previstos nas referidas cláusulas, pode ser concedido à Companhia um prazo de carência para saneamento de eventual inadimplemento.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atendeu aos compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

16. PROVISÕES**(a) Movimentação das provisões**

Controladora						
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Provisões constituídas	Provisões utilizadas e revertidas	Outros movimentos ⁽ⁱ⁾	Saldo em 31 de dezembro de 2019	
Provisão para disputas e litígios						
Impostos sobre vendas	132.752	185.687	(143.989)	-	174.450	
Imposto de renda	131.896	74.921	(97.263)	(109.554)	-	
Trabalhistas	77.959	135.566	(134.250)	-	79.275	
Cíveis	42.622	52.175	(50.659)	-	44.138	
Outros	69.480	15.251	(3.437)	-	81.294	
Total de provisão para disputas e litígios	454.709	463.600	(429.598)	(109.554)	379.157	
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Efeito das variações nas taxas de câmbio	Provisões constituídas	Provisões utilizadas e revertidas	Outros movimentos ⁽ⁱ⁾	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Provisão para disputas e litígios						
Impostos sobre vendas	137.841	(12)	195.598	(151.088)	-	182.339
Imposto de renda	169.289	1.229	181.872	(100.744)	(251.646)	-
Trabalhistas	118.167	(4.351)	193.111	(186.800)	-	120.127
Cíveis	54.916	(2.798)	65.974	(54.069)	-	64.023
Outros	110.283	(18.548)	49.108	(34.936)	-	105.907
Total de provisão para disputas e litígios	590.496	(24.480)	685.663	(527.637)	(251.646)	472.396
Reestruturação	8.728	754	-	(873)	-	8.609
Total das provisões	599.224	(23.726)	685.663	(528.510)	(251.646)	481.005

(i) Refere-se à adoção da IFRIC 23/ICPC 22 - *Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro*, conforme descrito na Nota explicativa 3 – *Sumário das principais políticas contábeis*.

AMBEV S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Expectativa de desembolso

	Controladora				
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Provisão para disputas e litígios					
Impostos sobre vendas	174.450	43.148	121.501	2.291	7.510
Trabalhistas	79.275	19.608	26.357	19.048	14.262
Cíveis	44.138	10.917	27.026	3.224	2.971
Outros	81.294	20.107	15.919	43.323	1.945
Total de provisão para disputas e litígios	379.157	93.780	190.803	67.886	26.688
	Consolidado				
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Provisão para disputas e litígios					
Impostos sobre vendas	182.339	41.743	130.102	2.453	8.041
Trabalhistas	120.127	27.340	40.989	29.621	22.177
Cíveis	64.023	11.390	42.818	5.108	4.707
Outros	105.907	22.570	24.976	54.297	4.064
Total de provisão para disputas e litígios	472.396	103.043	238.885	91.479	38.989
Reestruturação	8.609	6.990	-	1.619	-
Total das provisões	481.005	110.033	238.885	93.098	38.989

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

(c) Principais processos com perda provável:**(c.1) Impostos sobre a renda e vendas**

A Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos de IR, CSLL, ICMS, IPI, PIS e COFINS. Estes processos envolvem compensações, cumprimento de liminares judiciais para não recolhimento de imposto, creditamentos, entre outros.

(c.2) Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados, incluindo de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c.3) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis considerados como prováveis de perda. A parcela mais relevante desses processos foi ajuizada por ex-distribuidores, principalmente no Brasil, os quais se referem em sua maioria a pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

Os processos com probabilidades possíveis estão divulgados na Nota 30 – *Passivos contingentes*.

17. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia patrocina planos de pensão de benefício definido para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Barbados, Panamá, Uruguai, Bolívia, Argentina e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço dos mesmos. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia com os fundos de pensão e a composição dos mesmos.

A Ambev mantém outros benefícios pós-emprego como assistência médica, odontológica e outros. Os benefícios pós-emprego são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

Planos de contribuição definida

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão. Durante o exercício de 2019, a Companhia contribuiu com R\$29.709 (R\$32.234 durante o exercício de 2018) para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. Uma vez que as contribuições foram pagas, a Companhia não tem mais obrigações.

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Planos de benefício definido

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro de 2019, está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Valor presente das obrigações custeadas	(1.742.021)	(1.556.773)	(5.958.239)	(5.161.098)
Valor justo dos ativos do plano	2.012.023	1.857.702	4.582.376	4.059.576
Valor presente de obrigações custeadas líquidas	270.002	300.929	(1.375.863)	(1.101.522)
Valor presente das obrigações não custeadas	(310.248)	(269.473)	(886.783)	(790.862)
Valor presente das obrigações líquidas	(40.246)	31.456	(2.262.646)	(1.892.384)
Teto de ativo ("asset ceiling")	(297.281)	(292.872)	(297.281)	(298.281)
Passivos	(337.527)	(261.416)	(2.559.927)	(2.190.665)
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	(69.565)	(69.082)	(88.304)	(88.712)
Total dos benefícios a funcionários	(407.092)	(330.498)	(2.648.231)	(2.279.377)
Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial				
Passivos	(412.865)	(338.555)	(2.704.459)	(2.343.662)
Ativos	5.773	8.057	56.228	64.285
Passivos líquidos	(407.092)	(330.498)	(2.648.231)	(2.279.377)

As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro	(1.826.246)	(1.795.643)	(5.951.960)	(5.785.107)
Aquisição por meio de permuta de participações societárias	-	-	-	3.506
Custo de serviços	(6.432)	(4.816)	(41.640)	(42.536)
Custo de juros	(157.341)	(171.883)	(333.560)	(335.732)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	-	-	1.213	7.002
Contribuições dos participantes do plano	-	-	(4.318)	(4.396)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas geográficas	506	9.898	506	9.898
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	(318.876)	(143.461)	(703.203)	(13.099)
Ajustes de experiência	107.793	132.765	118.993	106.414
Efeito de variação cambial	-	-	(385.740)	(320.962)
Benefícios pagos	148.327	146.894	454.687	423.052
Obrigação com benefícios definidos em 31 de dezembro	(2.052.269)	(1.826.246)	(6.845.022)	(5.951.960)

Na Fundação Zerrener o valor presente das obrigações custeadas inclui R\$693.988 (R\$677.923 em 2018) de dois planos de assistência médica para os quais os benefícios são providos diretamente pela Fundação Zerrener. A Fundação Zerrener é uma entidade legalmente distinta que tem por principal finalidade proporcionar aos funcionários e administradores atuais e aposentados da Ambev no Brasil assistência médico-hospitalar e odontológica, auxiliar em cursos profissionalizantes e superiores, manter estabelecimentos para auxílio e assistência a idosos, entre outros, por meio de ações diretas ou mediante convênios de auxílios financeiros com outras entidades.

AMBEV S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do valor justo dos ativos dos planos de pensão de benefício definido está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	1.857.702	1.874.970	4.059.576	4.006.185
Receita de juros	161.297	181.193	257.541	267.815
Custos de administração	-	-	(4.099)	(3.809)
Retorno esperado excluindo receita de juros	119.864	(70.744)	272.570	(168.800)
Contribuições da Ambev	21.487	19.178	226.782	213.313
Contribuições dos participantes do plano	-	-	4.524	4.701
Diferenças cambiais	-	-	221.106	170.557
Acordos, liquidações e outros	-	-	(937)	(7.974)
Benefícios pagos excluindo custos de administração	(148.327)	(146.895)	(454.687)	(422.412)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	2.012.023	1.857.702	4.582.376	4.059.576

O retorno real dos ativos em 2019 foi um ganho de R\$281.161 na Controladora e R\$530.111 no Consolidado (ganho de R\$110.449 na Controladora e R\$99.015 no Consolidado em 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou um montante de R\$5.773 na Controladora e R\$56.228 no Consolidado (R\$8.057 na Controladora e R\$64.285 no Consolidado em 31 de dezembro de 2018), referente ao limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros.

As mudanças no limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 1º de janeiro	8.057	16.614	64.285	58.443
Aquisição por meio de permuta de participações societárias	-	-	-	(4.922)
Receita/(despesa) de juros	340	1.246	6.962	4.226
Alterações excluindo os montantes incluídos na receita/(despesa) de juros	(1.582)	(9.803)	(9.620)	(659)
Efeito de variação cambial	-	-	1.939	7.197
Outros	(1.042)	-	(7.338)	-
Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 31 de dezembro	5.773	8.057	56.228	64.285

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita/(despesa) reconhecida no resultado em relação aos planos de benefício definido está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custos de serviços correntes	(6.432)	(4.816)	(41.640)	(42.536)
Custos de administração	-	-	(4.099)	(3.809)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	-	-	3.328	7.343
Resultado operacional	(6.432)	(4.816)	(42.411)	(39.002)
Custo financeiro	(22.227)	(24.685)	(105.264)	(103.013)
Total da despesa com benefícios a funcionários	(28.659)	(29.501)	(147.675)	(142.015)

A receita/(despesa) com benefícios a funcionários foram incluídas nos seguintes itens do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	-	(239)	-
Custo de vendas	-	-	(26.544)	(19.228)
Despesas comerciais	-	-	(8.850)	(8.805)
Despesas administrativas	(6.432)	(4.816)	(6.778)	(10.969)
Despesas financeiras	(22.227)	(24.685)	(105.264)	(103.013)
	(28.659)	(29.501)	(147.675)	(142.015)

As premissas atuariais utilizadas no cálculo das obrigações estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019 ⁽ⁱ⁾	2018 ⁽ⁱ⁾
Taxa de desconto	7,2%	8,9%	3,1% a 9,7%	3,9% a 9,6%
Inflação	3,8%	4,0%	2,0% a 3,8%	2,0% a 4,0%
Aumentos de salários futuros	5,5%	5,7%	1,0% a 7,1%	1,0% a 7,1%
Aumentos de pensão futuros	3,8%	4,0%	2,0% a 3,8%	2,0% a 4,0%
Tendência de custo com plano de saúde	7,4% ao ano com redução 7,4%	7,9% ao ano com redução 7,9%	4,5% a 7,4% ao ano com redução 7,4%	4,5% a 7,9% ao ano com redução 7,9%
Tendência de custo com plano odontológico	3,8%	4,0%	3,8%	4,0%
Expectativa de vida para homens acima de 65 anos	85	85	83 a 87	83 a 87
Expectativa de vida para mulheres acima de 65 anos	88	88	86 a 89	85 a 89

(i) Compreende as premissas dos países do Brasil, América Central e Caribe, América Latina – Sul e Canadá.

Através de seus planos de pensão de benefício definido e planos médicos pós-emprego, a Companhia está exposta a uma série de riscos, os mais significativos estão detalhados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Volatilidade do ativo

Os passivos dos planos são calculados utilizando uma taxa de desconto definida com referência aos títulos privados de alta qualidade, se os ativos do plano tiverem um desempenho menor que desses rendimentos corporativos, a obrigação de benefício definido líquido da Companhia pode aumentar. Alguns planos custeados pela Companhia mantêm uma proporção de ações, que provavelmente superarão a rentabilidade de títulos privados a longo prazo, apesar de proporcionar volatilidade e risco no curto prazo. Os planos geralmente buscam reduzir o nível de risco dos investimentos, investindo mais em ativos que melhor correspondem aos passivos.

Mudanças nos rendimentos de títulos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos privados aumentará os passivos do plano, o que seria parcialmente compensado por um aumento no valor das participações dos títulos dos planos.

Risco de inflação

Algumas das obrigações de pensões da Companhia estão ligadas à inflação, e inflação mais alta levará a passivos superiores. A maioria dos ativos do plano não é afetada ou está vagamente correlacionada com a inflação, o que significa que um aumento da inflação poderia aumentar a obrigação de benefício líquida da Companhia.

Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

Estratégia de investimento

No caso dos planos custeados, a Companhia garante que as posições de investimento são geridas dentro de um quadro de correspondências entre ativos e passivos, que foi desenvolvido para atingir investimentos de longo prazo que estão em consonância com as obrigações decorrentes dos regimes de pensões. Dentro deste quadro de correspondências entre ativos e passivos, o objetivo da Companhia é combinar ativos às obrigações de pensão através de investimentos em títulos de rendimento fixo de longo prazo com vencimentos que coincidem com os pagamentos de benefícios na data de vencimento e na moeda apropriada.

AMBEV S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As sensibilidades das obrigações de benefício definido em relação às principais premissas ponderadas estão demonstradas abaixo:

Em milhares de reais	Alteração na premissa	Controladora			
		2019		2018	
		Aumento na premissa	Redução na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(26.190)	21.837	(87.500)	75.103
Taxa de desconto	50 pontos base	27.935	(30.402)	95.911	(101.051)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(3.985)	3.783	(9.400)	8.907
Longevidade	Um ano	(18.596)	18.230	(68.089)	67.231

Em milhares de reais	Alteração na premissa	Consolidado			
		2019		2018	
		Aumento na premissa	Redução na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(46.980)	40.229	(113.754)	97.968
Taxa de desconto	50 pontos base	211.862	(225.563)	295.831	(314.403)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(5.359)	5.116	(24.193)	22.983
Longevidade	Um ano	(129.546)	125.884	(177.752)	173.955

Os dados apresentados acima representam flutuações puramente hipotéticas nas premissas individuais, mantendo todas as demais premissas constantes: as condições econômicas e suas mudanças sempre afetam, ao mesmo tempo, as demais premissas e seus efeitos não são lineares.

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	2019			2018		
	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total
Títulos públicos	33%	-	33%	33%	-	33%
Outros	67%	-	67%	67%	-	67%

	Consolidado					
	2019			2018		
	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total
Títulos públicos	50%	-	50%	50%	-	50%
Títulos corporativos	7%	-	7%	7%	-	7%
Instrumentos patrimoniais	13%	-	13%	13%	-	13%
Caixa	1%	-	1%	1%	-	1%
Outros	29%	-	29%	29%	-	29%

A taxa de retorno global esperada é calculada pela ponderação das taxas individuais de acordo com sua participação prevista no total da carteira de investimentos.

A Ambev espera contribuir com aproximadamente R\$24.157 na Controladora e R\$271.431 no Consolidado para os seus planos de benefício definido em 2020.

AMBEV S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital social**

	2019		2018	
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais
No início do exercício	15.722.147	57.710.202	15.717.615	57.614.140
Emissão de ações	11.428	156.557	4.532	96.062
	15.733.575	57.866.759	15.722.147	57.710.202

(b) Reservas de capital

	Reservas de capital				
	Ações em tesouraria	Prêmio na emissão de ações	Outras reservas de capital	Pagamentos baseados em ações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(894.994)	53.662.811	700.898	1.232.194	54.700.909
Aumento de capital	-	-	-	(89.876)	(89.876)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	-	(8.156)	(8.156)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	12.260	-	-	-	12.260
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	166.057	166.057
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(882.734)	53.662.811	700.898	1.300.219	54.781.194
Aumento de capital	(43.515)	-	-	(100.227)	(143.742)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	(28.886)	-	-	-	(28.886)
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	202.896	202.896
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(955.135)	53.662.811	700.898	1.402.888	54.811.462

(b.1) Compra de ações e resultado de ações em tesouraria

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia e o resultado de ações em tesouraria, que se refere aos ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamentos baseados em ações e outros.

Segue abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

	Compra/Realização		Resultado sobre ações em tesouraria	Total ações em tesouraria
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de reais	Milhares de reais
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.394	(139.665)	(755.329)	(894.994)
Alterações no exercício	(6.366)	118.824	(106.564)	12.260
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.028	(20.841)	(861.893)	(882.734)
Alterações no exercício	2.594	(47.176)	(25.225)	(72.401)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.622	(68.017)	(887.118)	(955.135)

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.2) Prêmio na emissão de ações

O prêmio na emissão de ações refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou recompra de ações.

(b.3) Pagamentos baseados em ações

Diversos programas de remuneração baseada em ações e opções de compra de ações permitem que os executivos adquiram ações da Companhia.

A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$153.934 na Controladora e R\$205.702 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019 (R\$123.457 na Controladora e R\$160.983 no Consolidado em 31 de dezembro de 2018) (Nota 27 - *Pagamento baseado em ações*).

(c) Reservas de lucros

	Reservas de lucros			
	Reserva de investimentos	Reserva legal	Incentivos fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.267.721	4.456	7.388.058	8.660.235
Impacto da adoção do IFRS 16 ⁽ⁱ⁾	(63.009)	-	-	(63.009)
Saldo em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	1.204.712	4.456	7.388.058	8.597.226
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.331.526	1.331.526
Reserva de investimentos	5.412.615	-	-	5.412.615
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	6.617.327	4.456	8.719.584	15.341.367
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.352.122	1.352.122
Reserva de investimentos	4.180.779	-	-	4.180.779
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.798.106	4.456	10.071.706	20.874.268

(i) Saldos de 2018 reapresentados para refletir o impacto da adoção do IFRS 16 sob a aplicação retrospectiva completa.

(c.1) Reserva de investimentos

Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções aplicáveis, destina-se a importância não superior a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado para a constituição de reserva de investimentos para que essa possa suportar investimentos futuros.

(c.2) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Ajustes de avaliação patrimonial						Ajustes contábeis de transações entre sócios	Total
	Reservas de conversão	Hedge de fluxo de caixa	Ganhos/(perdas) atuariais	Opções concedidas sobre participação em controlada	Ganhos/(perdas) de participação	Combinação de negócios		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.639.099	368.806	(1.144.468)	(2.771.248)	2.099.921	156.091	(75.314.671)	(74.966.470)
Impacto da adoção do IFRS 16 ⁽ⁱ⁾	(103)	-	-	-	-	-	-	(103)
Saldo em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	1.638.996	368.806	(1.144.468)	(2.771.248)	2.099.921	156.091	(75.314.671)	(74.966.573)
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	1.643.704	-	-	-	-	-	-	1.643.704
Hedge de fluxo de caixa	-	495.856	-	-	-	-	-	495.856
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	24.814	-	-	-	-	24.814
Resultado abrangente do exercício	1.643.704	495.856	24.814	-	-	-	-	2.164.374
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ⁽ⁱⁱ⁾	346.416	(88.326)	146	-	-	-	-	258.236
Ganhos/(perdas) de participação ⁽ⁱⁱⁱ⁾	460.105	787	3.394	2.651.165	(2.072.921)	-	-	1.042.530
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(7.442)	-	-	(7.442)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	-	-	-	(75.881)	(75.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	4.089.221	777.123	(1.116.114)	(120.083)	19.558	156.091	(75.390.552)	(71.584.756)
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	(505.835)	-	-	-	-	-	-	(505.835)
Hedge de fluxo de caixa	-	(132.158)	-	-	-	-	-	(132.158)
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	(104.768)	-	-	-	-	(104.768)
Resultado abrangente do exercício	(505.835)	(132.158)	(104.768)	-	-	-	-	(742.761)
Opções concedidas sobre participação em controlada	-	-	-	-	70.000	-	-	70.000
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	-	(466)	-	-	(466)
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(4.658)	-	-	(4.658)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	-	-	-	(11.823)	(11.823)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.583.386	644.965	(1.220.882)	(120.083)	84.434	156.091	(75.402.375)	(72.274.464)

(i) Saldos de 2018 reapresentados para refletir o impacto da adoção do IFRS 16 sob a aplicação retrospectiva completa.

(ii) Conforme descrito na Nota 1(b) Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária.

(iii) Desse montante, R\$1.035.218 refere-se à renegociação do acordo de acionistas da Tenedora, conforme descrito na Nota 1(b).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d.1) Reservas de conversão

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

As reservas de conversão também compreendem a parcela do ganho ou perda dos passivos em moeda estrangeira e dos instrumentos financeiros derivativos caracterizados como *hedge* de investimento líquido efetivo.

(d.2) Reservas de *hedge* de fluxo de caixa

As reservas de *hedge* compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício. Para mais informações ver – Nota 28 – *Instrumentos financeiros e riscos*.

(d.3) Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, consequentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos tempestivamente com base na melhor estimativa obtida pela Administração. Desta forma, a Companhia reconhece mensalmente, os resultados quanto a estas estimativas de ganhos e perdas atuariais, com base nas expectativas apresentadas no laudo atuarial independente.

O ganho atuarial de R\$95.589, decorrente do superávit revertido à Patrocinadora, oriundo do Instituto Ambev de Previdência Privada do plano de benefício definido foi registrado integralmente na rubrica de ganhos e perdas atuarias.

(d.4) Opções concedidas sobre participação em controlada

Como parte do acordo de aquisição de participação na Tenedora CND S.A., uma opção de venda (“put”) foi emitida pela Companhia em favor da E. León Jimenes S.A. (“ELJ”) e uma opção de compra (“call”) foi emitida pela ELJ em favor da Companhia, as quais podem resultar em uma aquisição pela Companhia das ações remanescentes da Tenedora por um valor equivalente ao múltiplo de EBITDA, descontada da dívida líquida das operações no país, sendo a put exercível a qualquer momento. Conforme divulgado na Nota 1 – *Informações Gerais*, em 18 de janeiro de 2018, a ELJ exerceu de forma parcial sua opção de venda em relação a aproximadamente 30% do capital social da Tenedora. Em razão do exercício parcial de tal opção de venda, a Companhia passou a ser titular de 85% da Tenedora. Adicionalmente, foi aprovada uma extensão, de 2019 para 2022, do prazo para que a opção de compra outorgada pela ELJ à Companhia se torne exercível.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019, a put detida pela ELJ está valorizada em R\$2.950.489 (R\$2.449.334 em 31 de dezembro de 2018) e o passivo categorizado como “Nível 3”, demonstrado na Nota 28 (b), e em conformidade com o IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Combinação de Negócios*. O valor justo foi calculado utilizando técnicas usuais de valorização (valor presente do principal e juros futuros, descontados pela taxa de mercado). Os critérios utilizados são baseados em informações de mercado, provenientes de fontes confiáveis e a reavaliação do valor justo é efetuada anualmente.

Como parte do acordo de aquisição das ações da Sucos do Bem, foi concedida uma opção de venda (“put”) e uma opção de compra (“call”) sobre a participação dos minoritários. A opção será valorizada pela receita bruta de seus produtos e exercível até 2020 salvo algumas exceções. Em 31 de dezembro de 2019, a opção de venda está valorizada em R\$68.252 (R\$136.034 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação dessas opções está demonstrada na Nota 28 – *Instrumentos financeiros e riscos*.

(d.5) Ajustes contábeis de transações entre sócios

As transações com sócios de um mesmo negócio, mesmo quando realizadas entre pessoas totalmente independentes entre si, que apresentarem fundamentação econômica válida e refletirem condições usuais de mercado serão consolidadas pelas normas contábeis aplicáveis, como ocorridas no âmbito de uma mesma entidade contábil.

Desta forma, conforme determinado pelo IFRS 10/CPC 36 – *Demonstrações Consolidadas*, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores esteja contabilizada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos controladores. Em relação às Demonstrações Individuais, o ICPC 09 – *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial* dispõe que estas demonstrações individuais devem refletir a situação desta controlada individual, mas sem perder de vista que ela está vinculada ao conceito da entidade econômica como um todo, incluindo os patrimônios da controladora e controlada, que, portanto, deveriam ser iguais. Diante disto, mesmo no caso em que a transação tenha sido realizada em condições normais de mercado e com efetivo desembolso de caixa, faz-se necessário um ajuste contábil nas demonstrações individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade, e com isto harmonizando-a às demonstrações consolidadas. Na incorporação de ações dos não-controladores da controlada Companhia de Bebidas das Américas, procedemos o referido ajuste reconhecendo a

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contrapartida da provisão no montante do ágio nesta conta patrimonial, quando aplicável, em decorrência da adoção da prática contábil do custo precedente.

(e) Lucro por ação

Lucro por ação básico e diluído das opções de ações e ações diferidas

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído das opções de ações e ações diferidas é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

Em milhares de ações	2019	2018
	Ordinárias	Ordinárias
Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro ⁽ⁱ⁾	15.727.461	15.718.077
Efeito das opções de ações	141.532	138.274
Quantidade média ponderada de ações (diluídas) em 31 de dezembro	15.868.993	15.856.351

(i) Não consideradas as ações em tesouraria.

As tabelas abaixo apresentam o cálculo do lucro por ação (“LPA”):

	2019	2018
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	11.779.965	10.994.961
Média ponderada da quantidade de ações (não diluídas)	15.727.461	15.718.077
LPA básico ⁽ⁱ⁾	0,7490	0,6995
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	11.779.965	10.994.961
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	15.868.993	15.856.351
LPA diluído ⁽ⁱ⁾	0,7423	0,6934

(i) Valores expressos em reais.

(f) Destinações

Destinações propostas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou as destinações da conta de “Lucros acumulados”, de acordo com a legislação societária e seu estatuto social. O pagamento dos dividendos efetuados até dezembro de 2019 foi aprovado em Reuniões do Conselho de Administração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com relação à base para distribuição de dividendos, a Companhia entende que a prática contábil do custo precedente, bem como a sua apresentação para fins comparativos das informações financeiras, não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Para tanto, a Companhia ajustou a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para excluir quaisquer impactos atuais e futuros no lucro líquido decorrentes da adoção desta prática contábil, relacionados à amortização/depreciação da mais valia dos ativos ou mesmo a um eventual *impairment* do ágio, desta forma preservando os dividendos mínimos obrigatórios.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício, atribuído à participação dos controladores	11.779.965	10.994.961
Dividendos prescritos/complemento	28.190	30.110
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	11.823	75.881
Impacto da adoção dos IFRS 15 ⁽ⁱ⁾	-	(355.383)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ⁽ⁱⁱ⁾	1.430.343	3.544.180
Lucro base para dividendos e destinações para reservas de lucros	13.250.321	14.289.749
Dividendos e JCP distribuídos e a distribuir com base no lucro do exercício		
Dividendos e JCP pagos com base no lucro do exercício	7.717.420	7.545.608
Total de dividendos e JCP	7.717.420	7.545.608
Percentual total distribuído	58%	53%
Total de dividendos e JCP distribuídos e a distribuir	7.717.420	7.545.608
Percentual total distribuído	58%	53%

(i) Impacto da adoção do IFRS 15, reconhecido na data da aplicação inicial (1º de janeiro de 2018), já refletido nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018.

(ii) Conforme descrito na Nota 1(b) Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária.

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

(a) Segmentos reportáveis – exercícios findos em:

	Brasil		CAC ⁽ⁱ⁾		América Latina - sul ⁽ⁱⁱ⁾		Canadá		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita líquida	28.724.473	26.814.214	6.757.926	5.813.909	10.028.697	10.753.910	7.088.613	6.849.303	52.599.709	50.231.336
Custo dos produtos vendidos	(12.096.314)	(10.014.807)	(2.934.074)	(2.559.079)	(3.997.957)	(4.261.699)	(2.649.814)	(2.413.838)	(21.678.159)	(19.249.423)
Lucro bruto	16.628.159	16.799.407	3.823.852	3.254.830	6.030.740	6.492.211	4.438.799	4.435.465	30.921.550	30.981.913
Despesas logísticas	(3.814.145)	(3.641.436)	(684.298)	(627.098)	(1.091.994)	(1.055.010)	(1.360.980)	(1.283.670)	(6.951.417)	(6.607.214)
Despesas comerciais	(3.124.808)	(3.076.468)	(552.982)	(561.575)	(1.019.743)	(1.113.158)	(998.586)	(970.096)	(5.696.119)	(5.721.297)
Despesas administrativas	(1.646.752)	(1.409.516)	(256.677)	(282.264)	(428.793)	(412.193)	(347.745)	(259.492)	(2.679.967)	(2.363.465)
Outras receitas/(despesas) operacionais	826.402	964.985	85.752	20.055	(17.969)	(24.631)	(16.114)	(13.060)	878.071	947.349
Itens não recorrentes	(328.234)	(43.738)	(17.113)	62.473	(51.889)	(88.367)	-	(16.791)	(397.236)	(86.423)
Lucro operacional (EBIT)	8.540.622	9.593.234	2.398.534	1.866.421	3.420.352	3.798.852	1.715.374	1.892.356	16.074.882	17.150.863
Resultado financeiro líquido	(1.381.945)	(2.353.064)	(110.084)	(58.046)	(1.543.239)	(1.434.320)	(74.299)	(184.870)	(3.109.567)	(4.030.300)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(5.590)	(6.221)	(2.250)	3.879	-	-	(14.470)	3.382	(22.310)	1.040
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.153.087	7.233.949	2.286.200	1.812.254	1.877.113	2.364.532	1.626.605	1.710.868	12.943.005	13.121.603
Despesa com imposto de renda e contribuição social	807.705	188.852	(642.697)	(472.953)	(272.278)	(866.759)	(647.403)	(623.033)	(754.673)	(1.773.893)
Lucro líquido do exercício	7.960.792	7.422.801	1.643.503	1.339.301	1.604.835	1.497.773	979.202	1.087.835	12.188.332	11.347.710
EBITDA ajustado ⁽ⁱⁱⁱ⁾	11.737.919	12.295.263	2.961.979	2.299.067	4.389.838	4.909.130	2.057.353	2.182.255	21.147.089	21.685.715
Itens não recorrentes	(328.234)	(43.738)	(17.113)	62.473	(51.889)	(88.367)	-	(16.791)	(397.236)	(86.423)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(2.869.063)	(2.658.291)	(546.332)	(495.119)	(917.597)	(1.021.911)	(341.979)	(273.108)	(4.674.971)	(4.448.429)
Resultado financeiro líquido	(1.381.945)	(2.353.064)	(110.084)	(58.046)	(1.543.239)	(1.434.320)	(74.299)	(184.870)	(3.109.567)	(4.030.300)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(5.590)	(6.221)	(2.250)	3.879	-	-	(14.470)	3.382	(22.310)	1.040
Despesa com imposto de renda e contribuição social	807.705	188.852	(642.697)	(472.953)	(272.278)	(866.759)	(647.403)	(623.033)	(754.673)	(1.773.893)
Lucro líquido do exercício	7.960.792	7.422.801	1.643.503	1.339.301	1.604.835	1.497.773	979.202	1.087.835	12.188.332	11.347.710
Margem EBITDA ajustado em %	40,9%	45,9%	43,8%	39,5%	43,8%	45,6%	29,0%	31,9%	40,2%	43,2%
Aquisição de imobilizado/intangível	3.176.483	1.811.926	578.416	500.379	1.024.966	1.040.828	289.540	217.824	5.069.405	3.570.957

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(continuação)

	Brasil		CAC ⁽ⁱ⁾		América Latina - sul ⁽ⁱⁱ⁾		Canadá		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Ativos segmentados	44.161.917	41.478.586	11.393.314	11.270.219	14.453.984	14.472.056	12.034.975	11.065.962	82.044.190	78.286.823
Eliminação entre segmentos									(2.286.215)	(2.246.449)
Ativos não segmentados									21.984.969	19.674.043
Total do ativo									101.742.944	95.714.417
Passivos segmentados	19.907.373	18.252.112	3.932.812	3.420.931	4.411.757	4.484.598	4.078.743	3.584.762	32.330.685	29.742.403
Eliminação entre segmentos									(2.286.406)	(2.246.443)
Passivos não segmentados									71.698.665	68.218.457
Total do passivo e patrimônio líquido									101.742.944	95.714.417

(i) CAC: compreende as operações em República Dominicana, Saint Vincent, Antígua, Dominica, Cuba, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras, Barbados e Panamá.

(ii) América Latina – Sul: compreende as operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

(iii) O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) Despesa com imposto de renda, (ii) Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto, (iii) Resultado financeiro líquido, (iv) Itens não recorrentes, e (v) Despesas com depreciações, amortizações e *impairment* de ativo imobilizado.

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Informações adicionais – por unidades de negócio – exercícios findos em:

	Brasil					
	Cerveja		Refrigerantes e Não-alcoólicos e não carbonatados		Total	
	2019	2018 (Reapresentado)	2019	2018 (Reapresentado)	2019	2018 (Reapresentado)
Receita Líquida	24.304.237	23.008.475	4.420.236	3.805.739	28.724.473	26.814.214
Custo dos produtos vendidos	(10.037.942)	(8.214.222)	(2.058.372)	(1.800.585)	(12.096.314)	(10.014.807)
Lucro bruto	14.266.295	14.794.253	2.361.864	2.005.154	16.628.159	16.799.407
Despesas logísticas	(3.105.537)	(2.963.245)	(708.608)	(678.191)	(3.814.145)	(3.641.436)
Despesas comerciais	(2.720.975)	(2.894.026)	(403.833)	(182.442)	(3.124.808)	(3.076.468)
Despesas administrativas	(1.425.981)	(1.193.055)	(220.771)	(216.461)	(1.646.752)	(1.409.516)
Outras receitas/(despesas) operacionais	571.569	740.070	254.833	224.915	826.402	964.985
Itens não recorrentes	(328.234)	(37.064)	-	(6.674)	(328.234)	(43.738)
Lucro operacional (EBIT)	7.257.137	8.446.933	1.283.485	1.146.301	8.540.622	9.593.234
Resultado financeiro líquido	(1.408.906)	(2.327.782)	26.961	(25.282)	(1.381.945)	(2.353.064)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(5.590)	(6.221)	-	-	(5.590)	(6.221)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.842.641	6.112.930	1.310.446	1.121.019	7.153.087	7.233.949
Despesa com imposto de renda e contribuição social	807.705	188.852	-	-	807.705	188.852
Lucro líquido do exercício	6.650.346	6.301.782	1.310.446	1.121.019	7.960.792	7.422.801
EBITDA ajustado ⁽ⁱ⁾	10.100.786	10.800.680	1.637.133	1.494.583	11.737.919	12.295.263
Itens não recorrentes	(328.234)	(37.064)	-	(6.674)	(328.234)	(43.738)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(2.515.415)	(2.316.683)	(353.648)	(341.608)	(2.869.063)	(2.658.291)
Resultado financeiro líquido	(1.408.906)	(2.327.782)	26.961	(25.282)	(1.381.945)	(2.353.064)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(5.590)	(6.221)	-	-	(5.590)	(6.221)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	807.705	188.852	-	-	807.705	188.852
Lucro líquido do exercício	6.650.346	6.301.782	1.310.446	1.121.019	7.960.792	7.422.801
Margem EBITDA ajustado em %	41,6%	46,9%	37,0%	39,3%	40,9%	45,9%

(i) O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) Despesa com imposto de renda, (ii) Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto, (iii) Resultado financeiro líquido, (iv) Itens não recorrentes, e (v) Despesas com depreciações, amortizações e *impairment* de ativo imobilizado.

AMBEV S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. RECEITA LÍQUIDA

Reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas e/ou serviços	39.193.350	36.421.579	76.286.613	73.628.955
Impostos sobre vendas	(9.723.105)	(9.797.111)	(15.836.669)	(15.876.599)
Descontos	(2.884.923)	(3.410.440)	(7.850.235)	(7.521.020)
	26.585.322	23.214.028	52.599.709	50.231.336

Serviços prestados por distribuidores tais como divulgação de nossas marcas e serviços logísticos são considerados como despesa quando separadamente identificáveis.

21. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Subvenção governamental e ajuste a valor presente de incentivos fiscais	555.544	635.039	761.326	820.095
(Adições)/reversões de provisões	(19.954)	(33.297)	(37.790)	(41.956)
Ganho/(perda) na alienação de imobilizado, intangível e operações em associadas	41.464	6.468	30.712	(29.791)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	172.832	286.087	123.823	199.001
	749.886	894.297	878.071	947.349

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Depreciação, amortização e despesa com redução ao valor de recuperação (*impairment*) estão incluídas nas seguintes contas do resultado do exercício de 2019 e 2018:

	Controladora			
	Depreciação e <i>impairment</i> do imobilizado		Amortização do intangível	
	2019	2018 (Reapresentado)	2019	2018
Custo dos produtos vendidos ⁽ⁱ⁾	1.462.353	1.453.605	7.723	4.992
Despesas logísticas	347.251	280.252	-	-
Despesas comerciais	276.346	297.812	308.824	96.526
Despesas administrativas	118.097	145.517	117.992	88.217
	2.204.047	2.177.186	434.539	189.735

	Consolidado			
	Depreciação e <i>impairment</i> do imobilizado		Amortização do intangível	
	2019	2018 (Reapresentado)	2019	2018
Custo dos produtos vendidos ⁽ⁱ⁾	2.671.640	2.681.914	12.396	10.270
Despesas logísticas	649.053	570.883	-	-
Despesas comerciais	557.757	585.937	319.408	117.151
Despesas administrativas	272.013	306.919	195.426	175.153
	4.150.463	4.145.653	527.230	302.574

(i) Estes valores somados à R\$1.058.962 na controladora e R\$ 1.976.646 no consolidado mencionados na Nota 26 – *Folha de pagamento e benefícios relacionados*, totalizam R\$2.529.038 e R\$4.660.682, respectivamente. O saldo remanescente de R\$11.499.549 na controladora e R\$17.017.477 no consolidado, contabilizado em custo dos produtos vendidos corresponde a demais custos de produção.

23. ITENS NÃO RECORRENTES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado decorrente de permuta de participações societárias ⁽ⁱ⁾	-	-	-	30.004
Reestruturação ⁽ⁱⁱ⁾	(32.831)	(28.570)	(101.765)	(175.491)
Resultado na venda de subsidiária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	-	78.611
Aquisição de subsidiárias	-	-	-	(1.545)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	(5.387)	(18.002)
Anistia Estadual ^(iv)	(290.084)	-	(290.084)	-
	(322.915)	(28.570)	(397.236)	(86.423)

(i) Conforme descrito na Nota 1(b) Acordo de licenciamento perpétuo à Quilmes.

(ii) As despesas de reestruturação reconhecidas relacionam-se, principalmente, ao realinhamento da estrutura e dos processos no segmento geográfico América Latina – Sul, CAC e Brasil.

(iii) Conforme descrito na Nota 1(b) Venda de subsidiária.

(iv) O pagamento da Anistia no estado do Mato Grosso se trata de exigência para remissão de créditos relativos a incentivos fiscais, nos termos da Lei complementar nº 160/17, regulamentada pela lei complementar do estado do Mato Grosso nº 631/19.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

(a) Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)
Despesas com juros	(977.085)	(970.726)	(1.514.347)	(1.488.058)
Juros capitalizados	-	404	-	404
Juros líquidos sobre planos de pensão	(22.227)	(24.685)	(105.264)	(103.013)
Perdas com derivativos e fundos de investimentos exclusivos	-	-	(1.286.056)	(1.181.109)
Juros sobre provisões para disputas e litígios	(97.704)	(93.722)	(163.856)	(132.750)
Variação cambial	(51.574)	(1.862.660)	(637.161)	(756.908)
Juros e variação cambial sobre mútuo	(922.019)	(1.127.215)	(41.526)	(8.023)
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(310.364)	(107.096)	(310.364)	(107.096)
Impostos sobre transações financeiras	(106.729)	(186.452)	(202.083)	(337.626)
Despesas com fiança bancária	(133.661)	(123.024)	(136.201)	(126.311)
Outros resultados financeiros	(18.955)	(22.696)	(172.154)	(264.619)
	(2.640.318)	(4.517.872)	(4.569.012)	(4.505.109)
Despesa financeira não recorrente	(101.925)	-	(179.421)	(179.084)
	(2.742.243)	(4.517.872)	(4.748.433)	(4.684.193)

A despesa financeira não recorrente refere-se ao pagamento da Anistia no estado do Mato Grosso no montante de R\$101.925 e à realização da variação cambial de empréstimos liquidados com partes relacionadas, historicamente reconhecida no patrimônio líquido, no montante de R\$77.496 em 31 de dezembro de 2019 (R\$179.084 em 31 de dezembro 2018).

A despesa com juros é apresentada líquida do efeito dos instrumentos financeiros derivativos que protegem o risco de taxa de juros da Ambev – consultar também a Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*. A despesa com juros é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)
Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(266.048)	(327.720)	(520.883)	(597.621)
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(711.037)	(643.006)	(993.464)	(890.437)
	(977.085)	(970.726)	(1.514.347)	(1.488.058)

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita de juros	741.334	198.064	1.067.968	453.975
Juros e variação cambial sobre mútuo	39.000	1.500.872	-	-
Ganhos com derivativos e fundos de investimentos exclusivos	88.216	452.081	-	-
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	36.033	-	37.196	-
Outros resultados financeiros	14.944	7.525	26.268	17.410
	919.527	2.158.542	1.131.432	471.385
Receita financeira não recorrente	-	-	161.213	-
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	346.221	182.508
	919.527	2.158.542	1.638.866	653.893

A receita de juros tem a seguinte composição por origem de ativo financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	165.540	64.466	454.736	270.708
Aplicação financeira em título para negociação	98	-	98	12.921
Outros recebíveis	575.696	133.598	613.134	170.346
	741.334	198.064	1.067.968	453.975

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	(reapresentado)		(reapresentado)	
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.135.185	887.214	(1.118.054)	(1.833.480)
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	231.794	(191.984)	277.074	(230.462)
Movimento de imposto diferido sobre prejuízos fiscais em período corrente	(301.656)	126.445	86.307	290.049
Total do imposto de renda diferido	(69.862)	(65.539)	363.381	59.587
Resultado de imposto de renda e contribuição social	1.065.323	821.675	(754.673)	(1.773.893)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal média está demonstrada como segue:

	Controladora	
	2019	2018
	(reapresentado)	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.714.642	10.173.286
Ajuste na base tributável		
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.332.321)	(1.325.972)
Participação nos resultados de controladas	(6.127.263)	(6.792.299)
Despesas não dedutíveis	53.563	53.229
Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil	203.289	450.346
Outras receitas não tributáveis	(37)	(97)
	3.511.873	2.558.493
Alíquota nominal ponderada agregada	34%	34%
Impostos a pagar – alíquota nominal	(1.194.037)	(869.888)
Ajuste na despesa tributária		
Incentivo relativo ao imposto de renda	2.217	2.217
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	2.545.056	1.620.508
Benefício fiscal da amortização de ágio	20.243	12.344
Imposto de renda retido na fonte	(2.309)	(3.214)
Reconhecimento/(baixa) de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	(357.557)	89.500
Outros ajustes tributários	51.710	(29.792)
	1.065.323	821.675
Imposto de renda e contribuição social	1.065.323	821.675
Alíquota efetiva de impostos	-9,94%	-8,08%

	Consolidado	
	2019	2018
	(reapresentado)	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	12.943.005	13.121.603
Ajuste na base tributável		
Outras receitas não tributáveis	(1.130.984)	(400.797)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.896.018)	(1.807.347)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	22.310	(1.040)
Despesas não dedutíveis	285.145	305.490
Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil	210.873	503.043
Resultado de transações intragrupo	(557.773)	(693.378)
	9.876.558	11.027.574
Alíquota nominal ponderada agregada	28,87%	29,96%
Impostos a pagar – alíquota nominal	(2.851.697)	(3.303.767)
Ajuste na despesa tributária		
Incentivo relativo ao imposto de renda	245.885	219.663
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	2.623.796	1.710.372
Benefício fiscal da amortização de ágio	80.548	72.279
Imposto de renda retido na fonte	(420.301)	(220.006)
Reconhecimento/(baixa) de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	(377.408)	(41.627)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	1.434	(107.246)
Outros ajustes tributários	(56.931)	(103.561)
	(754.674)	(1.773.893)
Imposto de renda e contribuição social	(754.674)	(1.773.893)
Alíquota efetiva de impostos	5,83%	13,52%

Os principais eventos ocorridos no exercício e que impactaram a alíquota efetiva foram:

- Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas: Trata-se de incentivos regionais vinculados, principalmente, à produção local e que, quando reinvestido, não é tributado para fins de imposto de renda e contribuição social, o que explica o impacto na alíquota efetiva. O montante acima é impactado por

Notas explicativas às demonstrações contábeis**Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

variações nos volumes de produção, preços e eventuais variações na tributação estadual.

- Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil: demonstra o resultado da apuração da tributação universal de lucros, segundo os regramentos da Lei 12.973/14.
- Resultados de transações intragrupo: refletem a realidade da tributação nos países nos quais estão sediadas as subsidiárias com as quais as operações de mútuo são realizadas.
- Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio: segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de remunerar seus sócios via pagamento de juros sobre o capital próprio (“JCP”), os quais são dedutíveis para fins de imposto de renda.

26. FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários e encargos	1.567.278	1.317.136	3.700.606	3.422.034
Contribuições previdenciárias	452.926	407.613	822.876	789.341
Outros custos com pessoal	272.845	273.421	764.927	726.617
Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido	28.659	29.501	147.675	142.015
Remuneração baseada em ações	167.461	125.167	219.229	162.694
Contribuição para planos de contribuição definida	8.811	12.690	29.709	32.234
	2.497.980	2.165.528	5.685.022	5.274.935

O valor de despesa com folha de pagamento e benefícios relacionados estão apresentados nas demonstrações dos resultados conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos produtos vendidos	1.058.962	998.214	1.976.646	1.814.757
Despesas logísticas	220.564	206.983	1.014.505	987.708
Despesas comerciais	335.528	293.540	1.231.321	1.238.985
Despesas administrativas	871.156	621.944	1.338.833	1.085.445
Resultado financeiro	6.432	24.690	89.203	103.013
Outras receitas/(despesas) operacionais	(10.571)	-	1.291	-
Itens não recorrentes	15.909	20.157	33.223	45.027
	2.497.980	2.165.528	5.685.022	5.274.935

27. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Existem diferentes programas de opções de compra de ações e de concessão de ações que permitem que os empregados e executivos que trabalhem na Companhia e suas subsidiárias adquiram (por meio do exercício de opções de compra) ou recebam ações da Companhia. Para todos os programas de opções de compra, o valor justo das

Notas explicativas às demonstrações contábeis**Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

opções é estimado na data de sua outorga, usando o modelo de precificação denominado “Binomial de *Hull*”, ajustado para refletir o requerimento do IFRS 2/CPC 10 – *Pagamento Baseado em Ações* de que premissas sobre decaimento do direito de aquisição antes do final do período de carência não podem impactar o valor justo da opção.

O modelo atual de opções de compra de ações, conforme disciplinado no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano de Opções”), contempla dois tipos de outorga: (I) Outorga 1 - o beneficiário, conforme o caso, pode destinar 30%, 40%, 60%, 70% ou 100% do montante relativo à participação nos lucros por ele recebido no ano ao exercício imediato de opções, adquirindo assim as correspondentes ações de emissão da Companhia, cuja transferência a terceiros ou à própria Companhia somente é permitida após o prazo de cinco anos a contar da data do exercício das opções; e (II) Outorga 2 - o beneficiário pode exercer as opções após um prazo de carência de cinco anos, pelo período de exercício de cinco anos.

Além disso, a Companhia implementou o Plano de Remuneração Baseado em Ações (“Plano de Ações”), segundo o qual determinados funcionários e membros da administração da Companhia ou de suas subsidiárias são elegíveis para receber ações da Companhia, inclusive na forma de ADRs. As ações que estão sujeitas ao Plano de Ações são designadas “ações restritas”.

Adicionalmente, como meio de criar um incentivo de longo prazo (incentivo patrimonial) para alguns empregados seniores e membros da administração considerados como tendo “alto potencial”, a Companhia concede, no âmbito do Plano de Ações, ações com entrega futura separadas em dois lotes separados – Lote A e Lote B –, que serão entregues aos participantes do respectivo programa observados os períodos de maturação de cinco e dez anos, respectivamente.

O valor justo médio ponderado das opções e as premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação de opções da Companhia de 2019 e 2018 estão demonstrados abaixo:

<i>Em R\$, exceto quando mencionado</i>	2019 ⁽ⁱ⁾	2018 ⁽ⁱ⁾
Valor justo das opções concedidas	4,50	5,62
Preço da ação	17,66	18,04
Preço de exercício	17,66	18,04
Estimativa de volatilidade	23,8%	26,2%
Carência (em anos)	5	5
Estimativa de dividendos	5%	5%
Taxa de juros livre de risco	7,8% ⁽ⁱⁱ⁾	9,6% ⁽ⁱⁱ⁾

(i) Informações baseadas em médias ponderadas dos planos concedidos, exceto pela estimativa de dividendos e taxa de juros livre de risco.

(ii) Os percentuais contemplam as outorgas de opções de ação e ADRs no exercício, onde a taxa de juros livre de risco das ADRs é calculada em dólar americano.

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O número total de opções em aberto está demonstrado a seguir:

<i>Em lotes de mil</i>	2019	2018
Opções em aberto em 1º de janeiro	141.328	135.221
Opções outorgadas durante o exercício	24.593	19.899
Opções exercidas durante o exercício	(7.849)	(9.988)
Opções canceladas durante o exercício	(16.336)	(3.804)
Opções em aberto no final do exercício	141.736	141.328

A faixa de preços de exercício das opções em aberto é de R\$0,001 (R\$0,001 em 31 de dezembro de 2018) até R\$34,37 (R\$27,43 em 31 de dezembro de 2018) e o prazo médio remanescente é de cerca de 6,33 anos (6,27 anos em 31 de dezembro de 2018).

Das 141.736 mil opções em aberto (141.328 mil em 31 de dezembro de 2018), 46.640 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2019 (55.538 mil em 31 de dezembro de 2018).

O preço médio ponderado de exercício das opções está demonstrado a seguir:

<i>Em R\$ por ação</i>	2019	2018
Opções em aberto em 1º de janeiro	16,16	15,27
Opções outorgadas durante o exercício	18,05	18,04
Opções canceladas durante o exercício	21,24	18,55
Opções exercidas durante o exercício	9,07	7,47
Opções em aberto no final do exercício	18,53	16,16
Opções exercíveis no final do exercício	19,12	2,25

Para as opções exercidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o preço médio ponderado da ação na data do exercício foi de R\$18,68 (R\$21,83 em 31 de dezembro de 2018).

Para liquidar as opções de ações exercidas, a Companhia pode usar ações em tesouraria. Além disso, o limite atual do capital autorizado da Companhia é considerado suficiente para atender a todos os planos de opções caso seja necessária a emissão de novas ações para fazer frente às outorgas concedidas nos programas.

Durante o exercício, a Companhia concedeu 208 mil ações diferidas no âmbito do Plano de Opções (em dezembro de 2018, haviam sido concedidas 426 mil ações diferidas), as quais são avaliadas com base na cotação das ações da Companhia no pregão imediatamente anterior à data da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$3.787 em 31 de dezembro de 2019 (R\$7.518 em 31 de dezembro de 2018). Tais ações diferidas sujeitam-se a um prazo de carência de cinco anos a contar da data de sua concessão.

Durante o exercício, a Companhia concedeu 11.838 mil (13.055 mil em 31 de dezembro de 2018) ações restritas no âmbito do Plano de Ações, as quais são avaliadas com base na cotação das ações da Companhia no pregão imediatamente anterior à data da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

R\$211.728 em 31 de dezembro de 2019 (R\$239.109 em 31 de dezembro de 2018). Tais ações restritas sujeitam-se a um prazo de carência de cinco anos a contar da data de sua concessão.

O número total de ações adquiridas ou concedidas, conforme o caso, no âmbito do Plano de Opção e do Plano de Ações, pelos funcionários, cuja entrega se dará em momento futuro sob determinadas condições (ações diferidas e ações restritas) está demonstrado a seguir:

<i>Em lotes de mil</i>	2019	2018
Ações diferidas em aberto em 1º de janeiro	12.308	16.300
Novas ações diferidas durante o exercício	208	426
Ações diferidas entregues durante o exercício	(4.167)	(3.429)
Ações diferidas canceladas durante o exercício	(423)	(989)
Ações diferidas em aberto no final do exercício	7.926	12.308
 <i>Em lotes de mil</i>	 2019	 2018
Ações restritas em aberto em 1º de janeiro	12.656	-
Novas ações restritas durante o exercício	11.838	13.055
Ações restritas entregues durante o exercício	-	(296)
Ações restritas canceladas durante o exercício	(658)	(103)
Ações restritas em aberto no final do exercício	23.836	12.656

Adicionalmente, alguns funcionários e administradores da Companhia receberam opções para aquisição de ações da controladora AB InBev cujo custo (*compensation cost*) está reconhecido no resultado em contrapartida do patrimônio líquido.

As transações com pagamento baseado em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$167.461 na Controladora e R\$219.229 no Consolidado (R\$125.467 na Controladora e R\$162.694 no Consolidado em 31 de dezembro de 2018), registrada na rubrica de despesa administrativa.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

Fatores de riscos

Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, a liquidez e o risco de crédito surgem no curso normal dos negócios. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho do risco em consonância com sua Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A utilização de derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Ambev executa suas operações. A Política abrange quatro pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez, (ii) riscos

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

transacionais relacionados ao negócio, (iii) riscos de conversão de balanços e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

A Política estabelece que todos os passivos e ativos financeiros em cada país onde mantemos operações devem ser mantidos em suas respectivas moedas locais. A Política também determina os procedimentos e controles necessários para identificação, sempre que possível, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio, juros e *commodities* (principalmente alumínio, trigo, milho e açúcar) que possam afetar o valor de nossas receitas, custos e/ou investimentos. A Política determina que os riscos registrados (por exemplo, câmbio e juros) devem ser protegidos por meio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Riscos existentes, mas ainda não registrados (por exemplo, aquisição futura de matérias-primas ou bens do imobilizado) devem ser protegidos com base em previsões pelo período necessário para a Companhia se adaptar ao novo cenário de custos, que pode variar de dez a quatorze meses, também com a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em sua maioria, os riscos de conversão de balanço não são protegidos. Qualquer exceção à Política deve ser aprovada pelo Conselho de Administração.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos autorizados pela Política de Gestão de Riscos Financeiros são contratos futuros negociados em bolsa, *Full deliverable forwards*, *Non deliverable forwards*, *Swaps* e Opções. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward*, *swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos são administradas de forma consolidada e são classificadas por estratégias de acordo com os seus objetivos, conforme demonstrado abaixo:

- i) Derivativos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa - transações previstas altamente prováveis, contratadas com o propósito de minimizar a exposição da Companhia à flutuação de câmbio e preços de matérias-primas, investimentos, equipamentos e serviços a serem adquiridos, protegidas por *hedge* de fluxo de caixa, que devem ocorrer em diversas datas durante os próximos quatorze meses. Ganhos e perdas classificados como reserva de *hedge* no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado.
- ii) Derivativos instrumentos de *hedge* de valor justo - operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia contra as variações de câmbio e taxas de juros. As posições de caixa e dívida da Companhia em moeda estrangeira são constantemente acompanhadas para identificação de novas exposições.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os resultados dessas operações, mensurados conforme seu valor justo são reconhecidos em cada período de apuração, no resultado financeiro.

iii) Derivativos instrumentos de *hedge* de investimento líquido - operações contratadas com o objetivo de minimizar a exposição das diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido, ou parte do investimento líquido, nas subsidiárias da Companhia localizadas no exterior por conta de conversão de balanço. A parte efetiva do *hedge* é alocada no patrimônio líquido e ocorrendo inefetividade, este resultado é contabilizado diretamente no resultado financeiro.

As tabelas a seguir sumarizam as exposições da Companhia que foram identificadas e protegidas em conformidade com a Política de Risco da Companhia. As seguintes denominações foram aplicadas:

Hedge Operacional: Refere-se às exposições oriundas da atividade fim da Ambev, tais como: compra de insumos, compra de ativos fixos e contratos de serviço atrelados à moeda estrangeira, as quais são protegidas com o uso de derivativos.

Hedge Financeiro: Refere-se às exposições oriundas de caixa e atividades de financiamento, tais como: caixa em moeda estrangeira e dívida em moeda estrangeira, as quais são protegidas com o uso de derivativos.

Hedge de investimento no exterior: Refere-se, principalmente, às exposições oriundas de caixa em moeda estrangeira em subsidiárias no exterior cuja moeda funcional é diferente da moeda de consolidação.

Hedge de investimento – opção de venda concedida sobre participação em controlada: Conforme detalhado na Nota 18 (d.4) a Companhia constituiu um passivo relacionado a aquisição de participação minoritária nas operações da República Dominicana. Este instrumento financeiro é denominado em Pesos Dominicanos e está registrado em empresa cuja moeda funcional é o Real. A Companhia denominou este instrumento financeiro como instrumento de *hedge* para parte de seus ativos líquidos localizados na República Dominicana, de maneira que o resultado de variação cambial deste instrumento financeiro seja registrado no grupo do resultado abrangente assim como resultado do objeto do *hedge*.

AMBEV S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações protegidas por instrumentos financeiros derivativos em conformidade com a Política de Gestão de Riscos Financeiros

						2019		
Exposição	Risco	Nocional	Valor Justo		Ganhos / (Perdas) reconhecidos no:			
			Ativo	Passivo	Resultado financeiro	Resultado da operação	Patrimônio líquido	
Custo		(11.823.740)	11.630.267	122.211	(266.416)	(1.147.137)	873.418	652.921
	Commodity	(2.293.500)	2.100.027	36.767	(74.796)	(57.505)	(197.140)	(108.277)
	Dólar	(9.192.368)	9.192.368	44.319	(188.568)	(1.085.420)	1.132.742	795.511
	Euro	(177.565)	177.565	-	(3.052)	(3.277)	(4.272)	(8.790)
	Peso Mexicano	(160.307)	160.307	41.125	-	(935)	(57.912)	(25.523)
Ativo fixo		(816.909)	816.909	11.394	(53.782)	(279.880)	202.447	199.879
	Dólar	(816.909)	816.909	11.394	(53.782)	(279.880)	202.447	199.879
Despesas		(262.098)	262.098	2.229	(17.268)	(5.609)	4.802	2.748
	Dólar	(262.098)	262.098	2.229	(17.268)	(5.611)	4.960	2.854
	Rúpia	-	-	-	-	2	(158)	(106)
Caixa		-	-	-	-	(95)	-	-
	Taxa de juros	-	-	-	-	(95)	-	-
Dívida		(362.773)	-	-	-	5.876	-	-
	Dólar	(114.358)	-	-	-	570	-	-
	Taxa de juros	(248.415)	-	-	-	5.306	-	-
Instrumento Patrimonial		(1.873.396)	1.057.829	37.534	(17.904)	161.111	-	-
	Preço das ações	(1.873.396)	1.057.829	37.534	(17.904)	161.111	-	-
Investimentos no exterior		-	-	-	-	-	(28.487)	28.487
	Dólar	-	-	-	-	-	(28.487)	28.487
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(15.138.916)	13.767.103	173.368	(355.370)	(1.265.734)	1.052.180	884.035

AMBEV S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

						2018		
Exposição	Risco	Nocional	Valor Justo		Ganhos / (Perdas) reconhecidos no:			
			Ativo	Passivo	Resultado financeiro	Resultado da operação	Patrimônio líquido	
Custo		(11.793.199)	11.607.208	184.487	(394.167)	(784.463)	1.182.923	1.733.536
	Commodity	(2.597.049)	2.411.058	14.900	(270.592)	(104.106)	78.429	(160.040)
	Dólar	(8.774.281)	8.774.281	128.429	(119.917)	(681.500)	1.080.748	1.796.040
	Euro	(152.373)	152.373	2.234	(1.020)	(3.046)	4.646	2.776
	Peso Mexicano	(269.496)	269.496	38.924	(2.638)	4.189	19.100	94.760
Ativo fixo		(890.029)	890.029	23.701	(29.318)	21.917	-	-
	Dólar	(890.029)	890.029	23.701	(29.126)	19.309	-	-
	Euro	-	-	-	(192)	2.608	-	-
Despesas		(314.001)	314.001	11.403	(14.150)	(428)	17.710	(634)
	Dólar	(311.812)	311.812	11.362	(14.150)	(808)	18.532	-
	Rúpia	(2.189)	2.189	41	-	380	(822)	(634)
Caixa		(15.000)	15.000	359	-	(347.319)	-	-
	Dólar	-	-	265	-	(347.254)	-	-
	Taxa de juros	(15.000)	15.000	94	-	(65)	-	-
Dívida		(1.010.581)	338.219	34.900	(1.127)	89.538	-	-
	Dólar	(672.362)	-	-	-	73.168	-	-
	Taxa de juros	(338.219)	338.219	34.900	(1.127)	16.370	-	-
Instrumento Patrimonial		(1.535.355)	1.108.416	82	(242.986)	(378.217)	-	-
	Preço das ações	(1.535.355)	1.108.416	82	(242.986)	(378.217)	-	-
Investimentos no exterior		-	-	-	-	4.280	(56.974)	7.440
	Dólar	-	-	-	-	4.280	(56.974)	7.440
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(15.558.165)	14.272.873	254.932	(681.748)	(1.394.692)	1.143.659	1.740.342

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

I. Riscos de mercado

a.1) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos, investimentos, compras, dividendos e despesas/receitas com juros sempre que eles são denominados em moeda diferente da moeda funcional da subsidiária. Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de futuros, *swaps*, opções, *non deliverable forwards* e *full deliverable forwards*.

a.2) Risco de commodities

Parte significativa dos insumos da Companhia é composta de *commodities*, as quais apresentam, historicamente, oscilações relevantes de preços. A Companhia, portanto, utiliza contratos de compra com preço fixo e a contratação de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição à volatilidade dos preços das *commodities* de alumínio, açúcar, trigo e milho. Os instrumentos financeiros derivativos contratados para este fim foram designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

a.3) Risco de taxa de juros

A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de *hedge* de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente com o objetivo de alcançar um equilíbrio entre o custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros. Para isso, leva-se em conta as condições do mercado bem como a estratégia de negócios, e periodicamente essa estratégia é revisada.

A tabela abaixo demonstra o total de dívida da Companhia e o cenário antes e após a estratégia de *hedge* de taxa de juros. Em 2019, a Companhia não está aplicando *hedge* para as exposições demonstradas abaixo:

	Consolidado	
	2019	
	Risco	
	Taxa de juros	Montante
Dívida em Real Brasileiro	10,4%	2.006.718
Capital de Giro em Peso Argentino	94,0%	24
Dívida em Peso Dominicano	10,0%	209.737
Dívida em Dólar Americano	4,7%	19.054
Dívida em Quetzal Guatemalteco	6,3%	12.009
Dívida em Dólar Canadense	3,5%	243.738
Outros	9,2%	126.252
Taxa de juros pré-fixado		2.617.532
Dívida em Real Brasileiro	9,3%	171.809
Dívida em Dólar Americano	4,1%	95.304
Dívida em Dólar Canadense	2,7%	472
Taxa de juros pós-fixado		267.585
		Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018 (reapresentado)			
	Pré - Hedge		Pós - Hedge	
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Dívida em Real Brasileiro	9,7%	2.034.555	10,1%	1.756.179
Dívida em Peso Dominicano	9,4%	217.450	9,4%	217.450
Dívida em Dólar Americano	4,4%	42.392	4,4%	42.392
Dívida em Quetzal Guatemalteco	7,8%	11.460	7,8%	11.460
Dívida em Dólar Canadense	3,5%	145.513	3,5%	145.513
Dívida em Outras Moedas Latino Americanas	10,2%	32.092	10,2%	32.092
Taxa de juros pré-fixado		2.483.462		2.205.086
Dívida em Real Brasileiro	9,1%	237.658	6,8%	516.034
Dívida em Dólar Americano	3,6%	629.973	3,6%	629.973
Dívida em Dólar Canadense	2,8%	752.570	2,8%	752.570
Taxa de juros pós-fixado		1.620.201		1.898.577

Análise de Sensibilidade

A Companhia mitiga seus riscos em ativos e passivos financeiros não derivativos, substancialmente, por intermédio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Neste contexto, a Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos e, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em três cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

1 - Cenário Provável: expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. Para estimar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos, a Companhia utiliza o cálculo do *Value at Risk – VaR* paramétrico. O *VaR* é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias a partir de 31 de dezembro de 2019, os quais estão apresentados em módulo.

2 - Cenário Adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2019.

3 - Cenário Remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2019.

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transação	Risco	Consolidado			
		Valor justo	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
<i>Hedge commodities</i>	Queda no preço das <i>commodities</i>	(38.029)	(86.509)	(563.036)	(1.088.042)
Compras de insumos		38.029	92.106	611.404	1.184.779
<i>Hedge cambial</i>	Desvalorização de moeda estrangeira	(106.176)	(200.852)	(2.488.736)	(4.871.296)
Compras de insumos		106.176	200.852	2.488.736	4.871.296
Efeito no custo		-	5.597	48.368	96.737
<i>Hedge cambial</i>	Desvalorização de moeda estrangeira	(42.388)	(62.231)	(246.615)	(450.842)
Compra de <i>capex</i>		42.388	62.231	246.615	450.842
Efeito no ativo fixo		-	-	-	-
<i>Hedge cambial</i>	Desvalorização de moeda estrangeira	(15.039)	(21.684)	(80.563)	(146.088)
Despesas		15.039	21.684	80.563	146.088
Efeito nas despesas		-	-	-	-
Dívidas	Desvalorização de moeda estrangeira	-	696	28.590	57.179
Despesas com juros	Aumento na taxa de juros	-	1.548	15.217	28.633
Efeito na dívida		-	2.244	43.807	85.812
<i>Hedge de Instrumento Patrimonial</i>	Desvalorização do preço das ações	19.630	(17.584)	(244.827)	(509.284)
Despesas		(19.630)	43.617	448.719	917.068
Efeito no Patrimônio Líquido		-	26.033	203.892	407.784
		-	33.874	296.067	590.333

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Nominal e Valor Justo por instrumento:

Exposição	Risco	Valor Nominal					Total
		2020	2021	2022	2023	>2023	
Custo		11.588.636	41.631	-	-	-	11.630.267
	<i>Commodity</i>	2.058.396	41.631	-	-	-	2.100.027
	Dólar	9.192.368	-	-	-	-	9.192.368
	Euro	177.565	-	-	-	-	177.565
	Peso Mexicano	160.307	-	-	-	-	160.307
Ativo fixo		816.909	-	-	-	-	816.909
	Dólar	816.909	-	-	-	-	816.909
Despesas		262.098	-	-	-	-	262.098
	Dólar	262.098	-	-	-	-	262.098
Instrumento Patrimonial		1.057.829	-	-	-	-	1.057.829
	Preço das ações	1.057.829	-	-	-	-	1.057.829
		13.725.472	41.631	-	-	-	13.767.103

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposição	Risco	Valor Justo					Total
		2020	2021	2022	2023	>2023	
Custo		(145.370)	1.165	-	-	-	(144.205)
	Commodity	(39.194)	1.165	-	-	-	(38.029)
	Dólar	(144.249)	-	-	-	-	(144.249)
	Euro	(3.052)	-	-	-	-	(3.052)
	Peso Mexicano	41.125	-	-	-	-	41.125
Ativo fixo		(42.388)	-	-	-	-	(42.388)
	Dólar	(42.388)	-	-	-	-	(42.388)
Despesas		(15.039)	-	-	-	-	(15.039)
	Dólar	(15.039)	-	-	-	-	(15.039)
Instrumento Patrimonial		19.630	-	-	-	-	19.630
	Preço das ações	19.630	-	-	-	-	19.630
		(183.167)	1.165	-	-	-	(182.002)

II. Risco de crédito

Concentração de risco de crédito no contas a receber

Parte substancial das vendas da Companhia é feita a distribuidores, supermercados e varejistas dentro de ampla rede de distribuição. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que o monitoram. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

Concentração de risco de crédito de contraparte

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seletivo grupo de contrapartes altamente qualificadas.

A definição das instituições financeiras autorizadas a operar como contraparte da Companhia está descrita em nossa Política de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito estabelece limites máximos de exposição a cada contraparte com base na classificação de risco e na capitalização de cada contraparte.

A Companhia adota, com a finalidade de minimizar o risco de crédito junto às suas contrapartes nas operações significativas de derivativos, cláusulas de “gatilhos” bilaterais. De acordo com estas cláusulas, sempre que o valor justo de uma operação superar uma percentagem de seu valor nocional (geralmente entre 10% e 15%), a parte devedora liquida a diferença em relação a este limite em favor da parte credora.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha aplicações financeiras relevantes nas seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil, Bradesco, Bank Mendes Gans,

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BNP Paribas, Caixa Econômica Federal, Citibank, Itaú, JP Morgan Chase, Santander, ScotiaBank e Toronto Dominion Bank. A Companhia possuía contratos de derivativos com as seguintes instituições financeiras: Banco Bisa, Banco Galícia, BBVA, Barclays, BNB, BNP Paribas, Bradesco, Citibank, Deutsche Bank, Itaú, Goldman Sachs, JP Morgan Chase, Macquarie, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, Standard Bank, ScotiaBank e TD Securities.

Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, excluindo pagamentos antecipados, impostos a recuperar e instrumentos financeiros derivativos estão apresentados líquidos das provisões de *impairment* reconhecidas e representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2019. Não havia nenhuma concentração de risco de crédito com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2019.

III. Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os instrumentos financeiros derivativos e acesso a facilidades de empréstimo é suficiente para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e o pagamento de dividendos no futuro.

IV. Risco de valor de ação

Por meio das operações de *equity swap* aprovadas em 20 de dezembro de 2018, 15 de maio de 2019 e 19 de dezembro de 2019 pelo Conselho de Administração (ver Nota 1 – *Informações gerais*), a Companhia, ou suas subsidiárias, receberá a variação de preço relacionado às ações de emissão da Companhia ou *american depositary receipts* com lastro nestas ações (“ADRs”) de sua emissão negociadas em bolsa, neutralizando os efeitos da oscilação das cotações das ações tendo em vista a remuneração baseada em ações da Companhia. Como esses instrumentos derivativos não se caracterizam como *hedge accounting* não foram, portanto, designados a qualquer relação de *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2019, uma exposição equivalente a R\$1,9 bilhão (R\$1,5 bilhão em 31 de dezembro de 2018) em ações (ou ADRs) da Ambev foi parcialmente protegida, resultando em um ganho no resultado do exercício de R\$161.111 (perda de R\$378.217 no resultado em 31 de dezembro de 2018).

Notas explicativas às demonstrações contábeis**Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

V. Gerenciamento de Capital

A Ambev está constantemente otimizando sua estrutura de capital visando maximizar o valor do investimento dos acionistas e mantendo a desejada flexibilidade financeira para executar os projetos estratégicos. Além dos requisitos legais mínimos de financiamento de capital próprio que se aplicam às subsidiárias nos diferentes países, a Ambev não está sujeita a quaisquer requerimentos externos de capital. Ao analisar sua estrutura de capital, a Ambev utiliza a mesma relação de dívida e classificações de capital aplicada nas suas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros**(a) Categoria dos instrumentos financeiros**

A administração dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia é efetuada por estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.).

O quadro abaixo demonstra todos os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, segregados por categoria:

				Controladora
				2019
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.217.245	440.292	-	2.657.537
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	-	3.994.435	-	3.994.435
Aplicações financeiras	-	118.990	1.082.865	1.201.855
Total	2.217.245	4.553.717	1.082.865	7.853.827
<u>Passivos financeiros</u>				
Contas a pagar e opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos	-	27.249.173	2.950.489	30.199.662
Empréstimos e financiamentos	-	1.721.157	-	1.721.157
Total	-	28.970.330	2.950.489	31.920.819

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora				
2018				
(reapresentado)				
Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.788.859	485.016	-	2.273.875
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	-	4.003.564	-	4.003.564
Aplicações financeiras	-	109.395	1.037.821	1.147.216
Total	1.788.859	4.597.975	1.037.821	7.424.655
Passivos financeiros				
Contas a pagar e opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos	-	23.309.276	2.449.334	25.758.610
Empréstimos e financiamentos	-	1.814.429	-	1.814.429
Total	-	25.123.705	2.449.334	27.573.039
Consolidado				
2019				
Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.644.665	8.256.001	-	11.900.666
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	-	6.456.672	-	6.456.672
Aplicações financeiras	-	163.570	14.558	178.128
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	37.534	37.534
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	-	135.834	135.834
Total	3.644.665	14.876.243	187.926	18.708.834
Passivos financeiros				
Contas a pagar e opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos	-	16.962.949	3.092.240	20.055.189
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	17.904	17.904
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	-	337.466	337.466
Empréstimos e financiamentos	-	3.062.804	-	3.062.804
Total	-	20.025.753	3.447.610	23.473.363
Consolidado				
2018				
(reapresentado)				
Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.778.394	7.685.104	-	11.463.498
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	-	6.874.253	-	6.874.253
Aplicações financeiras	-	147.341	13.391	160.732
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	34.068	34.068
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	-	220.864	220.864
Total	3.778.394	14.706.698	268.323	18.753.415
Passivos financeiros				
Contas a pagar e opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos	-	15.535.632	2.669.561	18.205.193
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	243.359	243.359
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	-	438.389	438.389
Empréstimos e financiamentos	-	4.103.663	-	4.103.663
Total	-	19.639.295	3.351.309	22.990.604

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

O IFRS 13 / CPC 46 – *Mensuração do Valor Justo* define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ainda de acordo com o IFRS 13, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

	2019				2018			
	Controladora							
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Ativos financeiros mensurados ao valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	2.217.245	-	-	2.217.245	1.788.859	-	-	1.788.859
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	1.082.865	-	1.082.865	-	1.037.821	-	1.037.821
	2.217.245	1.082.865	-	3.300.110	1.788.859	1.037.821	-	2.826.680
Passivos Financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽ⁱ⁾	-	-	2.950.489	2.950.489	-	-	2.449.334	2.449.334
	-	-	2.950.489	2.950.489	-	-	2.449.334	2.449.334
	2019				2018			
	Consolidado							
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Ativos financeiros mensurados ao valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	3.644.665	-	-	3.644.665	3.778.394	-	-	3.778.394
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	14.558	-	-	14.558	13.391	-	-	13.391
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	-	37.534	-	37.534	95	33.973	-	34.068
Derivativos - Hedge operacional	25.156	110.678	-	135.834	1.622	219.242	-	220.864
	3.684.379	148.212	-	3.832.591	3.793.502	253.215	-	4.046.717
Passivos Financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽ⁱ⁾	-	-	3.092.240	3.092.240	-	-	2.669.561	2.669.561
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	-	17.904	-	17.904	511	242.848	-	243.359
Derivativos - Hedge operacional	43.209	294.257	-	337.466	36.583	401.806	-	438.389
	43.209	312.161	3.092.240	3.447.610	37.094	644.654	2.669.561	3.351.309

(i) Refere-se à opção de venda concedida sobre participação em controlada conforme Nota 18 d (4).

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da movimentação da categorização do Nível 3

	Controladora	Consolidado
Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro 2018 ⁽ⁱ⁾	2.449.334	2.669.561
Aquisição de investimento	-	(24.954)
Total de ganhos e perdas no exercício	501.155	447.633
Despesa/(receita) reconhecida no resultado do exercício	540.091	542.309
Despesa/(receita) reconhecida no patrimônio líquido	(38.936)	(94.676)
Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2019	2.950.489	3.092.240

(i) O passivo foi registrado na rubrica de “Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos” no balanço patrimonial.

(c) Valor justo dos passivos mensurados pelo custo amortizado

Os passivos, empréstimos e financiamentos, e as contas a pagar excluindo impostos a recolher da Companhia estão contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias e cambiais, conforme índices de fechamento de cada exercício.

Os instrumentos financeiros contabilizados a custo amortizado assemelham-se ao valor justo, não sendo materiais para divulgação.

Apuração do valor justo de derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. No caso de *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços de ajustes divulgados pelas mesmas.

Margens dadas em garantia

Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2019 um montante de R\$667.005 na Controladora e R\$816.928 no Consolidado em aplicações de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (R\$550.588 na Controladora e R\$653.751 no Consolidado em 31 de dezembro de 2018).

Compensação de ativos e passivos financeiros

Para os ativos e passivos financeiros sujeitos a acordos de liquidação pelo valor líquido ou acordos similares, cada acordo entre a Companhia e a contraparte permite esse tipo de liquidação quando ambas as partes fazem essa opção. Na ausência de tal eleição, os ativos e passivos financeiros serão liquidados pelos seus valores brutos,

AMBEV S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

porém cada parte terá a opção de liquidá-los pelo valor líquido, no caso de inadimplência da parte contrária.

29. GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTO DE CLIENTES E OUTROS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cauções	667.005	550.588	817.036	653.751
Outros compromissos	-	-	1.245.169	1.338.866
	667.005	550.588	2.062.205	1.992.617
Compromissos contratuais com fornecedores	9.936.893	10.101.173	15.877.298	12.078.641
	9.936.893	10.101.173	15.877.298	12.078.641

Em 31 de dezembro de 2019, as cauções e outros compromissos totalizavam R\$667.005 na Controladora e R\$2.062.205 no Consolidado (R\$550.588 na Controladora e R\$1.992.617 no Consolidado em 31 de dezembro de 2018), incluindo R\$667.005 na Controladora e R\$693.276 no Consolidado (R\$550.588 na Controladora e R\$574.726 no Consolidado em 31 de dezembro de 2018) em garantias em espécie. Os depósitos em dinheiro para garantia são apresentados como parte do saldo de outros ativos. Adicionalmente, para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha, em 31 de dezembro de 2019, um montante de R\$667.005 na Controladora e R\$816.928 no Consolidado (R\$550.588 na Controladora e R\$653.751 no Consolidado em 31 de dezembro de 2018) em aplicações de liquidez imediata ou espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*).

A maior parte do saldo de compromissos contratuais refere-se a obrigações com fornecedores de embalagens.

O vencimento dos compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Menos de 1 ano	3.990.178	3.527.415	9.300.551	4.826.987
Entre 1 e 2 anos	3.565.524	2.506.198	3.861.872	2.932.420
Mais de 2 anos	2.381.191	4.067.560	2.714.875	4.319.234
	9.936.893	10.101.173	15.877.298	12.078.641

Notas explicativas às demonstrações contábeis**Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido a sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões das cortes e tribunais, acordos entre as partes envolvidas e ações governamentais e, como consequência disso, a Administração da Companhia não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

Os passivos contingentes prováveis estão totalmente provisionados, conforme detalhado na Nota 16 - *Provisões*.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda, classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ e CSLL	42.047.240	36.404.352	43.453.049	37.867.374
ICMS e IPI	20.346.218	21.842.099	22.226.320	23.891.369
PIS e COFINS	2.083.342	3.807.065	3.066.849	4.386.342
Trabalhistas	158.979	157.773	353.296	353.425
Cíveis	270.990	280.456	388.732	4.385.657
Outros	723.331	722.136	1.036.024	1.171.252
	65.630.100	63.213.881	70.524.270	72.055.419

Principais processos com probabilidade de perda possível**Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL***Ágio Inbev Holding*

Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu uma autuação da Receita Federal do Brasil referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A.. Como a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”) restou parcialmente favorável, a Ambev ingressou com medida judicial para discussão da matéria em que ficou vencida, com pedido de liminar deferido em favor da Companhia para suspender a exigibilidade da cobrança. A parcela remanescente foi submetida a revisão pela Câmara Superior do “CARF” (“CSRF”) que, em agosto de 2019, proferiu decisão parcialmente favorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se notificação da decisão e a Ambev apresentará os recursos cabíveis.

Em junho de 2016, a Ambev recebeu novo Auto de Infração, relativo à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio e apresentou defesa. A Ambev obteve decisão parcialmente favorável perante o CARF e interpôs Recurso Especial para análise do caso pela Câmara Superior do CARF (“CSRF”). Em novembro de

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2019, o Recurso Especial foi parcialmente admitido pela CSRF e a Ambev interpôs recurso com relação a parcela que não foi admitida.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em 31 de dezembro de 2019, relacionado a esta contingência, seja de aproximadamente R\$10,1 bilhões (R\$9,3 bilhões em 31 de dezembro de 2018), classificado como perda possível, e, portanto, não foi constituída provisão a esse respeito. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a Anheuser-Busch InBev SA/NV reembolsará o valor proporcional (70%) ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como dos respectivos custos.

Ágio BAH

Em outubro de 2013, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente a incorporação da Beverage Associates Holding Limited (“BAH”) na Ambev. A decisão de primeira instância administrativa manteve a autuação. A Companhia apresentou Recurso Voluntário. Em novembro de 2018, o Recurso Voluntário foi julgado parcialmente favorável à Companhia. A Companhia interpôs contrarrazões ao Recurso Especial da Fazenda Nacional e, relativamente a parcela que restou vencida, interpôs Recurso Especial. Em dezembro de 2019, o Recurso Especial foi parcialmente admitido pela CSRF e a Ambev interpôs recurso com relação a parcela que não foi admitida.

Em abril e agosto de 2018, a Ambev recebeu dois novos Autos de Infração relativos à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio e apresentou defesas. Em abril de 2019, a DRJ proferiu decisões desfavoráveis em ambos os casos e a Companhia interpôs Recursos Voluntários para análise perante o CARF. Em novembro e dezembro de 2019, o CARF proferiu decisão parcialmente favorável e atualmente a Ambev aguarda ser intimada das decisões para interpor os recursos cabíveis.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$2,2 bilhões (R\$2,1 bilhões em 31 de dezembro de 2018), classificado como perda possível e, portanto, não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

Ágio CND Holdings

Em novembro de 2017, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente a incorporação da CND Holdings na Ambev. A decisão de primeira instância manteve a autuação. A Ambev interpôs Recurso Voluntário. Em fevereiro de 2020, o Recurso Voluntário foi julgado parcialmente favorável e atualmente a Ambev aguarda ser intimada da decisão para interpor os recursos cabíveis.

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$1,1 bilhão (R\$1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2018), classificado como perda possível e, portanto não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

Lucros auferidos no exterior

Desde o ano de 2005 a Companhia e algumas de suas subsidiárias têm recebido autuações por parte da Receita Federal do Brasil com relação à tributação de lucros auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

Os processos em trâmite na esfera administrativa possuem decisões parcialmente favoráveis, ainda sujeitas a reexame pelo tribunal administrativo. Por sua vez, nos processos em trâmite na esfera judicial, a Companhia possui decisão liminar favorável, para o fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, e sentenças de procedência, sujeitas a reexame pela instância superior.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em 31 de dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$7,2 bilhões (R\$7,7 bilhões em 31 de dezembro de 2018) com classificação de perda possível e de aproximadamente R\$52,2 milhões com classificação de perda provável (R\$45,8 milhões em 31 de dezembro de 2018).

Utilização de prejuízo fiscal em incorporação

A Companhia e uma de suas subsidiárias são partes em autos de infração, lavrados pela Receita Federal do Brasil, os quais visam a cobrança de suposto crédito tributário decorrente da não concordância pelo Fisco Federal com o aproveitamento integral de prejuízo fiscal acumulado para abatimento do lucro real por empresas em seu último ano de existência, decorrente de incorporação.

Em relação a dois dos processos administrativos, em fevereiro de 2016, a Ambev foi notificada do encerramento da fase administrativa e ingressou com ações judiciais para discussão do tema. Em setembro de 2016, a Ambev recebeu a primeira decisão favorável de 1ª instância judicial e, em março de 2017, recebeu decisão desfavorável em 1ª instância judicial no segundo caso em discussão no judiciário e apresentou Recurso de Apelação. Os dois casos aguardam julgamento na segunda instância judicial. Os demais casos continuam sendo discutidos administrativamente e aguardam decisão final.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em dezembro de 2019, é de aproximadamente R\$548,9 milhões (R\$533,3 milhões em 31 de dezembro de 2018),

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

classificado como perda possível e, portanto, não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

Glosa de despesas financeiras e perdas em investimentos

Em 2015 e 2016, a Companhia recebeu dois Autos de Infração da Receita Federal do Brasil referente a glosa de despesas relacionadas aos resultados dos instrumentos financeiros de proteção utilizados contra riscos inerentes às oscilações de preço ou de taxa relacionados com as atividades operacionais da Companhia e apresentou defesas. Em novembro de 2019, relativamente ao caso de 2016, Ambev recebeu decisão favorável perante a primeira instância administrativa, a qual deverá ser submetida a reexame perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”). Relativamente ao caso de 2015, a Companhia aguarda julgamento em primeira instância administrativa.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em dezembro de 2019, é de aproximadamente R\$4,8 bilhões (R\$4,6 bilhões em 31 de dezembro de 2018), classificado como perda possível, e, portanto, não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

Glosa de créditos de impostos pagos no exterior

Desde 2014 a Companhia vem recebendo autuações em virtude da glosa de créditos de imposto de renda pago no exterior pelas empresas controladas pela Companhia e apresentou defesas. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia está questionando essas autuações. Em novembro de 2019, foi proferida decisão favorável definitiva pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”), cancelando um dos casos relativos ao ano-calendário de 2010, no valor aproximado de R\$0,2 bilhão. Em janeiro de 2020, o CARF proferiu decisões desfavoráveis em quatro casos relativos aos anos de 2015 e 2016, no valor atualizado e aproximado de R\$3,6 bilhões. Em relação a estes casos, a Companhia aguarda a notificação do teor das decisões para apresentação dos recursos cabíveis. Relativamente aos demais, os processos aguardam decisão final na esfera administrativa.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$10,1 bilhões (R\$9,5 bilhões em 31 de dezembro de 2018), classificado como perda possível e, portanto, não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro Presumido

Em abril de 2016, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu autuação relacionada à utilização de Lucro Presumido para o cálculo do IRPJ e da CSLL em detrimento do método de Lucro Real. Em setembro de 2017, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário. Em 2019, foi proferida decisão favorável definitiva à Companhia pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”), cancelando a autuação.

Em março de 2019, a Arosuco recebeu novo auto de infração da mesma matéria e apresentou Impugnação. Em outubro de 2019, a primeira instância administrativa proferiu decisão desfavorável e a Arosuco interpôs recurso perante o CARF.

A Arosuco estima que o valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$506,9 milhões (R\$645,1 milhões em 31 de dezembro de 2018), classificado como perda possível e, portanto, não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

Dedutibilidade de despesa do JCP

Em novembro de 2019, a Ambev recebeu uma autuação da Receita Federal referente à dedução dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no ano de 2014. Os questionamentos referem-se, primordialmente, aos efeitos contábeis e societários da reestruturação societária efetuada pela Companhia no ano de 2013 e seus impactos no incremento do cálculo do limite da dedutibilidade do JCP. A Ambev apresentou defesa administrativa e aguarda decisão.

A Companhia distribuiu JCP nos exercícios seguintes ao período autuado. Dessa maneira, caso a dedutibilidade do JCP também venha a ser questionada no futuro, nas mesmas bases do auto de infração referido, a Companhia estima que a conclusão da discussão seja semelhante ao presente caso, e, portanto, manteve o efeito da dedutibilidade do JCP em sua alíquota efetiva do Imposto de Renda.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$3,9 bilhões, classificado como perda possível e, portanto, não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

PIS e COFINS

PIS/COFINS sobre bonificações

Desde 2015, a Ambev vem sendo autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de valores supostamente devidos a título de PIS e COFINS sobre bonificações concedidas a seus clientes. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Em 2019, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia na esfera

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

administrativa. Parte dessas decisões ainda estão sujeitas a reexame. O caso em andamento na esfera judicial ainda está em estágio inicial.

A Ambev estima que o valor envolvido nos processos em dezembro de 2019 seja de aproximadamente R\$2,3 bilhões (R\$4,0 bilhões em 31 de dezembro de 2018), classificados como perda possível.

ICMS e IPI

ICMS Guerra Fiscal

A Companhia, ao longo dos anos, recebeu autos de infração lavrados pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros, relacionados com a legalidade da tomada de créditos de ICMS em operações contempladas com incentivos fiscais concedidos por outros Estados da Federação. A Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos, em 31 de dezembro de 2019, seja de aproximadamente R\$2 bilhões (R\$2,1 bilhões em 31 de dezembro de 2018), classificados como de perda possível.

ICMS - ST Gatilho

A Companhia, ao longo dos anos, recebeu autos de infração para cobrança de supostas diferenças de ICMS que alguns Estados entendem devidas, no regime de substituição tributária, nas hipóteses em que o preço de venda dos produtos atinge valores próximos ou superiores aos parâmetros estabelecidos nas pautas fiscais publicadas pelos Estados, casos em que as autoridades fiscais estaduais entendem que a base de cálculo deve ser baseada no preço da operação acrescido de uma margem de valor agregado e não no valor da pauta. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

A Ambev estima que o valor total de risco possível envolvido nos processos desta matéria, em 31 de dezembro de 2019, seja de aproximadamente R\$7,7 bilhões (R\$7,7 bilhões em 31 de dezembro de 2018). Foram feitas provisões no valor total de R\$8,3 milhões (R\$7,8 milhões em 31 de dezembro de 2018) para casos específicos em que a Ambev estima que as chances de perda são prováveis por questões processuais.

ICMS – PRODEPE

Em 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco para cobrança de diferenças de ICMS pelo suposto descumprimento das regras do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco – “PRODEPE” por conta da retificação de suas obrigações acessórias. Em 2017, a

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia obteve uma decisão final favorável reconhecendo a nulidade de um dos Autos de Infração por conta de erros formais. Entretanto, em setembro de 2018, a Ambev recebeu um novo Auto de Infração para discutir a mesma matéria. Além disso, existem outros autos de infração relacionados ao tema. A Ambev estima que o valor envolvido nestes processos, em dezembro de 2019, seja de aproximadamente R\$591,9 milhões (R\$603,5 milhões em dezembro de 2018), classificados como perda possível. Foi feita uma provisão no valor total de R\$4,9 milhões (R\$2,9 milhões em dezembro de 2018), para um dos casos em que a Ambev estima que as chances de perda são parcialmente prováveis.

Zona Franca de Manaus – IPI e PIS/COFINS

Os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus para remessa a outros lugares no Brasil são isentos e/ou sujeitos à alíquota zero de IPI e PIS/COFINS. Com relação ao IPI, as unidades da Ambev registraram crédito presumido de IPI nas aquisições de insumos isentos fabricados na Zona Franca de Manaus. Desde 2009, a Ambev tem recebido Autos de Infração glosando estes créditos.

Além disso, ao longo dos anos, recebeu cobranças da Receita Federal do Brasil (i) exigindo tributos federais considerados indevidamente compensados com os créditos de IPI relacionados com os casos em discussão, e (ii) PIS/COFINS com relação às remessas da Arosuco.

Em abril de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 592.891/SP, com efeitos vinculantes, autorizando os contribuintes a registrar créditos presumidos de IPI sobre aquisições de matérias-primas e insumos isentos oriundos da Zona Franca de Manaus. Por conta disso, a Companhia reclassificou parte dos valores relacionados aos processos de IPI para perda remota, mantendo como possível perda apenas os valores relacionados com outras discussões adicionais que não foram objeto de análise pelo STF.

A Companhia está discutindo a matéria nos tribunais administrativos e judiciais. A Ambev estima que o valor envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2019, seja de aproximadamente R\$4,2 bilhões (R\$4,9 bilhões em 31 de dezembro de 2018), classificados como perda possível.

IPI Suspensão

No decorrer dos anos de 2014 e 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil para cobrança do IPI supostamente devido na remessa de produtos acabados entre unidades da Companhia. A Companhia está discutindo a matéria nos tribunais administrativos e judiciais. A Ambev estima que o valor envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2019, seja de aproximadamente R\$1,7 bilhão (R\$1,6 bilhão em dezembro de 2018), classificados como perda possível.

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ICMS – AM

Em 2016 a Ambev recebeu autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas para cobrança de supostas diferenças de ICMS em virtude de questionamentos acerca da base de cálculo aplicada nas operações de venda pela Ambev às suas subsidiárias. A Companhia está discutindo a matéria no tribunal administrativo do Estado e estima que o valor envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2019, seja de aproximadamente R\$499 milhões (R\$479 milhões em dezembro de 2018), classificados como perda possível.

Contingências ativas

De acordo com a IAS 37 / CPC 25 – *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

A Companhia e suas controladas pleiteiam a restituição das parcelas de PIS e COFINS recolhidas com a inclusão do ICMS e/ou ICMS-ST nas suas bases de cálculo referente ao período de 1990 em diante. Considerando as diferentes sistemáticas de tributação do setor de bebidas frias, bem como em razão de incorporações societárias que ocorreram ao longo dos anos, a Companhia e suas controladas possuem diversas ações pleiteando referida restituição. Para o período até 2009, bem como para o período em que era vigente o regime especial de bebidas frias – i.e. de janeiro de 2009 a abril de 2015 (artigo 58-J da Lei nº 10.833, de 2003, também conhecido como REFRI), os valores envolvidos nos pedidos de restituição ainda estão sendo apurados. Já para o período após o encerramento do regime especial de bebidas frias (atualmente vigente), a Companhia estima que o ativo contingente relacionado a este tema corresponde a R\$1,8 bilhão.

Em setembro de 2019, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado, reconhecendo o direito da antiga Companhia Antarctica Paulista (incorporada pela Ambev S.A.) excluir o ICMS das bases de cálculo da COFINS no período de março de 2000 a maio de 2005, razão pela qual reconheceu um imposto a recuperar de aproximadamente R\$0,6 bilhão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa não realizado sobre derivativos	-	-	(2.112)	(142.176)
Valor justo de opção concedida	(274.334)	(166.818)	(274.331)	(166.818)
Permuta de participações societárias	-	-	-	36.519
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	339.189	32.852
Aquisição de investimento a pagar	-	-	20.000	-
Outros	-	-	-	843

32. PARTES RELACIONADAS

Políticas e práticas quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável.

Nos termos do estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração a aprovação de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas (exceto aquelas integralmente controladas), administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia). Ao Comitê de Partes Relacionadas e Condutas Concorrenciais da Companhia cabe assessorar o Conselho de Administração da Companhia em assuntos relativos a tais transações com partes relacionadas.

É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante, ainda que em tese, com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria a sua não participação na deliberação.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros, estejam claramente refletidas nas demonstrações contábeis e sejam formalizadas em contratos escritos.

Transações com membros da Administração

Além dos benefícios de curto prazo, os administradores são elegíveis ao Plano de Opções de Compra de Ações e ao Plano de Remuneração Baseado em Ações, conforme mencionado na Nota 27 - *Pagamento baseado em ações*.

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O total das despesas com Administradores da Companhia está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Benefícios de curto prazo ⁽ⁱ⁾	31.176	24.078
Pagamento baseado em ações ⁽ⁱⁱ⁾	41.231	30.797
Total da remuneração do pessoal chave da Administração	72.407	54.875

(i) Corresponde substancialmente a honorários de Administradores e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho).

(ii) Corresponde ao custo das opções, ações diferidas e ações restritas concedidas aos Administradores. Nos valores acima não consta a remuneração do Conselho Fiscal.

Exceto pela remuneração descrita acima e pelos programas de opções de compra de ações e de remuneração baseado em ações (Nota 27 - *Pagamento baseado em ações*), a Companhia não possui nenhum tipo de transação com os administradores, tampouco saldos pendentes a receber ou a pagar em seu balanço patrimonial.

Transações com os acionistas da Companhia

a) Assistência médica, odontológica e outros benefícios

A Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência (“Fundação Zerrenner”) é uma das acionistas da Ambev, com 10,2% de seu capital social total. A Fundação Zerrenner é também uma entidade legalmente independente, cujo principal objetivo é proporcionar aos funcionários ativos e certos inativos, da Ambev, no Brasil, assistência médica e odontológica, auxílio em cursos de formação técnica e superior e instalações para assistência e auxílio a idosos, por meio de iniciativas diretas ou acordos de assistência financeira com outras entidades. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as responsabilidades atuariais relativas aos benefícios proporcionados diretamente pela Fundação Zerrenner eram integralmente cobertas pelos ativos da Fundação Zerrenner mantidos para tal fim, os quais excedem em montante significativo o valor dos passivos atuariais em tais datas. A Ambev reconhece os ativos (despesas antecipadas) desse plano na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

As despesas incorridas pela Fundação Zerrenner, no Brasil, para fornecer os benefícios acima mencionados aos funcionários da Companhia totalizaram R\$259.581 (R\$273.236 em 31 de dezembro de 2018), sendo R\$229.579 e R\$30.002 relacionados aos funcionários ativos e inativos respectivamente (R\$238.379 e R\$34.856 em 31 de dezembro de 2018 relacionados aos funcionários ativos e inativos respectivamente).

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Arrendamento de ativos

A Companhia possui um contrato de arrendamento de ativos com a Fundação Zerrener, no valor total de R\$85.028, com vencimento em 31 de maio de 2020, podendo ser prorrogado por mais um ano.

c) Aluguel do imóvel da Administração Central da Companhia

A Companhia possui contrato de locação de dois conjuntos comerciais com a Fundação Zerrener, no valor anual de R\$3.255, com vencimento em janeiro de 2020.

d) Licenciamentos

A Companhia mantém contratos de licenciamento com a Anheuser-Busch Inc., para produzir, engarrafar, vender e distribuir os produtos Budweiser no Brasil, no Canadá e na Argentina, e acordos de venda e distribuição de produtos Budweiser na Guatemala, na República Dominicana, no Paraguai, em El Salvador, na Nicarágua, no Uruguai, no Chile, no Panamá, na Costa Rica e em Porto Rico. Além disso, a Companhia produz e distribui produtos Stella Artois sob licença da AB InBev no Brasil e no Canadá e, por meio de licença concedida à AB InBev, esta distribui produtos Brahma nos Estados Unidos e em diversos países, tais como Reino Unido, Espanha, Suécia, Finlândia e Grécia. Neste contexto, a Companhia registrou R\$1.779 (R\$2.055 em 31 de dezembro de 2018) e R\$456.908 (R\$431.644 em 31 de dezembro de 2018) como receita e despesa de licenciamento nas informações consolidadas, respectivamente.

A Companhia possui também contrato de licenciamento com o Grupo Modelo, uma subsidiária da ABI, para importar, promover e revender produtos *Corona* (*Corona Extra*, *Corona Light*, *Coronita*, *Pacífico* e *Negra Modelo*) em países da América Latina e no Canadá.

Transações com partes relacionadas

Circulante	2019				
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a Pagar ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a Receber	Empréstimos/ Mútuo a pagar	Controladora Dividendos a receber
AB InBev	19.020	(9.722)	-	-	-
Ambev Luxemburgo	9	(31)	-	(20.281)	-
Arosuco	163.897	(1.391.161)	-	-	142.492
Cerveceria Modelo	8.584	(1.441)	-	-	-
CMQ	17.866	(30.308)	-	-	-
CRBS	619.393	(164.168)	-	-	-
Cympay	4	(61.541)	-	-	-
Incrível	3.734	(15.225)	14	-	-
Labatt Brewing	1.901	(197)	-	(127.575)	-
Maltería Pampa	96	(20.110)	-	-	-
Maltería Uruguay	-	(42.559)	-	-	-
Outras	87.892	(54.791)	2.625	(3.330)	5.952
	922.396	(1.791.254)	2.639	(151.186)	148.444

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Circulante	2018				
	Controladora				
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a Pagar ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a Receber	Empréstimos/ Mútuo a pagar	Dividendos a receber
AB InBev	13.358	(5.898)	-	-	-
Ambev Luxemburgo	27	(31)	-	(19.793)	-
Arosuco	101.665	(84.522)	-	-	-
Cerveceria Modelo	5.496	(55.218)	-	-	-
CMQ	2.138	(10.446)	-	(210.796)	-
CND	3.979	(197)	-	-	-
CRBS	845.399	(85.140)	-	-	-
Cympay	36	(53.428)	-	-	-
Incrível	2.750	(2.345)	10.033	-	-
Labatt Brewing	1.456	-	-	(112.796)	-
Maltería Pampa	119	(119.668)	-	-	-
Maltería Uruguay	20	(11.884)	-	-	-
Outras	60.641	(41.476)	356	(2.635)	495
	1.037.084	(470.253)	10.389	(346.020)	495

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

Não circulante	Controladora			
	2019		2018	
	Mútuo a receber	Contas a pagar	Mútuo a receber	Contas a pagar
Ambev Luxemburgo	-	(862.571)	-	(846.898)
Arosuco	-	(2.214.307)	-	(2.214.307)
Labatt Brewing	-	(13.180.123)	-	(12.080.651)
Monthiers	-	(10.466)	-	(10.061)
Outras	54.322	-	54.322	-
	54.322	(16.267.467)	54.322	(15.151.917)

Circulante	2019			
	Consolidado			
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Outras contas a pagar ⁽ⁱ⁾
AB InBev	24.847	-	(46.678)	-
AB Procurement	1.081	-	(176)	-
AB Services	15.537	-	(2.002)	-
AB USA	38.756	4.504	(180.908)	-
Bavaria	607	-	(63.968)	-
Cerveceria Modelo	16.059	-	(223.141)	-
Inbev	687	64.519	(23.866)	-
ITW International	-	-	(223.733)	(108.895)
Panamá Holding	27.238	166	(173)	-
Outras	18.736	803	(126.072)	(41)
	143.548	69.992	(890.717)	(108.936)

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

AMBEV S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Circulante	2018			
	Consolidado			
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Outras contas a pagar ⁽ⁱ⁾
AB InBev	16.381	-	(19.670)	-
AB Procurement	1.071	-	(28)	-
AB Services	43.728	-	(1.687)	-
AB USA	27.827	3.847	(265.206)	-
Cerveceria Modelo	135.111	-	(583.806)	-
Inbev	601	45.575	(14.280)	-
ITW International	-	-	(248.942)	(66.452)
Panamá Holding	41.085	-	(15.821)	-
Outras	28.645	538	(126.443)	-
	294.449	49.960	(1.275.883)	(66.452)

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

Os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, as quais foram reconhecidas no resultado:

Empresa	2019				
	Controladora				
	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros	Resultado financeiro
AB InBev	-	862	(56.884)	-	(609)
AB USA	-	22	(34.348)	-	414
Ambev Luxemburgo	-	-	-	-	(144.998)
Arosuco	74.272	113.121	(2.139.591)	(2)	1.426
CRBS	7.311.466	58.572	(2.443)	(1)	447
Labatt Brewing	-	6	-	-	(722.263)
Maltería Pampa	-	-	(563.561)	-	(3.290)
Maltería Uruguay	-	-	(205.715)	-	2.909
Outras	84.962	6.602	(716.935)	(197)	(17.054)
	7.470.700	179.185	(3.719.477)	(200)	(883.018)

Empresa	2018				
	Controladora				
	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros	Resultado financeiro
AB Inbev	524	629	(36.933)	-	(29.435)
AB USA	-	57	(44.791)	-	(794)
Ambev Luxemburgo	-	-	-	-	(218.352)
Arosuco	56.574	84.813	(1.940.104)	-	3.226
CRBS	7.601.820	70.640	(98.989)	-	133
Labatt Brewing	-	7	-	-	(628.645)
LASI	-	-	-	-	(32.501)
Maltería Pampa	-	-	(617.344)	-	(6.345)
Maltería Uruguay	-	-	(111.179)	-	(21.649)
Monthiers	-	-	-	-	553.337
Outras	69.361	8.098	(567.505)	-	754.682
	7.728.279	164.244	(3.416.845)	-	373.657

AMBEV S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2019**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	2019				
	Consolidado				
	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros	Resultado financeiro
AB Package	-	-	(74.624)	-	-
AB USA	52.170	13	(802.312)	(2.571)	-
Cervecería Modelo	145	-	(1.023.923)	(2.089)	-
Inbev	-	-	(159.256)	-	-
ITW International	-	-	-	-	(41.530)
Outras	4.667	344	(334.188)	(17.029)	4
	56.982	357	(2.394.303)	(21.689)	(41.526)

Empresa	2018				
	Consolidado				
	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros	Resultado financeiro
AB Procurement	17.033	-	-	-	-
AB USA	49.099	33	(739.173)	(2.253)	-
Ambev Peru	50	-	-	-	-
Cervecería Modelo	262	-	(1.009.930)	(5.785)	-
Inbev	85	-	(107.155)	-	-
Outras	19.286	194	(153.478)	(22.721)	(8.023)
	85.815	227	(2.009.736)	(30.759)	(8.023)

Denominações utilizadas nos quadros acima:

AB InBev Procurement GmbH (“AB Procurement”)
 Ambev Luxembourg S.A.R.L. (“Ambev Luxemburgo”)
 Anheuser-Busch InBev N.V. (“AB InBev”)
 Anheuser-Busch Inbev Services LLC (“AB Services”)
 Anheuser-Busch Inbev USA LLC (“AB USA”)
 Anheuser-Busch Packaging Group Inc. (“AB Package”)
 Arosuco Aromas e Sucos Ltda. (“Arosuco”)
 Bavaria S.A. (“Bavaria”)
 Cervecería Modelo de Mexico S. de R.L. de C.V. (“Cervecería Modelo”)
 Cerveceria Nacional S de RL (“Panamá Holding”)
 Cervecería Nacional Dominicana, S.A. (“CND”)
 Cerveceria Paraguaya S.A. (“Cerveceria Paraguaya”)
 Cervecería y Maltería Payssandú S.A. (“Cympay”)
 Cerveceria y Malteria Quilmes S.A.I.C.A. y G. (“CMQ”)
 Cervejaria ZX S.A. (“Cervejaria ZX”)
 Compañía Cervecera Ambev Peru S.A.C. (“Ambev Peru”)
 CRBS S.A. (“CRBS”)
 Inbev Belgium N.V. (“Inbev”)
 Incrível Comércio de Bebidas e Alimentos S.A. (“Incrível”)
 Interbrew International B.V. (“ITW International”)
 Labatt Brewing Company Ltd. (“Labatt Brewing”)

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Latin America South Investment S.L. (“LASI”)

Lizar Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda. (“Lizar”)

Maltería Pampa S.A. (“Maltería Pampa”)

Maltería Uruguay S.A. (“Maltería Uruguay”)

Monthiers S.A. (“Monthiers”)

NCAQ Sociedad Colectiva (“NCAQ”)

33. COMPANHIAS DO GRUPO

Abaixo estão listadas as principais companhias e o percentual de participação do grupo:

Argentina

CERVECERIA Y MALTERIA QUILMES SAICA Y G	99,75%
Charcas 5160 – Buenos Aires	

Bolívia

CERVECERIA BOLIVIANA NACIONAL S.A.	85,67%
Avenida Montes 400 e Rua Chuquisaca 121 - La Paz	

Brasil

AMBEV S.A.	Companhia
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 3º andar, Itaim Bibi, São Paulo	Consolidadora

AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA.	100,00%
Avenida Buriti, 5.385, Distrito Industrial - Manaus - AM	

CRBS S.A.	100,00%
Avenida Antartica, 1.891, Fazenda Santa Úrsula – Jaguariúna – SP	

CERVEJARIA Z.X. S.A.	100,00%
Avenida Antartica, 1.891, Fazenda Santa Úrsula – Jaguariúna – SP	

Canadá

LABATT BREWING COMPANY LTD.	100,00%
207 Queens Quay West, Suite 299 - M5J 1A7 - Toronto	

AMBEV S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Chile

CERVECERIA CHILE S.A. 100,00%
Avenida Presidente Eduardo Frei Montalva, 9.600 - Comuna de Quilicura - Santiago

Espanha

JALUA SPAIN, S.L. 100,00%
Juan Vara Terán, 14 – Ilhas Canárias

Luxemburgo

AMBEV LUXEMBOURG 100,00%
15 Breedewues - L1259 - Senningerberg

Guatemala

INDUSTRIAS DEL ATLÁNTICO S.A. 50,00%
KM 122 Ruta al Atlantico – C.P 01012 Teculután, Zacapa

Paraguai

CERVECERIA PARAGUAYA S.A. 87,36%
Ruta Villeta KM 30 - Ypané

República Dominicana

CERVECERÍA NACIONAL DOMINICANA, S.A. 84,71%
Autopista 30 de Mayo, Distrito Nacional

Uruguai

LINTHAL S.A. 100,00%
25 de Mayo 444, office 401 - Montevideo

CERVECERIA Y MALTERIA PAYSANDU S.A. 99,93%
Cesar Cortinas, 2.037 – Montevideo

MONTHIERS S.A. 100,00%
Cesar Cortinas, 2.037 - Montevideo

Panamá

Cervecería Nacional S. de R.L. 100,00%
Planta Pasadena, vía Ricardo J Alfaro y Simón Bolívar, ciudad de Panamá, Rep. De Panamá

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2020, a Arosuco, subsidiária da Companhia, recebeu autuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil referente à glosa do benefício de redução do Imposto de Renda previsto na Medida Provisória nº 2199-14/2001, com base no Lucro da Exploração. Nesse contexto, será apresentada impugnação administrativa dentro do prazo legal e aguardar-se-á o seu respectivo julgamento pela Delegacia Regional de Julgamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil. A Companhia, suportada pela opinião de seus advogados internos e externos, considera a probabilidade de perda relacionada a essa autuação, no valor de R\$2,4 bilhões, como possível e, portanto, não constituiu nenhuma provisão para esse fim.

Conforme mencionado na Nota 30 - *Passivos contingentes*, relativamente a discussão que versa sobre a glosa de créditos de imposto de renda pago no exterior pelas empresas controladas pela Companhia, em janeiro de 2020, o CARF proferiu decisões desfavoráveis em quatro casos relativos aos anos de 2015 e 2016, no valor atualizado e aproximado de R\$3,6 bilhões. Atualmente aguarda-se a notificação do teor das decisões para apresentação dos recursos cabíveis. A Companhia, suportada pela opinião de seus advogados internos e externos, mantém a classificação da probabilidade de perda relacionada a estes casos como possível.

Ainda, conforme mencionado na Nota 30 – *Passivos contingentes*, relativamente a discussão que versa sobre o Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente a incorporação da CND Holdings na Ambev, em fevereiro de 2020, o CARF proferiu decisão parcialmente favorável e atualmente a Ambev aguarda ser intimada da decisão para interpor os recursos cabíveis.